

BIBLIOTECA
He 594, A53
2004 54048

Reservado

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



Mestrado em: **Desenvolvimento e Cooperação Internacional**

Hora di Bai

Novas Tendências dos Fluxos de Emigração Cabo-Verdiana

MARTA TRAVASSOS DE ANDRADE

Orientação: **Professor Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto**

Júri:

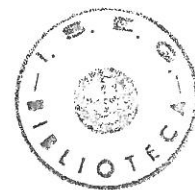
Presidente: **Professor Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto**

Vogais: **Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros**

Professor Doutor João António Ramos Estêvão

Junho/2004

Morna de Despedida



Hora di bai
Hora de dor
Já'n q'ré
Pa el ca manchê!
De cada bêz
Que'n ta lembrâ,
Ma'n q'ré
Ficâ 'n morrê!

Hora di bai
Hora de dor!
Amor,
Dixa'n chorâ!
Corpo cativo,
Bá bo que é escrabo!
Ó alma bibo,
Quem que al lebedo?

Se bem é doce,
Bai é magoado;
Mas, se ca bado,
Ca ta birado!
Se no morrê
Na despedida
Nhor Des na volta
Ta dano bida

Dixam chorâ
Destino de home
Es dor
Que ca tem nome:
Dor de crecheu
Dor de sodade
De alguem
Que'n q'ré, que q'rem...

Dixam chorâ,
Destino de home,
Oh Dor
Que ca tem nome!
Sofrí na vista
Se tem certeza,
Morrê na ausência, Na bo tristeza!

Eugénio Tavares
Mornas – canções crioulas, 1932

Glossário de termos e abreviaturas



- ACP – África, Caraíbas e Pacífico
AML – Área Metropolitana de Lisboa
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASS – África ao Sul do Sahara
BM – Banco Mundial
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA – Estados Unidos da América
FAO – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FMI – Fundo Monetário Internacional
IC – Instituto das Comunidades
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IGT – Inspeção Geral do Trabalho
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
ISF – Índice Sintético de Fecundidade
MpD - Movimento para a Democracia
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAC – Programa Anual de Cooperação
PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEI – Pequena Economia Insular
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Programa Indicativo de Cooperação
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TBM – Taxa Bruta de Mortalidade
TBN – Taxa Bruta de Natalidade
UA – União Africana
UE – União Europeia

Resumo

A presente dissertação apresenta como objecto de estudo a análise das especificidades dos fluxos de emigração cabo-verdiana actuais, debruçando-se, para tal, sobre a observação dos seus números, das suas causas e efeitos, do perfil dos migrantes dos dias de hoje e da sua inserção nos países de acolhimento, destacando-se a caracterização da comunidade cabo-verdiana em Portugal. Assume, assim, como principal objectivo, a compreensão das novas tendências migratórias cabo-verdianas e, também, a eventual consolidação de novos fenómenos.

Foram levados em consideração os contextos histórico, político, cultural, económico, social, demográfico e até mesmo internacional que, ao longo dos poucos mais de quinhentos anos de história do país, tanto contribuíram para a hora da partida (*hora di bai*), uma das poucas maneiras possíveis de fugir às inúmeras contrariedades existentes no território, impostas pela posição insular, condições climáticas e escassez de recursos.

Tendo como suporte um enquadramento teórico que se estende desde as teorias clássicas das migrações, como o modelo de atração-repulsão, ao conceito de transnacionalismo, concluímos que as migrações cabo-verdianas de hoje primam por um constante movimento ao longo de uma verdadeira rede migratória, que se espalha pelos quatro cantos do mundo, começando a constituir uma comunidade transnacional.

Palavras chave: Cabo Verde, emigração, transnacionalismo, capital social, rede migratória, mobilidade.

Abstract

The aim of the present dissertation is the analysis of the specificities of the current emigration flows from Cape Verde, through the observation of its figures, its causes and effects, the nowadays migrants profile and their insertion in the host countries. In this sense, a great emphasis to the community of Cape Verde in Portugal is given. Thus, the main purpose of this dissertation is to understand the new migration tendencies from Cape Verde, as well as an eventual consolidation of new phenomena.

It has been taken in consideration the historical, political, cultural, economic, social, demographic and even international contexts that, throughout more than five hundred years of history, have much contributed to the impulse time (*hora di bai*). Emigration is one of the few ways of running away from the many contrarities that exist in the country and are imposed by its insular position, climate and lack of resources.

Having as a basis a theoretical framework that goes back from the classical migration theories, like the push-pull model, to the notion of transnationalism, we conclude that the current migrations from Cape Verde display a constant movement through a vast migration network, spread all over the world, giving a start-up to a transnational community.

Key-words: Cape Verde, emigration, transnationalism, social capital, migration networks, mobility.

ÍNDICE

Glossário de termos e abreviaturas	3
Resumo e palavras-chave	4
Lista de quadros, gráficos e figuras	8
Agradecimentos	9
Introdução	10
1. Cabo Verde: caracterização geral do país	16
1.1. Enquadramento geográfico	16
1.2. Contexto e evolução histórica-política	17
1.2.1. Descoberta e povoamento	17
1.2.2. Século XIX: a viragem	18
1.2.3. A luta pela independência	19
1.3. Caracterização económica-social	20
1.3.1. Uma Pequena Economia Insular	20
1.3.2. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento	22
1.3.3. Situação económica actual	23
1.3.4. Relações internacionais, regionais e de cooperação	27
1.3.5. Indicadores sociais e aspectos demográficos	31
2. Emigração cabo-verdiana: enquadramentos e tendências	36
2.1 História da diáspora cabo-verdiana	36
2.1.1. Primeira vaga: dos finais do séc. XVIII às primeiras décadas do século XX	37
2.1.2. Segunda vaga: dos anos 20 ao fim da 2ª guerra mundial	39
2.1.3. Terceira vaga: do fim da 2ª guerra mundial aos dias de hoje	40
2.2. Migrações cabo-verdianas: enquadramento teórico	41
2.2.1. As teorias micro-sociológicas	42
2.2.2. As teorias macro-sociológicas	43
2.2.3. O transnacionalismo	46
2.2.4. Emigração: aspiração <i>versus</i> capacidade	52
2.3. As tendências actuais	57

3. Cabo-verdianos no mundo	63
3.1. A diáspora em números	63
3.2. Origem geográfica <i>versus</i> destinos migratórios	65
3.3. Os destinos migratórios	67
3.3.1. O continente americano	67
3.3.2. A Europa	70
3.3.3. Em África	77
4. A comunidade cabo-verdiana em Portugal	79
4.1. Portugal: imigração	79
4.1.1. Emigração ou imigração?	79
4.1.2. A imigração em Portugal ao longo dos tempos	80
4.1.3. Principais características da imigração actual	84
4.2. Cabo-verdianos em Portugal	90
4.2.1. Dos anos 60 à actualidade	90
4.2.2. Os números de hoje	91
4.2.3. A distribuição geográfica	94
4.2.4. Indicadores demográficos e estruturas familiares	96
4.2.5. O mercado de trabalho	100
4.2.6. (Re)construção de identidades	103
Conclusão	107
Bibliografia	111
Anexos	118
Anexo I. Guião de entrevista	119
Anexo II. Lista das entrevistas efectuadas	120
Anexo III. Índice de Desenvolvimento Humano (2001)	121
Anexo IV. Configuração da rede migratória cabo-verdiana actual	122
Anexo V. Estimativa da população cabo-verdiana no estrangeiro	123
Anexo VI. Emigrantes cabo-verdianos em Portugal – dados estatísticos	124

Lista de Quadros, Gráficos e Figuras

Quadros:

Quadro 1 – IDH em 17 países da ASS (2001)	31
Quadro 2 – Países de acolhimento de cabo-verdianos	64
Quadro 3 – Origem geográfica dos emigrantes cabo-verdianos	65
Quadro 4 – Estrangeiros residentes em Portugal (1999-2001)	86
Quadro 5 – Número de residentes estrangeiros por distrito (2001)	87

Gráficos:

Gráfico 1 – Distribuição sectorial do PIB de Cabo Verde (2001)	25
Gráfico 2 – Distribuição da população activa por sectores de actividade (2000)	26
Gráfico 3 – Cinco principais fornecedores de APD líquida (1990-1999)	30
Gráfico 4 – Distribuição sectorial da APD portuguesa a Cabo Verde (2000-02)	30
Gráfico 5 – Evolução da população de Cabo Verde (1900-2000)	33
Gráfico 6 – Emigração cabo-verdiana (1930-1945)	39
Gráfico 7 – Emigração cabo-verdiana (1946-1952)	40
Gráfico 8 – Emigração cabo-verdiana (1960-1973)	41
Gráfico 9 – Emigrantes cabo-verdianos admitidos nos EUA (1992-2002)	67
Gráfico 10 – Cabo-verdianos admitidos em França (1994-1999)	71
Gráfico 11 – Cabo-verdianos admitidos em França, por sexo (1994-1999)	72
Gráfico 12 – Cabo-verdianos residentes em Espanha (1992-2001)	76
Gráfico 13 – Estrangeiros residentes em Portugal (1975-2001)	85
Gráfico 14 – Autorizações de Permanência por nacionalidades	88
Gráfico 15 – Número de entradas de cabo-verdianos em Portugal (1960-2002)	93
Gráfico 16 – Cabo-verdianos residentes em Portugal, por distritos (2002)	94
Gráfico 17 – Cabo-verdianos com entrada em Portugal entre 1995 e 2002, por distritos	95
Gráfico 18 – Números de entradas de cabo-verdianos em Portugal, de acordo com a faixa etária (1990-2002)	96
Gráfico 19 – Origem dos cabo-verdianos que entraram em Portugal entre 1995-2002	97

Figuras:

Figura 1 – Arquipélago de Cabo Verde	16
Figura 2 – Pirâmide de idades (2000)	34
Figura 3 – Modelo aspiração vs capacidade	54
Figura 4 – Modos de Migração	56

Agradecimentos

A presente dissertação não é apenas fruto de um trabalho individual, mas sim da partilha de diversas vivências, opiniões e contributos de várias pessoas, às quais passo, de seguida, a agradecer.

Ao Professor Doutor João Peixoto pela orientação, conselhos e sugestões prestadas, mas sobretudo pela confiança e optimismo transmitidos, desde o início e ao longo de todas as fases deste trabalho.

Ao Professor Doutor João Estêvão pela troca de impressões sobre a caracterização de Cabo Verde, nos seus mais variados contextos.

Aos meus entrevistados e a todos aqueles com quem contactei, das mais diversas formas, pelas informações dadas, bibliografia sugerida e, principalmente, pelas experiências relatadas.

A todos os meus colegas, sem excepção, da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, que realmente me ensinaram o que é Cabo Verde e o que é ser cabo-verdiano.

A toda a minha família e amigos, pela força e apoio desde o primeiro instante, e ao Pedro, por tudo, mas principalmente por ser o meu melhor ouvinte.

Introdução

Um simples estágio curricular na Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, que tempos mais tarde acabou por se tornar no exercício de uma actividade profissional nesta mesma instituição, constitui o factor decisivo para a escolha do tema para a dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Deste modo, o objecto de análise deste estudo teria obrigatoriamente que recair sobre a compreensão do passado, do presente e talvez mesmo do futuro daquele país, até então (para mim) quase desconhecido, das suas tradições e das suas gentes, essencialmente daqueles que se encontram no exterior.

Num mundo cada vez mais caracterizado pela palavra globalização, em que as distâncias se encurtam a cada dia que passa e as comunicações se realizam com uma rapidez nunca antes imaginada, a presença de cidadãos cabo-verdianos e dos seus descendentes espalhados pelos quatro cantos do planeta é uma realidade, transportando consigo as tradições mais marcantes do seu país, como a música, a língua e a gastronomia.

O desafio a que nos propomos é exactamente o de explicar o porquê, como e quando cidadãos de um pequeno arquipélago situado em pleno oceano Atlântico decidiram partir rumo aos mais variados destinos, encontrando-se hoje fixados um pouco por todo o mundo, o que implica estudar todas as dinâmicas e especificidades dos fluxos de emigração cabo-verdiana, quer os mais tradicionais, quer, sobretudo, os mais recentes.

Não iremos também esquecer os vários tipos de enquadramentos que caracterizam Cabo Verde, desde o seu percurso histórico ao seu retrato actual, que procuram evidenciar os factores que impulsionaram os movimentos migratórios do país, os quais procuraremos explicar recorrendo também a um suporte teórico apropriado.

O conceito de cabo-verdiano utilizado ao longo do trabalho abarca todos aqueles que possuem a nacionalidade cabo-verdiana (nascidos ou não em Cabo Verde), os naturais de Cabo Verde com nacionalidade portuguesa ou outra, e os nacionais e naturais de Portugal ou de outro país, filhos ou netos de cabo-verdianos, que constituem as denominadas segunda e terceira geração.

Partindo, então, da definição de cabo-verdiano escolhida, podemos enumerar como objectivos primordiais deste estudo:

- 1) a análise do enquadramento geral do país, bem como das teorias migratórias existentes, desde as clássicas às mais recentes, como base explicativa do fenómeno migratório do país, desde o seu início às suas tendências actuais;
- 2) o estudo das principais comunidades cabo-verdianas na diáspora, de modo a determinar as suas características nos dias de hoje – os seus números, a sua evolução, o perfil dos migrantes e a sua inserção das sociedades de acolhimento;
- 3) a (eventual) constatação de novos fenómenos migratórios, através da comparação com fluxos anteriores, na determinação das características actuais da emigração cabo-verdiana;
- 4) a confirmação da existência de uma comunidade transnacional, suportada por uma verdadeira rede migratória, por onde os migrantes cabo-verdianos se movimentam com regularidade.

Para a concretização de tais objectivos, colocaram-se as seguintes hipóteses de trabalho:

- 1) o fenómeno migratório cabo-verdiano encontra a sua origem na própria formação, organização e evolução histórica do país, verificando-se ainda hoje, e apesar dos notáveis níveis de crescimento e desenvolvimento alcançados, uma significativa pressão para a saída;
- 2) a emigração cabo-verdiana está a declinar, não pela diminuição (por vezes subjectiva) da vontade de partir, mas pelos entraves à entrada, impostos pelos países de destino, o que pressupõe uma diversificação das estratégias migratórias;
- 3) a existência de uma rede migratória, que percorre a origem e os diferentes países de destino, na qual se verifica uma regular mobilidade dos migrantes cabo-verdianos, dá origem à formação de uma comunidade transnacional;
- 4) o capital social dos migrantes, baseado em redes de contactos com familiares, amigos ou conhecidos que já se encontram no exterior, facilita a entrada e a inserção na sociedade de acolhimento, constituindo uma das principais características da emigração cabo-verdiana.

Metodologia Utilizada

A metodologia utilizada neste trabalho baseia-se no recurso a diversas fontes de informação relacionadas com Cabo Verde, com a emigração do país, com a imigração nos países onde se encontram comunidades cabo-verdianas e com as teorias migratórias no geral. Para tal, foi consultada uma vasta documentação bibliográfica e efectuada uma intensiva pesquisa *on-line*.

Foram igualmente realizadas entrevistas semi-directivas, seguindo um guião previamente definido, a informadores considerados privilegiados¹: personalidades ligadas à diáspora e ao movimento associativo cabo-verdiano no exterior, representantes de instituições oficiais e emigrantes residentes em diversos países, considerados modelos dos novos fluxos de emigração cabo-verdiana. As entrevistas efectuaram-se entre Abril e Dezembro de 2003.

Foram analisados diversos dados estatísticos, não só os fornecidos por entidades oficiais cabo-verdianas e dos países de acolhimento, como também algumas estimativas propostas por diferentes autores.

Uma especial referência deve ser feita à Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, que não só permitiu uma observação participante, através do contacto directo com inúmeros cidadãos cabo-verdianos que acorrem por dia a esta instituição, como também possibilitou a consulta da base de dados da Secção Consular, onde já se encontram inscritos mais de cem mil cabo-verdianos e, através dos indicadores disponíveis, permitiu traçar o retrato geral da comunidade cabo-verdiana em Portugal.

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos principais, que por sua vez se dividem em subcapítulos relacionados com o assunto em questão.

Assim, o primeiro capítulo deste trabalho vai debruçar-se, exactamente, sobre uma caracterização geral do país, abarcando o contexto histórico, a evolução política, a

¹ Ver em anexo o guião das entrevistas, bem como a lista dos entrevistados.

situação económica e os indicadores sociais e demográficos, tentando, sempre que possível, relacioná-los com o despertar de movimentos migratórios não só internos mas, fundamentalmente, externos. Estes constituem hoje um dos principais factores diferenciadores presentes na sociedade cabo-verdiana e contribuem, por exemplo, para o equilíbrio económico e demográfico do país e para a divulgação da cultura do mesmo.

O capítulo dois começa por recordar todo o percurso da diáspora cabo-verdiana e das suas diferentes vagas ao longo dos tempos, bem como as condicionantes que impulsionaram o movimento migratório, seguindo-se um enquadramento teórico, que procura explicar as migrações cabo-verdianas à luz das teorias migratórias existentes. Este capítulo termina com uma síntese das principais tendências actuais da emigração cabo-verdiana, que serão demonstradas, através das realidades verificadas nas diferentes comunidades cabo-verdianas espalhadas pelo mundo, nos capítulos seguintes.

A estimativa dos números actuais da diáspora cabo-verdiana, a ligação entre origem geográfica e destino migratório e os principais núcleos de comunidades de cabo-verdianos que se encontram espalhados pelos vários continentes e que já formam uma verdadeira rede migratória, encontram-se retratados no capítulo três.

Das comunidades que se encontram na diáspora, destacamos a comunidade cabo-verdiana em Portugal, que irá constituir o objecto de análise do capítulo quatro, com uma caracterização detalhada de uma das mais antigas e maiores comunidades cabo-verdianas no exterior, não esquecendo do contexto imigratório deste país de acolhimento.

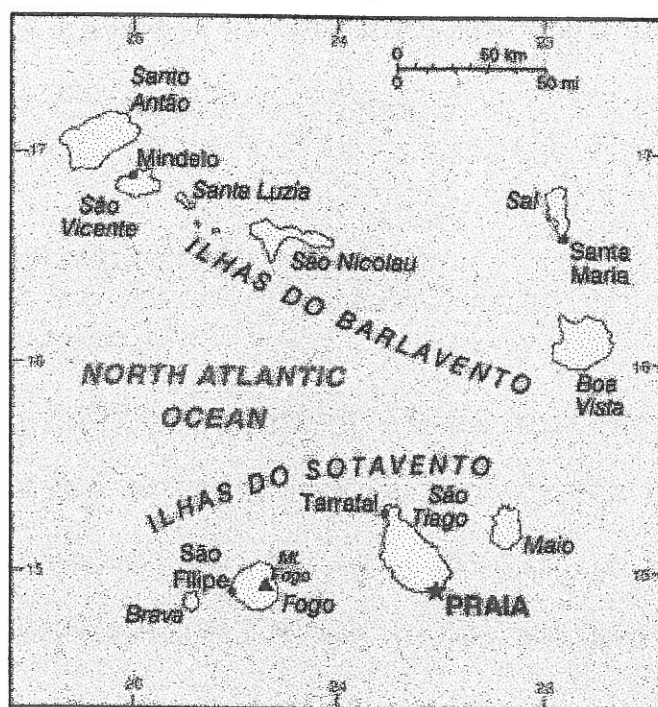
As principais conclusões a que chegámos levam-nos a afirmar que, ao analisar os actuais fluxos de emigração cabo-verdiana, verificamos que o fenómeno migratório do país continua activo e que para combater as pesadas barreiras impostas pelos países de acolhimento surgem formas alternativas de emigração. Os migrantes cabo-verdianos circulam por uma rede migratória que vem sendo constituída desde as primeiras vagas de emigração do país, o que nos leva a poder afirmar que estamos perante uma comunidade transnacional em ascensão.



1. Cabo Verde: caracterização geral do país

O primeiro capítulo da presente dissertação constitui um resumo das principais características de Cabo Verde, tendo em conta os mais variados contextos, desde a evolução histórico-política, à situação económica, passando pelos indicadores sociais e demográficos, tendo como objectivo relacionar essas mesmas características com o movimento migratório que se desenrolou no país.

Figura 1 – Arquipélago de Cabo Verde



1.1. Enquadramento geográfico

Situado em pleno oceano Atlântico, junto da costa ocidental africana, a cerca de quinhentos quilómetros do Senegal, o arquipélago de Cabo Verde, constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, estende-se por uma superfície de 4.033 quilómetros quadrados, encontrando-se dividido em dois grupos de ilhas, designados segundo a posição que

ocupam em relação aos ventos alísios (aqui tão frequentes): o Barlavento, a norte, do qual fazem parte Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista, e o Sotavento, a sul, que inclui Santiago, Maio, Fogo e Brava.

É em Santiago, a maior ilha, que se localiza a capital de Cabo Verde, a Cidade da Praia, centro político do país. Na cidade do Mindelo, situada na ilha de São Vicente e considerada a segunda cidade mais importante do país, encontra-se a maior estrutura portuária (Porto Grande), onde se desenvolvem diversas actividades económicas, sendo também nesta ilha que se realiza o maior número de acontecimentos de âmbito cultural. Das restantes ilhas destaca-se a do Sal, que constitui o principal pólo de atracção turística do país e onde se situa o aeroporto internacional.

1.2. Contexto e evolução histórica-política

1.2.1. Descoberta e povoamento

Por volta de 1460, navegadores portugueses chegam ao arquipélago, iniciando um gradual processo de descoberta e de povoamento das ilhas (até aí desabitadas), que se estende pelos séculos seguintes, com escravos de toda a costa da Guiné (provenientes de várias etnias), negros livres, portugueses, especialmente madeirenses, e, também, outros povos europeus e, até, japoneses. É com base nesta miscigenação que se forma a sociedade crioula (Saint-Maurice, 1997:36-38).

Com um clima de tipo quente, tropical e seco, com chuvas irregulares, que chegam a escassear durante longos períodos de tempo, com recursos naturais pouco abundantes e com superfícies planas e áridas ou, num extremo oposto, de relevo acidentado, Cabo

Verde nunca constituiu um pólo de atracção para a potência colonial, o que explica a forma de povoamento e de formação da própria sociedade.

Devido à posição geo-estratégica que apresenta, Cabo Verde constituía essencialmente uma plataforma de apoio à navegação, expansão e comércio português (e não só), e um dos maiores entrepostos no tráfico de escravos para a América existente até ao século XIX.

1.2.2. Século XIX: a viragem

Este século marcou uma viragem nas estruturas económicas, sociais e geopolíticas do país, com a implementação de uma nova ordem mundial, proveniente do Congresso de Viena², dominada pela Inglaterra, e, sobretudo, devido à progressiva abolição da escravatura e do tráfico negreiro, que é definitivamente decretada em 1878, colocando um ponto final no sistema esclavagista presente na sociedade cabo-verdiana.

O início do capitalismo colonial, aliado a uma economia interna frágil, à má administração do território e à corrupção, levou a que a crise se instalasse, com períodos de fome, falta de água e catástrofes naturais. Daí o início de um conjunto de saídas emigratórias voluntárias, que estão na génese da diáspora cabo-verdiana, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

² Reunião realizada em Viena de Áustria, entre Setembro de 1814 e Junho de 1815, com as potências europeias no fim do império napoleónico, cujos objectivos recaíam sobre o restauro do equilíbrio político, definição de novas áreas de influência, acertos fronteiriços na Europa e supressão das ideias liberais.

Este movimento marca a construção de um “arquipélago migratório” que, segundo Malheiros (2001:203), consiste no “conjunto de localidades espalhadas pelo mundo onde se instalaram núcleos importantes de cabo-verdianos que, metaforicamente, se pode considerar o prolongamento do espaço físico das ilhas originais”.

A situação do país melhorou no final do século XIX, com a integração das ilhas no triângulo comercial estabelecido entre a Europa, América do Sul e África. Porém, o fim da Primeira Guerra Mundial marcou, novamente, o início da recessão.

1.2.3. A luta pela independência

Na altura em que a colónia portuguesa se torna uma província ultramarina (1951), conceito baseado na unidade política e solidariedade de todos os territórios portugueses (Andrade, 1984:267), inicia-se o movimento de luta pela independência, destacando-se o PAIGC³ (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), que surgiu através de uma aliança entre os movimentos nacionalistas destes dois países, como principal interveniente deste movimento.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, a revolução dos cravos que pôe fim ao Estado Novo em Portugal, e após as eleições para a Assembleia Nacional (onde só o PAIGC foi autorizado a concorrer), é proclamada a independência de Cabo Verde a 5 de Julho de 1975, tornando-se Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC, o primeiro Presidente da República de Cabo Verde.

³ Fundado em 1956, em Bissau, por Amílcar Cabral e mais cinco patriotas da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC assumia como principais objectivos a conquista da independência e a construção da paz, do bem-estar e do progresso para o povo destes dois países, apelidando-se como um partido democrático, progressista, anti-colonialista e anti-imperialista. O seu líder, reconhecido internacionalmente, já não assistiu à tão desejada independência, pois foi assassinado em Conakri em 1973.

A união prevista entre os dois novos países, Cabo Verde e Guiné Bissau, nunca se chegou a concretizar. Em 1981, a ala caboverdeana do PAIGC, na sequência de um golpe de Estado ocorrido em Bissau, opta pela ruptura e pela formação de um novo partido, o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde).

Nos anos seguintes e até ao início da década de 90, o país foi governado segundo um sistema de mono partidarismo de orientação socialista, liderado pelo PAICV, cuja política assentava no planeamento central e no controle dos activos produtivos.

Em 1991, com a adopção de um sistema político multipartidário e a realização das primeiras eleições gerais por sufrágio universal, assume o poder o Movimento para a Democracia (MpD), desenvolvendo uma política baseada na progressiva liberalização económica, na defesa de uma economia de mercado aberta ao exterior e na promoção do sector privado.

Nos anos que se seguiram e até ao dias de hoje, PAICV e MpD, os dois partidos com assento parlamentar, têm alternado o poder sempre num ambiente pacífico, propício à transição democrática e à estabilidade política, o que tem permitido a Cabo Verde, hoje considerado do ponto de vista político uma democracia parlamentar com um regime presidencialista, encontrar-se no caminho certo para o desenvolvimento.

1.3. Caracterização económica-social

1.3.1. Uma Pequena Economia Insular

Considerada uma das Pequenas Economias Insulares (PEI) do Atlântico, Cabo Verde reúne três das características fundamentais inerentes a esta classificação. São elas (1) a

condição insular, (2) a pequena dimensão da área terrestre e (3) a população reduzida, o que acarreta um conjunto de consequências enumeradas por Estevão (2001:73):

- sistema produtivo pouco diversificado, devido à reduzida dimensão do mercado interno e à escassez de recursos, e, no caso de Cabo Verde, multiplicação de infra-estruturas básicas pelas diferentes ilhas, por se tratar de um país arquipelágico, o que acarreta custos acrescidos;
- capacidade institucional enfraquecida pela escassez de recursos financeiros, educação e formação profissional;
- distância e isolamento económico, que tende a ser minimizado pelo desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação;
- abertura e dependência da economia em relação ao exterior, o que aumenta a vulnerabilidade em relação a choques externos.

Para fazer face a estes constrangimentos e desenvolver estratégias de desenvolvimento económico, será necessária uma articulação com a economia internacional, através de alianças com países desenvolvidos, que não se baseiem, apenas, na obtenção de receitas provenientes da exportação de bens e serviços e em transferências de remessas ou de ajuda externa, mas sim em modelos alternativos. O investimento estrangeiro constituirá o impulsionador da dinamização do mercado interno e do emprego, necessários à definição de um padrão de especialização internacional, que permita a integração na economia regional e mundial e a acumulação de capital. As exportações deverão actuar sobre o nível do Produto Nacional Bruto (PNB) e das transferências externas, que, estimulando a procura através do aumento do consumo e do investimento, também influenciarão o produto nacional.

Para concluir esta análise teórica do funcionamento da economia cabo-verdiana no contexto de uma PEI, deve fazer-se uma chamada de atenção para o papel do Estado, ao qual cabe a função de promoção e regulação do desenvolvimento económico, bem como a prossecução de políticas sociais e macroeconómicas sustentáveis.

1.3.2. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento

Após a independência de Cabo Verde, sentiu-se a necessidade de proceder a alterações estruturais na sua economia, “a fim de se atingir um maior e mais rápido desenvolvimento económico e social e, assim, erradicar a grande situação de pobreza no país” (Rainha, 2002:79). Foram, assim, levados a cabo determinados conjuntos de medidas de intervenção económica e social, ao longo de diversos períodos de tempo, de acordo com as orientações dos governos que se encontravam no poder.

No período compreendido entre 1976 e 1981, cuja principal prioridade consistia em “garantir e consolidar o processo ainda bastante recente de independência política” (Idem), as acções adoptadas, apelidadas de “planos de emergência”, recaíram sobre um aumento do investimento do sector público, tendo em vista uma forte intervenção do Estado na economia, capaz de fazer face a necessidades básicas sentidas pela população. Foram realizados investimentos em sectores como a indústria, energia e transportes e comunicações, financiados na sua maioria pela ajuda externa. Quanto aos resultados destes planos destaca-se um aumento real do PIB (Produto Interno Bruto) em 11%.

O I Plano Nacional de Desenvolvimento foi estipulado para o período 1982 a 1986, assumindo como principais objectivos a criação de emprego, o desenvolvimento de actividades ligadas à agricultura, pescas e indústria, a conservação dos solos, a redução

do desequilíbrio externo e a satisfação das necessidades básicas da população. Os resultados traduziram-se num aumento de 7% do PIB.



Para o período 1987 a 1991 foi estabelecido o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, visando a diminuição da dependência externa, propunha o aumento da produção nacional, a melhoria da gestão económica e da acção económica externa, o apoio à iniciativa privada e inserção do país na divisão internacional do trabalho. Entre 1992 e 1996 adoptou-se uma estratégia de economia de mercado e sua inserção no contexto mundial, através da captação de investimento estrangeiro e da livre circulação de pessoas, capitais, bens e tecnologia. As consequências foram um aumento do PIB em 4%, acompanhado pela degradação das finanças públicas e das contas externas.

O Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 1997/2000 colocou a tónica sobre a complementaridade entre crescimento e desenvolvimento, conjugando diversas políticas, como as macroeconómicas, de investimento, demográfica e social, etc.

Em termos práticos, todas estas políticas resultaram, ao longo deste período, numa taxa média de crescimento do PIB superior a 5%, no aumento da poupança pública e privada, aumento das exportações de bens e serviços, reforço do investimento privado e controlo da inflação.

1.3.3. Situação económica actual

Já em 2004, Cabo Verde ficou classificado em primeiro lugar, no conjunto dos países do continente africano, para beneficiar dos fundos da Millenium Challenge Account, um instrumento financeiro estabelecido pelo Governo dos Estados Unidos da América (EUA) com o objectivo de financiar programas e projectos de desenvolvimento,

associando o volume da ajuda ao desenvolvimento à performance do país, que reforça os incentivos ao investimento estrangeiro e às oportunidades de exportações em condições vantajosas para o mercado dos EUA através do African Growth and Opportunity Act.

A selecção e a classificação dos países, realizada pela Administração Americana, obedece a determinados critérios, tais como a boa governação, a qualidade da democracia, a estabilidade política, os níveis de desenvolvimento humano e a abertura económica.

Apesar da boa performance económica do longo da década de 90, entre 1999 e 2000 verificou-se um agravamento do défice das contas públicas, que se deveu a um conjunto de circunstâncias, das quais se destacam o aumento dos preços do petróleo e das despesas levadas a cabo com vista a minimizar os efeitos da seca do ano 1998/99, o que obrigou à adopção de medidas de contenção da despesa, que se revelaram satisfatórias, ao nível, por exemplo, da redução do défice (Costa, 2003:88-89).

Em relação ao endividamento, apesar de Cabo Verde apresentar uma dívida externa elevada (em 1999 atingia 54% do PIB), esta é constituída principalmente por créditos concessionais, o que levou a que no ano de 1999 o pagamento do serviço da dívida representasse, apenas, 0,6% do PIB⁴. Quanto à dívida interna, verifica-se a situação inversa: apesar de representar 40% do PIB em 1999, atingiu os 3% do pagamento do serviço da dívida interna no período 1996/1998⁵, o que levou à adopção de mecanismos

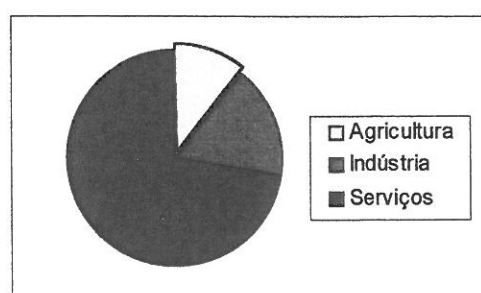
⁴ Cf. Banco de Portugal, 1999/2000. O Banco de Portugal produz anualmente relatórios sobre a situação económica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tanto no que se refere aos indicadores macro-económicos como às suas relações económicas e financeiras com Portugal.

⁵ Idem.

internacionais de alívio da dívida⁶ (Idem). Em 2001, o serviço da dívida total registou 2,4% do PIB⁷.

Quanto à inflação, apresenta níveis baixos e controlados. O ano de 2001 registou uma taxa de inflação de 3,74% e o deflator do PIB uma variação anual de 4,02%, tudo isso acompanhado de um crescimento anual do PIB de 3%⁸.

Gráfico 1 – Distribuição sectorial do PIB de Cabo Verde (2001)



Fonte: World Bank (2003)

A distribuição sectorial do PIB, em 2001, evidencia o peso do sector dos serviços (mais de 70%), onde se destacam o comércio, transportes e comunicações⁹ e serviços públicos, e onde a actividade turística começa a ganhar maior relevância¹⁰. O sector industrial atinge, praticamente, os 17% do PIB, ocupados principalmente pela indústria ligeira, como as conservas de peixe ou o calçado. A agricultura não vai além dos 10%, o que se explica através das más condições climáticas e dos solos, o que não permite à produção agrícola nacional sustentar a população, ficando assim dependente da importação de alimentos e da ajuda internacional.

⁶ Nomeadamente, a criação em 1998 de um *Trust Fund* (Fundo Fiduciário) gerido pelo Banco de Portugal (entidade independente) e financiado por contribuições externas e receitas das privatizações até ao valor da dívida.

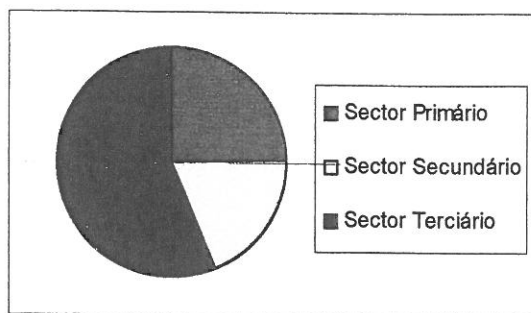
⁷ Cf. World Bank, 2003.

⁸ Idem.

⁹ A localização insular e a posição geoestratégica influenciam o desenvolvimento das comunicações e transportes, destacando-se a melhoria das infra-estruturas portuárias e aéreas.

¹⁰ Segundo dados do Banco de Portugal (2001/2002), a actividade turística representava em 1997 3% do PIB e em 2001 cerca de 9,5%.

Gráfico 2 – Distribuição da população activa, por sectores de actividade (2000)



Fonte: INE de Cabo Verde, Censos 2000

Quanto à distribuição da população activa por sectores de actividade, de acordo com os dados fornecidos pelos Censos 2000, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde, verificamos, através da análise do quadro 1, que se destaca o sector terciário, onde se encontra empregada mais de metade da população activa cabo-verdiana. Segundo a mesma fonte, a percentagem de trabalhadores no sector privado é de 62,7%, 23,4% encontram-se empregados no sector público e 13,9 % em outros sectores, como as famílias ou entidades estrangeiras ou internacionais. A taxa de desemprego atinge os 17,4%, subindo para 29,7% quando nos restringimos à faixa etária compreendida entre os 15 e os 24 anos.

Cabo Verde já é hoje considerado, segundo a classificação do Banco Mundial (BM), um país de rendimento médio baixo; contudo, um quarto da população activa continua a viver numa situação de pobreza e desemprego (este último, segundo os Censos 2000, atinge 17,4% da população). Estes ainda constituem “os principais factores de caracterização social do país” (Costa, 2003: 91).

Como já referimos anteriormente, a economia cabo-verdiana caracteriza-se essencialmente pelo seu carácter extrovertido. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) recebida no ano 2001 atingiu cerca de 13% do PIB, um decréscimo significativo

em comparação com a APD recebida em 1990, que ultrapassava os 30% do PIB. O investimento estrangeiro representou no mesmo ano 0,12% do PIB¹¹.

Apesar da balança comercial se apresentar deficitária, com as exportações a ocuparem 25,82% do PIB, contra 57,09% das importações, o peso das primeiras já é significativo¹².

As remessas do exterior, provenientes dos fluxos de emigração que, num contexto de análise económica, contribuem para “aliviar a pressão sobre o mercado de emprego” (Costa, 2003:92), atingiram no ano 2000 os 20% do PIB¹³, contribuindo, também, para equilibrar as contas públicas.

1.3.4. Relações internacionais, regionais e de cooperação

Do ponto de vista das relações internacionais, Cabo Verde é membro de instituições especializadas das Nações Unidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), instituições estas com representação própria no país.

Ao nível do financiamento internacional, é também um dos Estados-membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), de instituições do BM e do Banco Africano de Desenvolvimento. É um dos beneficiários das Convenções de Lomé e Cotonou, o principal instrumento de cooperação estabelecido entre a União Europeia (UE) e os Estados ACP (i.e. África, Caraíbas e Pacífico).

¹¹ Cf. World Bank, 2003.

¹² Idem.

¹³ Idem.

O aprofundamento das relações entre Cabo Verde e a UE é, neste momento, uma principais prioridades da política externa cabo-verdiana.

Ao nível do continente africano, é membro da União Africana (UA), e faz parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), um projecto de integração regional. Como país lusófono é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada em 1996, com o objectivo de reforçar as relações de amizade e cooperação entre os Estados-membros.

Quanto às relações bilaterais, Portugal constitui o principal parceiro de Cabo Verde, tendo o primeiro acordo de cooperação entre os dois países, designado Acordo Geral de Cooperação e Amizade, sido assinado em 1976.

Em 1998, é celebrado entre Cabo Verde e Portugal o Acordo de Cooperação Cambial, que para João Estevão (1998:1) representa:

“um corolário da exemplaridade das relações luso – cabo-verdianas, em particular no domínio da cooperação económica-financeira, e como instrumento para o aprofundamento dos laços económicos bilaterais, nomeadamente no que respeita à intensificação dos fluxos comerciais e de investimento.”

No âmbito do acordo cambial, fica estabelecida uma relação de paridade fixa entre a moeda cabo-verdiana e a portuguesa (actualmente EUR 1 = CVE 110,264) e garantida a sua convertibilidade. É também criada “uma facilidade de crédito destinada ao financiamento de bens e serviços ou à liquidação do serviço da dívida externa” (Costa, 2003:85). Entre as principais vantagens da adopção deste sistema, enumeradas por Estevão (1998:3-4), destacam-se uma maior disciplina e credibilidade das políticas monetária, fiscal e cambial e a liberalização da circulação de capitais entre os dois países.

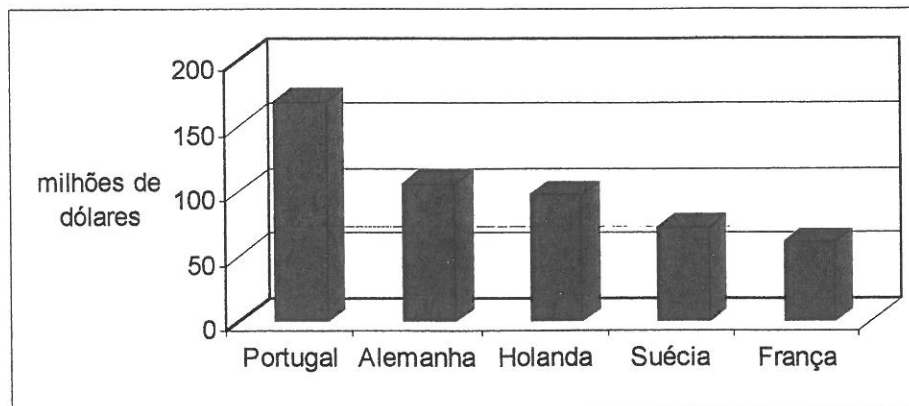
Como outros instrumentos de cooperação entre os dois países, destacam-se os Programas Indicativos de Cooperação (PIC's), reguladores da cooperação a médio prazo, os Programas Anuais de Cooperação (PAC's), reguladores da cooperação a curto prazo, acordos sectoriais diversos e acordos e protocolos inter-institucionais.

O PIC¹⁴ estabelecido para o triénio 2002-2004, para além de pretender dar continuidade a projectos iniciados no programa anterior e de conferir à cooperação entre os dois países maior racionalidade, define como eixos estratégicos a estabilidade macro-económica, a consolidação das instituições, a valorização dos recursos humanos, a competitividade do sector empresarial cabo-verdiano, a valorização da cultura, entre outros.

Ainda no contexto bilateral, no-que se refere à APD, no período compreendido entre 1990 e 1999, destacam-se como parceiros de Cabo Verde, para além de Portugal, a Alemanha, a Holanda, a Suécia e a França, que constituem, assim, o conjunto dos cinco maiores doadores de APD a Cabo Verde, de acordo com os dados disponibilizados pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

¹⁴ O primeiro PIC foi estabelecido para o período 1999-2001, apresentando como eixos fundamentais a cooperação financeira, a valorização dos recursos humanos e culturais, a promoção das condições sociais e de saúde, o apoio ao desenvolvimento sócio-económico, o apoio à consolidação das instituições cooperação intermunicipal e descentralizada. O balanço deste primeiro programa foi positivo, embora se aponte como principal falha a dispersão e a falta de articulação dos projectos.

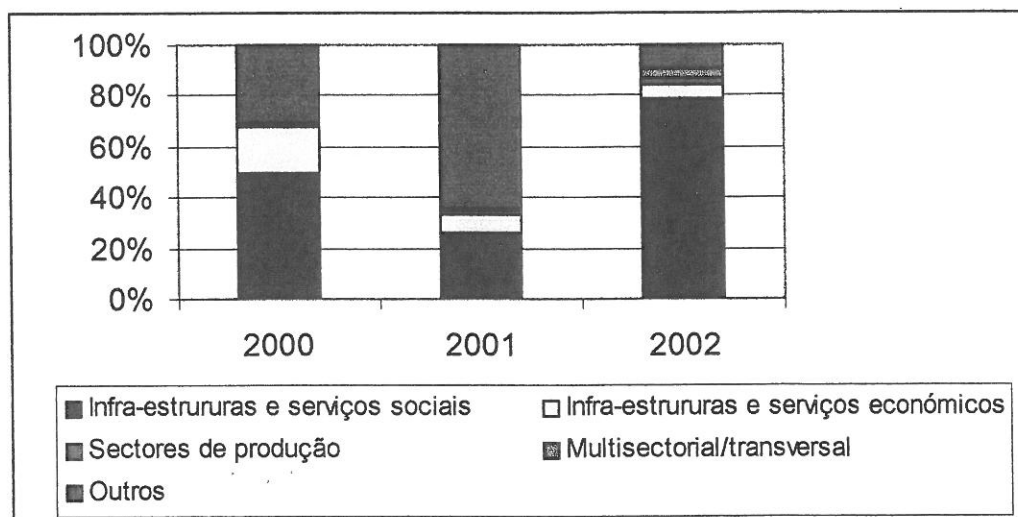
Gráfico 3- Cinco principais fornecedores de APD líquida (1990-1999)



Fonte: OCDE (2001)

Segundo o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), no período compreendido entre 2000 e 2002, a APD bilateral portuguesa rondou os 62 milhões de euros, destacando-se os sectores das infra-estruturas e serviços sociais e infra-estruturas e serviços económicos, especialmente as áreas da educação, da saúde e dos transportes.

Gráfico 4 – Distribuição sectorial da APD portuguesa a Cabo Verde (2000-2002)



Fonte: IPAD (2003)

A ajuda fornecida pelos restantes doadores é também canalizada para diversos sectores. A Alemanha apoia essencialmente projectos de formação profissional, destacando-se a sua contribuição para uma iniciativa relacionada com o desenvolvimento das pescas. Os fluxos provenientes de França, para além da cultura, turismo, água e energia, destinam-

se a reformas da Administração Pública, reforçando o papel das autarquias através da descentralização do poder. Por seu lado, a Holanda aposta na cooperação regional, direccionando a sua ajuda, maioritariamente, para a Ilha de Santo Antão.

1.3.5. Indicadores sociais e aspectos demográficos

Ao analisarmos o Relatório de Desenvolvimento Humano para o ano de 2003, verificamos que Cabo Verde apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que ronda os 0,727, encontrando-se em 103º lugar do *ranking*, num total de 175 países, uma posição bastante favorável relativamente aos restantes países da África ao Sul do Sahara (ASS).

Quadro 1 – IDH em 17 países da ASS¹⁵

Ranking	Países membros	IDH 2001
103	Cabo Verde	0.727
122	São Tomé e Príncipe	0.639
129	Gana	0.567
141	Togo	0.501
151	Gâmbia	0.463
154	Mauritânia	0.454
156	Senegal	0.430
157	Guiné Conacry	0.425
159	Benin	0.411
161	Costa do Marfim	0.396
164	Angola	0.377
165	Tchad	0.376
166	Guiné Bissau	0.373
170	Moçambique	0.356
172	Mali	0.337
173	Burkina Faso	0.330
175	Serra Leoa	0.275

Fonte: PNUD (2003)

¹⁵ Este quadro foi elaborado a partir de um total de 175 países considerados.

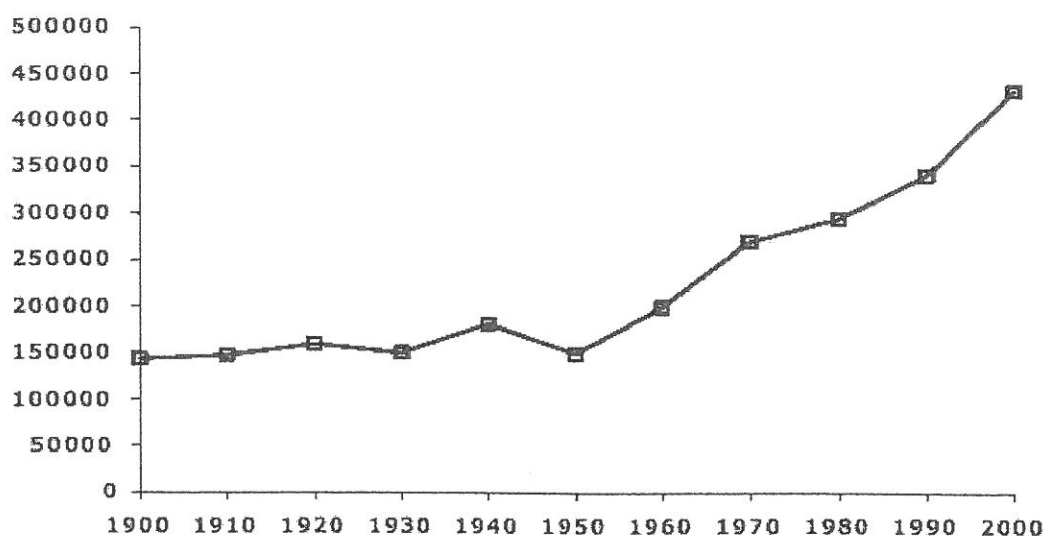
De acordo com o mesmo relatório, Cabo Verde regista uma esperança média de vida à nascença de 69,7 anos, em 2001. Se compararmos este mesmo indicador para o período 1970-75 e para o período 2000-05, verificamos que sofreu um aumento de 12,7 anos. Já a mortalidade infantil registou uma redução de 45 óbitos, em 1990, para 29 óbitos, em 2001, por mil nados vivos.

No sector da educação, regista-se uma taxa de alfabetização de adultos de cerca de 74,9% no ano de 2001, o que se traduz num aumento de 11,1% em relação a 1990, uma taxa bruta de alfabetização de 80% e uma taxa de escolaridade primária de 99%, para o período 2000-01.

Relativamente aos aspectos demográficos, a evolução e estrutura da população cabo-verdiana assumem características específicas, encontrando-se estritamente relacionadas com a localização geográfica do arquipélago, aspectos sócio-económicos e condições climáticas, que originam períodos de secas, fomes e migrações internas e externas.

Com uma população total actual estimada em 434.625 habitantes, dos quais 53% constituem população urbana, segundo os dados dos Censos 2000 fornecidos pelo INE do país, Cabo Verde registou uma taxa de crescimento populacional relativamente acelerado, de aproximadamente 1,5% ao ano durante a década de oitenta e 2,4% ao longo da década de noventa.

Gráfico 5 – Evolução da população de Cabo Verde (1900-2000)

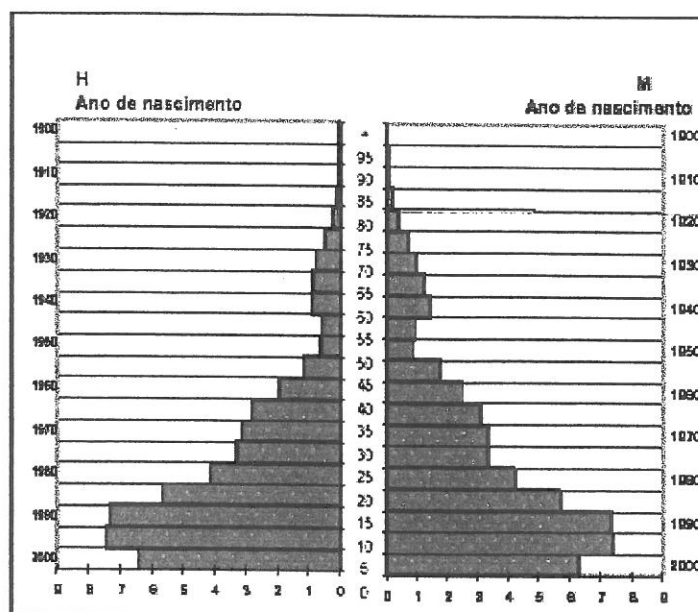


Fonte: Brito, 2003 (adaptado)

Cabo Verde é um dos países da ASS que atravessa a segunda fase da transição demográfica, com uma Taxa Bruta de Natalidade (TBN) média (com 29,3 nascimentos por ano em cada mil indivíduos) e uma Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) fraca (menos de 15 óbitos por ano em cada mil indivíduos).

Em relação ao Índice Sintético de Fecundidade (ISF) de Cabo Verde, que entre os anos 70 e 90 registou uma redução mais rápida do que na maioria dos países em desenvolvimento (Gomes, 2002:32), encontra-se estimado em 4,0 filhos por mulher, segundo os Censos 2000. Porém, como ressalva o mesmo autor, “existe um diferencial importante segundo o habitat. Enquanto que as mulheres residentes nos meios urbanos apresentam um ISF de 3,1 filhos, aquelas que habitam nos meios rurais têm em média 4,9 filhos, resultando uma diferença de 1,8 filhos” (2002:43).

Figura 2 – Pirâmide de idades (2000)



Fonte: Brito, 2003 (adaptado)

A estrutura demográfica actual da população cabo-verdiana apresenta uma base larga, o que se traduz numa população jovem, característica dos países em desenvolvimento (cerca de 40% da população tem menos de 15 anos), apresentando no caso de Cabo Verde fecundidade média. É também de destacar, como realça Gomes (2002:45), “a relação entre o comportamento da população cabo-verdiana e os diversos indicadores de desenvolvimento”, referindo, a título de exemplo, as implicações da educação da mulher na quebra de fecundidade, as condições gerais de saúde do país, que permitem concentrar a mortalidade nas faixas etárias mais elevadas (6,2% da população ultrapassa os 65 anos), e indicadores económicos, como o crescimento do PIB, que contribuem para o aumento do bem estar da população.

Apesar de todas estas características, a emigração ainda é, hoje em dia, “o centro da questão demográfica cabo-verdiana” (Monteiro, 1997:323), tornando-se mais saliente sobretudo a partir dos anos 70, impulsionada pelo elevado ritmo de crescimento demográfico, aliado à degradação e escassez dos recursos.

Mesmo com a conquista da independência e da democracia, com estabilidade política, com níveis de desenvolvimento económico consideráveis e com a melhoria das condições de vida da população, a vontade de partir permanece.

Terminada esta síntese da caracterização geral de Cabo Verde, que procurou descobrir que condições dos diferentes enquadramentos do país poderão estar na génese do fenómeno migratório cabo-verdiano, partimos agora para a compreensão desse mesmo fenómeno, desde o seu início, aos seus ciclos, pressupostos teóricos e tendências actuais.

2. Emigração cabo-verdiana: enquadramentos e tendências

No segundo capítulo do presente trabalho propomo-nos contar de forma breve a história da emigração cabo-verdiana, com as suas diferentes vagas e os seus principais países de destino. Passamos ainda pelo enquadramento teórico que suporta e explica as migrações do país e terminamos com uma síntese das principais tendências actuais dos fluxos de emigração cabo-verdiana.

2.1. História da diáspora cabo-verdiana

A própria constituição da comunidade cabo-verdiana, já analisada no capítulo 1, permite sustentar a ideia de Góis, quando o mesmo afirma que “o cabo-verdiano já nasceu (e)migrante”, tornando-se a emigração “um dos fenómenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana” (2002:15).

De facto, se no início foram imigrantes provenientes de diversas origens que povoaram o território até aí desabitado, rapidamente os próprios cabo-verdianos se espalharam pelo mundo, primeiro através de uma *emigração forçada*, imposta pelo sistema escravagista implementado, depois, já através de uma *emigração espontânea*, consequência de todas as provações inerentes a este “Shael insular”.

Iremos, de seguida, apresentar um resumo da história emigratória cabo-verdiana, caracterizada por diversas vagas, desde finais do século XVIII, princípios do século

XIX, até finais do século XX, de baseando-nos em classificações propostas por diversos autores, como Carreira (1982), Lopes (1993) e Góis (2002)¹⁶.

2.1.1. Primeira vaga: dos finais do século XVIII às primeiras décadas do século XX

A primeira fase da emigração cabo-verdiana distingue-se pela partida para dois destinos diferenciados: o continente americano e as colónias do Império português.

A) As Américas

Apesar de podermos afirmar que os cabo-verdianos emigram desde sempre, foi a partir dos finais do século XVIII que se verificou o primeiro fluxo significativo de saídas, em direcção ao EUA, tornando-se este país, desde então, um destino tradicional da emigração cabo-verdiana.

Este fluxo encontra-se associado às actividades dos navios baleeiros americanos nos mares cabo-verdianos¹⁷, das quais resultaram, como afirma João Lopes, “uma aproximação entre a tripulação (...) e os habitantes das zonas ribeirinhas das ilhas, devido principalmente à necessidade que aqueles tinham de se abastecerem em géneros frescos e água (...), de utilizar apoios em terra (...), e renovar a tripulação” (1993:15).

Aos poucos, esta emigração temporária de marítimos cabo-verdianos, proveniente, essencialmente, das ilhas do Sotavento, vai-se fixar em cidades costeiras norte-americanas, como Boston, Brockton, Providence, entre outras.

¹⁶ Estes autores distinguem as diferentes fases da emigração, de um modo semelhante, variando por vezes a definição dos períodos de tempo.

¹⁷ Situação idêntica ocorreu nos mares dos Açores, impulsionando a emigração portuguesa para os EUA, como referem Baganha (1990) e Carreira (1983).

Mas não só o norte do continente americano constituía um destino para os cabo-verdianos. A partir de finais do século XIX, chegam ao Uruguai, à Argentina e ao Brasil marítimos cabo-verdianos, provenientes das ilhas do Barlavento, devido, muitas vezes, às dificuldades de entrada nos EUA.

B) África e as Colónias Portuguesas

A par da emigração para as Américas, verifica-se a partir de meados do século XVIII uma corrente migratória impulsionada pelo próprio poder colonial, que tem como destino outros territórios coloniais portugueses.

Tendo em vista a ocupação da costa guineense, Elisa Andrade (1984:275) defende que, depois do veredicto ditado pela Conferência de Berlim¹⁸, “os cabo-verdianos foram encorajados a emigrar para a Guiné para ocuparem postos em diversos escalões”, chegando a sua presença no território a ultrapassar a portuguesa. Também em plantações do Senegal e de Angola a presença cabo-verdiana se fez sentir.

Em S. Tomé e Príncipe assistiu-se a uma *emigração forçada*, composta por trabalhadores não qualificados que se dirigiam às roças de café, que para Borges (1997:75) marcou “uma das passagens mais negras da história do povo cabo-verdiano, constituindo um verdadeiro estigma as duras condições que envolveram a sua concretização”.

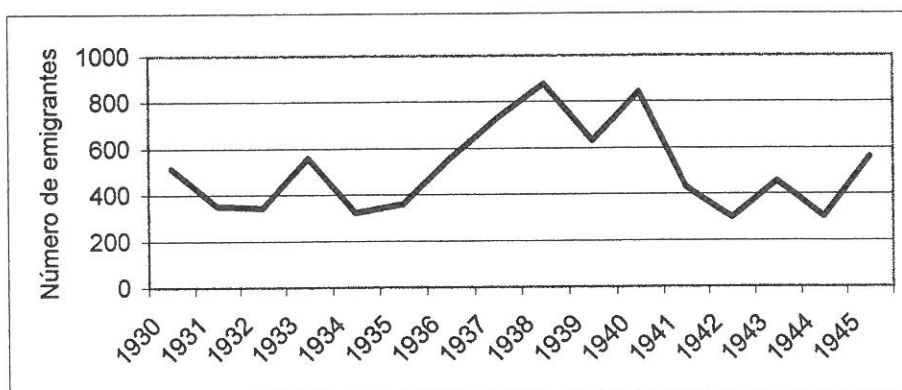
¹⁸ Realizada em 1885, redefiniu o mapa colonial dos finais do século XIX, com o continente africano a ser alvo dos interesses das grandes potências industrializadas. Portugal viu os seus interesses bastante atingidos, ao ter que ceder vários territórios.

2.1.2. Segunda vaga: dos anos 20 ao fim da 2ª guerra mundial

Este período é extremamente influenciado pela diminuição da emigração para os EUA, consequência dos entraves colocados pelo governo americano, a partir dos anos vinte, à entrada de cabo-verdianos e de outros povos “de cor” no país, o que resulta na procura de novos destinos.

Neste segundo ciclo, é possível verificar como grandes tendências: a intensificação das saídas para o Brasil e outros países Sul americanos, o aumento das migrações no interior do Império colonial português, inclusive para a metrópole, e a procura de destinos nos países vizinhos do continente africano, como Dakar no Senegal e Banjul na Gâmbia. Estes, para além de constituírem mercados de trabalho alternativos, funcionavam, juntamente com Bissau e Lisboa¹⁹, como plataformas redistributivas, tendo como destino o porto de Roterdão na Holanda.

Gráfico 6 – Emigração cabo-verdiana (1930-1945)

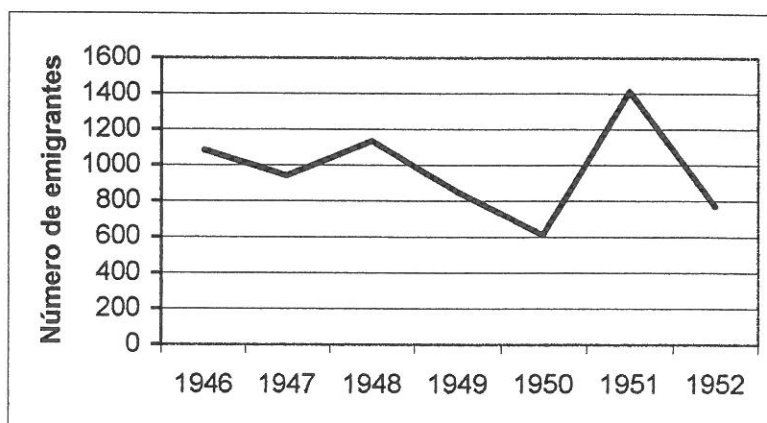


Fonte: Carreira, 1982 (adaptado)

2.1.3. Terceira vaga: do fim da 2ª guerra mundial aos dias de hoje

Na primeira fase deste terceiro ciclo, que se situa entre 1946 e 1952, cerca de 80% da emigração cabo-verdiana ocorreu no interior do império colonial português e praticamente 60% deste total dirigia-se a Portugal. Ao longo deste período verifica-se uma quebra nos fluxos para os EUA, Brasil e América do Sul, condicionados pelas políticas restritivas de imigração impostas por estes países.

Gráfico 7 – Emigração cabo-verdiana (1946-1952)

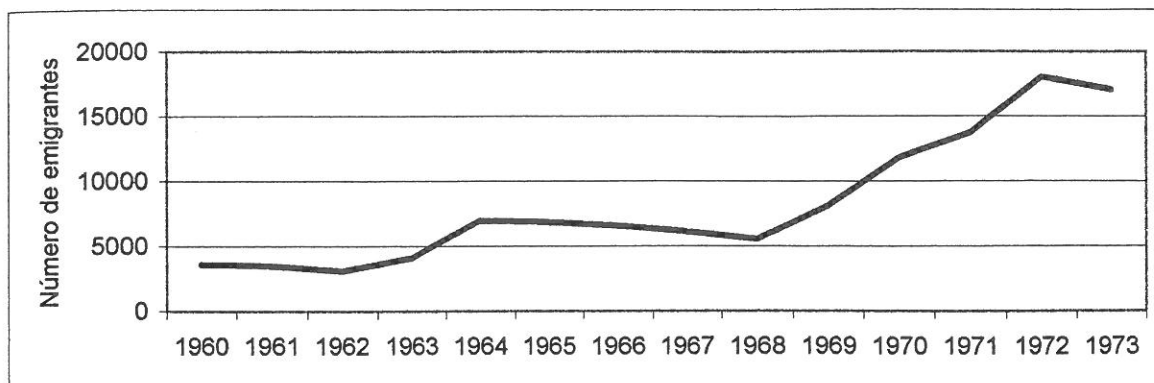


Fonte: Carreira, 1982 (adaptado)

A década de 60, que marca a segunda fase deste ciclo, caracteriza-se pela emigração cabo-verdiana para o continente europeu, registando-se também saídas para outros destinos tradicionais da emigração cabo-verdiana fora deste continente. Como afirma Góis (2002:62), “a *emigração voluntária* para a Europa ocorrida ao longo deste período permite estancar a *emigração forçada* para o Sul, colocando um ponto final num destino migratório secular para os cabo-verdianos.”

Cidades como Lisboa e Roterdão, para além de constituírem mercados de trabalho atractivos, funcionam como plataformas redistribuidoras, características da emigração cabo-verdiana para a Europa, uma “emigração por fases, ou emigração circular, com passagem sucessiva por várias etapas, numa transição entre a origem e o destino final”, como afirma o mesmo autor (2002:63).

Gráfico 8 – Emigração cabo-verdiana (1960-1973)



Fonte: Carreira, 1982 (adaptado)

O gráfico 8 mostra-nos a evolução dos fluxos emigratórios cabo-verdianos a partir da década de 60, sendo possível observar aumentos significativos a nos finais dos anos 60 e no princípio da década seguinte, rumo a diversos destinos.

A emigração cabo-verdiana actual constitui assim uma verdadeira rede, na qual os migrantes cabo-verdianos se movimentam constantemente, que se estende por vários países de três continentes diferentes: África, América e Europa²⁰.

2.2. Migrações cabo-verdianas: enquadramento teórico

Apesar de todas as suas especificidades, as migrações cabo-verdianas são passíveis de um enquadramento conceptual no quadro das teorias das migrações internacionais e de uma contextualização no panorama das migrações do continente africano, e até da própria África Ocidental.

²⁰ Ver em anexo a configuração da rede migratória cabo-verdiana actual (Góis, 2002:69).

Ao tentarmos classificar do ponto de vista teórico as migrações cabo-verdianas, poderemos falar numa “contemporânea *diáspora de trabalho* (...) suporte para uma *comunidade transnacional de baixa intensidade* (...) ou para (...) uma *comunidade transnacional (ainda) potencial*” (Góis, 2002:71).

2.2.1. As teorias micro-sociológicas

Ao conjunto de teorias das migrações onde o agente individual desempenha o papel primordial, dependendo da sua vontade a decisão de migrar, podemos apelidar de teorias micro-sociológicas. Se recuarmos às teorias clássicas constatamos que, na sua maioria, baseiam-se neste pressuposto. Um dos exemplos é modelo de atracção-repulsão (*push-pull model*), que assenta em bases essencialmente económicas, considerando o emprego (ou a sua não existência) um elemento-chave na repulsão pelo país de origem e na atracção pelo país de destino.

Este modelo é passível de ser aplicado ao caso migratório cabo-verdiano. Seria, contudo, talvez mais correcto aplicá-lo num sentido invertido, de repulsão-atracção, pois são as condições climáticas, sociais e económicas e até o próprio contexto histórico, que levam à vontade de sair, que prevalecem sobre o fascínio exercido pelos países de destino.

Também continuando a seguir o pensamento micro, a teoria do capital humano aplicada às migrações desenvolve uma análise económica de custos/benefícios efectuada pelo agente, que não se limita ao curto prazo. A teoria do capital humano encontra-se estreitamente relacionada com os conceitos de integração e rendimento salarial. Quanto

mais baixo for o capital humano mais difícil será a integração do migrante no mercado de trabalho.

2.2.2. As teorias macro-sociológicas

As teorias designadas como macro-sociológicas encontram-se relacionadas com factores colectivos ou estruturantes (como, por exemplo, instituições ou redes migratórias), que vão condicionar de forma positiva ou negativa a decisão individual do agente²¹.

Na análise macro, as teorias do mercado de trabalho segmentado ou do mercado de trabalho dual, desenvolvidas por autores como Piore e Portes²², defendem que as migrações internacionais se encontram estritamente relacionadas com as dinâmicas dos mercados de trabalho e dos seus segmentos: a variação dos fluxos migratórios depende do tipo de oferta de emprego no mercado de trabalho do país de destino.

A teoria do mercado de trabalho segmentado realça o facto de nos países de acolhimento se criarem “mercados secundários” que repelem os trabalhadores locais, atraindo imigrantes provenientes de países pobres, que se inserem em sistemas de economias informais, o que implica um cenário de precariedade no que se refere ao estatuto jurídico (trabalho temporário ou ilegal), ao recrutamento (que se baseia em factores como as origens étnicas, em detrimento de outros como as qualificações) e aos salários. Tudo isto impede o desenvolvimento do capital humano e a (consequente) mobilidade profissional ascendente.

²¹ É importante referir que a fronteira entre as teorias macro e micro sociológicas é difícil de traçar, devido sobretudo à complexidade e à subjectividade inerentes ao conceito de migrações. Porém, este enquadramento teórico continua a ser fundamental para a compreensão e explicação das diferentes dinâmicas migratórias.

²² Sobre estes dois autores ver Peixoto (1998).

No caso dos migrantes cabo-verdianos, é mesmo possível observar percursos de mobilidade profissional descendente: no seu país desempenhavam determinados ofícios, enquanto nos países de destino, como Portugal, ficam confinados ao sector da construção civil e dos serviços domésticos e de limpeza.

Outras teorias de enquadramento macro, emanando das áreas económica e geográfica e colocando o acento tónico na variável espaço, procuram explicitar a relação entre os movimentos migratórios e a sua localização. São várias as modalidades que poderão assumir estas teorias:

- A economia e geografia económica neo-clássicas, que explicam a localização das actividades através de conceitos como economias de escala e de aglomeração ou disponibilidade de recursos produtivos (Peixoto, 1998:62).
- As acepções de cariz marxista, que se debruçam sobre a relação entre estruturas espaciais e redes sociais, destacando-se a “organização espacial do capitalismo”, estudada por autores como Hudson e Lewis, Castells e Massey (cit. in Peixoto, 1998:63). Um dos conceitos mais relevantes é o sistema-mundo de Wallerstein, aplicado ao estudo das migrações internacionais por vários autores. Petras (1981) considera que uma das principais características do sistema mundo dos nossos dias (capitalismo moderno) é a criação de um mercado de trabalho global, que atrai os fluxos migratórios internacionais. Um exemplo claro desta situação é o chamado transnacionalismo, que irá ser desenvolvido mais à frente.
- Por último, a teoria dos “sistemas-migratórios”, de autores como Kritz (1992), defende que são os contextos históricos específicos que influenciam os movimentos migratórios, dando origem a um sistema.

Se analisarmos segundo uma perspectiva sociológica, as teorias das migrações de enquadramento macro, estas poderão ser agrupadas em algumas categorias. São de referir, em primeiro lugar, as que conferem às instituições um papel primordial nos fluxos migratórios, onde poderão assumir um papel de promotor ou de acompanhante no percurso migratório. São exemplos disso as organizações empregadoras ou as associações de apoio a migrantes, que são direccionadas a tipos de migrantes específicos: as primeiras a migrantes de um nível socio-económico médio/alto, as segundas a migrantes de estatuto inferior.

As teorias que realçam o desempenho das redes migratórias conjugam as teorias da sociologia económica com as institucionais, defendendo que os migrantes “não actuam isoladamente, nem no acto de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino”. Eles encontram-se, sim, “inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da imigração (como os “engajadores”), que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva” (Peixoto, 1998:67). Neste sentido, as redes encontram-se baseadas na existência de um forte capital social (Portes, 1999).

Relacionadas com as teorias das redes, há que referir as teorias que se relacionam com os laços étnicos e sociais (ocupacionais ou territoriais), com destaque para o recurso ao capital social que, conjugado com os factores económicos, permite a criação de actividades e até o recrutamento de trabalhadores.



2.2.3. O transnacionalismo

Para melhor compreender os fluxos migratórios contemporâneos, cujos agentes apresentam um novo tipo de comportamento, alternando a sua vida entre a sociedade de origem e a(s) sociedade(s) de destino, foi adoptado o conceito de transnacionalismo por autores como Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (cit in Góis, 2002:135).

Estes transmigrantes desenvolvem vários tipos de relações, entre as quais familiares, económicas, sociais, políticas ou religiosas que ultrapassam as fronteiras tanto do seu país de origem como do de destino, dando origem a verdadeiras comunidades e redes transnacionais. Não podemos deixar de salientar a importância da globalização e das novas tecnologias da comunicação, que constituem o motor do processo transnacional.

As práticas transnacionais estão também presentes na comunidade cabo-verdiana emigrada. As ligações ao país são frequentes através de visitas periódicas, de deixar filhos ao cuidado de familiares, de investimentos em imóveis ou negócios e, sobretudo, das remessas enviadas que, apesar do seu peso estar a diminuir, no ano 2000 ainda representavam cerca de 25% do PIB em Cabo Verde.

Porém, estas características não se aplicam de igual modo aos emigrantes cabo-verdianos em geral. Os emigrados na Europa são os que mantêm práticas transnacionais mais intensivas, seguindo-se a comunidade emigrada nos EUA. Já dos que se encontram em países como S. Tomé e Príncipe, muitos não estabelecem relações transnacionais devido à ausência de capital económico e/ou social.

O transnacionalismo pode ser hoje encarado como uma nova forma de nacionalismo, ou melhor “o nacionalismo transnacional surge como uma espécie de comunitarismo mundial que recria e estimula as características principais do nacionalismo mas fora das fronteiras” (Góis,2002:146). Também aqui se encontra presente a influência da globalização que, para Giddens (2000:24), “é a razão que leva ao reaparecimento das identidades culturais em diversas partes do mundo”.

O transnacionalismo cabo-verdiano é também um novo tipo de nacionalismo, formando-se uma “comunidade (nação) cabo-verdiana geograficamente dispersa que partilha um conjunto de características com os cabo-verdianos que pertencem (ou que se inserem) no Estado-Nação cabo-verdiano, mas que já não dependem dele (economicamente, socialmente, institucionalmente, juridicamente, culturalmente ou politicamente) para sobreviverem” (Góis, 2002:148).

Ao analisarmos a história das migrações cabo-verdianas, podemos constatar a (quase sempre) constante presença de práticas transnacionais, sobretudo a partir do século XIX (quando os marinheiros cabo-verdianos dedicados à caça das baleias viviam divididos entre o seu país e os EUA). É, porém, a partir das últimas décadas do século XX que estas se intensificam, chegando mesmo a dar origem a novas formas de transnacionalismo, visíveis através dos negócios (o caso dos rabidantes²³, por exemplo), dos estudos e, com mais intensidade, através das famílias.

²³ Termo aplicado aos comerciantes informais.

É assim constituída uma verdadeira comunidade transnacional cabo-verdiana, que actua num espaço social transnacional, produto de um mundo globalizado, onde os transportes e os meios de comunicação e de informação desempenham um papel preponderante.

Contudo, para Góis (2002:167), o transnacionalismo cabo-verdiano poderá ser apelidado como potencial ou de baixa intensidade, pois as iniciativas transnacionais individuais ou familiares superam as colectivas, o que poderá ser explicado pela carência de capital económico (necessário para existir, por exemplo, um transnacionalismo empresarial), ao contrário do capital social em rede, do capital migratório, do capital cultural e da dispersão geográfica, que se revelam elevados. Por seu lado, Malheiros (2001:173) afirma que “a existência de uma comunidade transnacional pressupõe uma cultura migratória activa, ancorada no desenvolvimento de processos de saber circular e em práticas de vai-e-vem” e que, “no caso de Cabo Verde, estes elementos estão assegurados desde o século XIX.”

Este último autor, que estuda o transnacionalismo sobretudo no que se refere ao elemento espaço, afirma que:

“as relações transnacionais protagonizadas pelos migrantes possuem um conteúdo bem mais rico do que as migrações internacionais, assumidas numa perspectiva restrita. E estas relações têm de ser interpretadas em dois planos geográficos, o primeiro de carácter vertical, que corresponde às ligações à origem efectiva ou ancestral (...) e o segundo de carácter horizontal, que se prende com a interacção efectiva e virtual no âmbito dos arquipélagos migratórios” (Malheiros, 2001:250).

No caso cabo-verdiano, e no que se refere às ligações verticais, começemos por analisar as relações que se estabelecem entre os migrantes e o seu país de origem.

Num inquérito realizado a cabo-verdianos nas cidades de Lisboa e de Roterdão em 1999 (Malheiros, 2001), percentagens significativas revelaram que muitos emigrantes se deslocam com (mais ou menos) frequência a Cabo Verde²⁴ (sobretudo aqueles que possuem familiares mais próximos ou que são proprietários de bens no território, e menos as gerações mais jovens, mais e melhor integradas nas países de acolhimento). A imagem do país, à luz dos que se encontram na diáspora, reflecte principalmente a beleza do arquipélago, a ideia da ancestralidade e da terra-mãe.

Relativamente à identidade cabo-verdiana (ou crioula), e à sua construção ou reconstrução, verifica-se a coexistência de traços tanto africanos como europeus, consequência dos processos de colonização e migração ocorridos no país.

O mesmo se passa em relação à auto-identidade, onde é possível verificar a mesma ambiguidade. No estudo realizado alguns inquiridos afirmavam-se cabo-verdianos, outros nacionais do país de acolhimento, outros ainda luso-cabo-verdianos ou holandeses-cabo-verdianos.

Quanto aos símbolos nacionais, se falarmos no hino ou no Presidente da República, mais facilmente são identificados os do país de destino. Se, por outro lado, falarmos em música, a mais ouvida é sem dúvida a cabo-verdiana (e as suas mornas, coladeiras, funaná, batuques, entre outras).

²⁴ 25% dos inquiridos na AML e 40% em Roterdão afirmaram que se deslocam a Cabo Verde com alguma regularidade.

Outro factor que contribui para esta “dupla pertença”, para além da proximidade proporcionada pelos meios de comunicação e de informação, são os fluxos económicos, constituídos pelas trocas comerciais, pelos investimentos e pelas remessas.

As remessas, que tanto têm contribuído para o equilíbrio dos orçamentos familiares e, até mesmo, do orçamento nacional, aumentam o bem-estar das famílias e da população em geral. Os investimentos realizados são sobretudo em terrenos, construção de habitações próprias e pequenos negócios, que sempre contribuem para o desenvolvimento local. As trocas comerciais, que ainda se estabelecem principalmente ao nível informal, aos poucos começam a ganhar terreno, apesar do peso das importações ainda prevalecer sobre o das exportações.

Relativamente às ligações horizontais, estas vão ter como base “a circulação dos indivíduos e a dispersão internacional das famílias, a música, o associativismo no âmbito da comunidade transnacional e a utilização da Internet como veículo de contacto e interacção à distância” (Malheiros, 2001:321).

Começamos, primeiro, pela dispersão das famílias cabo-verdianas a nível mundial, que já atinge números significativos²⁵. Esta dispersão vai contribuir para a formação de redes familiares (ou até mesmo de *patrícios*), que incentivam e suportam os percursos migratórios, tanto do país de origem para o país de destino, como de um país de destino para outro, facilitando a mobilidade ao longo de toda a cadeia migratória.

²⁵ Segundo o inquérito já referido, ¾ dos cidadãos cabo-verdianos inquiridos em Lisboa e 90% dos inquiridos em Roterdão declaram ter familiares próximos a residir em outros países da diáspora.

Como também refere o mesmo autor (2001:330), a posse de um passaporte europeu ou americano, consequência de um processo de naturalização, constitui outro elemento facilitador dessa mesma mobilidade, pondo fim a barreiras sobretudo político-administrativas.

Cabo Verde constitui o principal ponto de encontro das famílias cujos membros se encontram espalhados pelos vários países de acolhimento, principalmente em ocasiões festivas ou períodos de férias. Cidades como Lisboa também funcionam, por vezes, como ponto de encontro de famílias na diáspora.

Quanto à música cabo-verdiana, que hoje é ouvida e produzida não só no país como também em toda a comunidade emigrada, ela tornou-se um elemento de união e de identidade nacional. Muitos dos seus temas reflectem sobre aspectos da emigração e alguns dos seus artistas provêm de comunidades na diáspora, sofrendo a música cabo-verdiana influências das várias partes do mundo.

Ao nível do associativismo, que no caso de grupos minoritários pretende conjugar a “dupla faceta dos trajectos migratórios, isto é, a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, bem como a urgência de preservação da própria identidade social e cultural” (Carita e Rosendo, 1993:135), podemos afirmar que o exemplo cabo-verdiano revela uma considerável estrutura associativa, espalhada pelos vários países de acolhimento, mas assente em objectivos dispersos e apresentando uma fraca comunicação entre si.

De modo a fortalecer a rede transnacional cabo-verdiana, o associativismo cabo-verdiano deverá superar as principais fraquezas que lhe são apontadas, como a débil capacidade financeira e institucional, a reduzida adesão dos emigrantes ao movimento associativo, as expectativas da comunidade e das associações que por vezes não são coincidentes.

A uma consciência associativa em crescimento, basta aliar uma maior articulação entre as diversas associações, e entre estas e o país de origem, uma definição concertada de estratégias e uma maior sensibilização dos emigrantes e seus descendentes (2^a e 3^a geração) e das instituições dos países de destino, para que se torne possível a construção de um verdadeiro espaço transnacional.

O último aspecto a ser focado no que se relaciona com o modo de interacção no âmbito do “arquipélago migratório” é a Internet, analisada como meio de comunicação entre a população residente no território e toda a diáspora, de informação e de divulgação de acontecimentos do país e das suas comunidades. Os seus utilizadores ainda são maioritariamente os jovens, destacando-se os que vivem nos EUA, mas aos poucos vão se ligando cada vez mais cibernautas. Nas palavras de Malheiros (2001:353), “a Internet contribui para consolidar uma caboverdianidade global que se pode transformar num potencial acrescido para o pequeno arquipélago”.

2.2.4. Emigração: aspiração *versus* capacidade

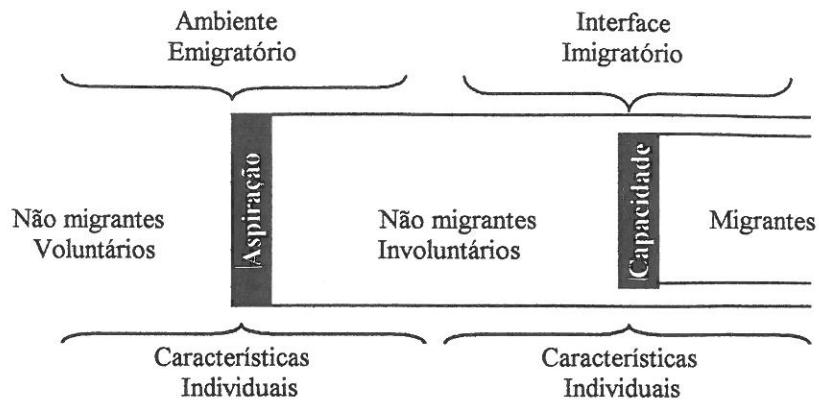
Segundo um relatório realizado pelo Observatório de Migrações e Emprego de Cabo Verde, em 1998, nos centros urbanos da Praia e Assomada (Ilha de Santiago), São Filipe (Ilha do Fogo), Espargos (Ilha do Sal) e Mindelo (Ilha de São Vicente), mais de

55% dos inquiridos manifestaram o desejo de emigrar, alegando, como principais motivos, o “ganhar pouco” e o “procurar uma vida melhor”. Os resultados deste estudo espelham a vontade iminente de partir, principalmente em busca de um sonho, demonstrando que as melhorias verificadas no país ao longo dos últimos anos, ao nível do crescimento e desenvolvimento económico, da melhoria das condições sociais e da estabilidade política, não contribuíram para a diminuição dessa mesma vontade.

Porém, como ressalva Carling (2001), no seu modelo baseado nas aspirações/capacidades para migrar (*aspiration/ability model*), existe uma diferença substancial entre o desejo de emigrar e o ter capacidades para concretizar tal desejo. Tal significa que para migrar é necessário reunir um conjunto de condições, não só económicas, como também de capital social, político e/ou cultural, que permitam combater as fortes barreiras que hoje os países de destino impõem à entrada de novos fluxos de imigração.

O não domínio dos factores necessários à partida leva a uma imobilidade involuntária (que não deve ser confundida com a não vontade de migrar), que pode ser explicada através de vários factores enunciados pelo mesmo autor: restrições provocadas pela falta de desenvolvimento (ao nível, por exemplo, da educação), aversão ao risco, preferência por migrações internas, discriminação dos migrantes, políticas de controle da imigração nos países de destino, entre outros. Estes factores podem constituir algumas das explicações possíveis para o facto dos migrantes internacionais constituírem apenas 2 a 3% do total da população mundial (Castles, 2000).

Figura 3 – Modelo aspiração versus capacidade



Fonte: Carling, 2001 (adaptado)

Através da análise do modelo aspiração/capacidade podemos observar que a aspiração para migrar deverá ser diferenciada em dois níveis: o nível macro, relacionado com o ambiente emigratório, que questiona o porquê de um elevado número da população pretender emigrar tendo em atenção os enquadramentos social, político e económico do país; e o nível micro, que analisa quem deseja ou não emigrar, e quais as suas características (em termos de género, idade, escolaridade, etc.).

Também a capacidade para migrar deverá ser analisada segundo estes dois níveis: a concretização da migração (*immigration interface*), que compreende os modos de emigração (migração laboral legal, reagrupamento familiar, asilo político, vistos, entrada ilegal), os seus requisitos, custos e riscos, no que se refere ao nível macro, e as características individuais, que permitirão ultrapassar as barreiras à migração, a nível micro.

Aplicando este modelo ao caso cabo-verdiano, podemos verificar que, ao nível das aspirações, os vários contextos que caracterizam o país estimulam a sua população para um percurso migratório (desde o passado histórico, à falta de recursos, passando pela

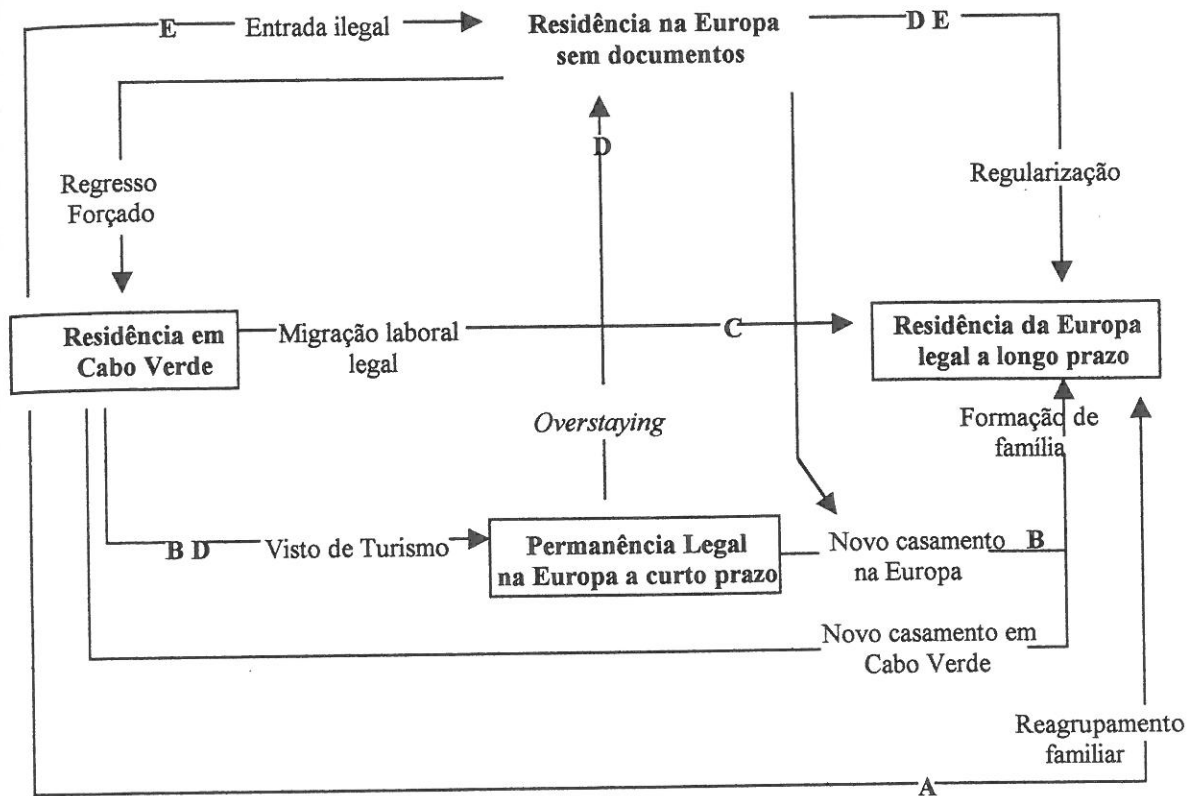
situação económica e social do país). Do ponto de vista individual é comum o desejo de partir, em busca de uma vida melhor para si próprio e para os seus familiares, mas, na grande maioria dos casos, sempre com o intuito de um dia voltar. As situações mais vulgares relacionam-se com os que partem à procura de um emprego melhor, pretendendo voltar anos mais tarde com algumas poupanças destinadas a algum negócio ou apenas para gozar o último período da vida, ou os jovens que saem para fazer uma formação superior no exterior com o objectivo de regressar e exercer as suas profissões no país.

A aspiração para emigrar prende-se também com determinadas características individuais, enumeradas por Carling, algumas das quais que passamos a destacar: idade (os jovens adultos são os que se encontram melhor posicionados para migrar), sexo (os homens apresentam um nível maior de aspiração, mas pouco significativo), estrutura familiar (se, por um lado, os filhos aumentam os custos emocionais e práticos da emigração, por outro, o aumento do seu bem-estar incentiva a emigração), situação sócio-económica (os que possuem um nível de vida mais baixo têm menos a perder, estando assim mais encorajados a partir); escolaridade (quanto maior for o nível educacional, maiores serão as possibilidades de um emprego bem remunerado em Cabo Verde, menores as aspirações de migrar); experiências migratórias na família ou amigos (o facto de ter na família alguém com o percurso migratório bem sucedido incentiva as aspirações).

Relativamente às capacidades para migrar, será necessário preencher determinados requisitos impostos pelas leis de imigração do país de destino, tendo sempre em atenção as características do país de origem.

Para Carling é possível distinguir cinco diferentes modos de migração cabo-verdiana para a Europa, como podemos observar na figura.

Figura 4 – Modos de Migração



Fonte: Carling, 2001 (adaptado)

Assim, de acordo com a figura 6, o modo A relaciona-se com a entrada no país de acolhimento através de um processo de reagrupamento familiar, que confere o direito à residência. O modo B recorre a um visto de curta duração, que permita a entrada, seguindo-se um casamento com o residente legal, que permite a permanência no país. O modo C prende-se com a existência de documentação necessária à entrada de trabalhador imigrante legal (sendo os principais sectores recrutadores a construção civil e os serviços domésticos e de limpeza). O modo D, depois de terminado o prazo do visto de entrada de curta duração, permanece ilegal, e o modo E entra directamente ilegal. Estes dois últimos modos esperam por períodos de regularização de imigrantes

extraordinários, que permitam a legalização, ficando, até lá, sujeitos à expulsão. Estes modos estão sujeitos a custos financeiros elevados, períodos de espera prolongados e, por vezes, riscos físicos (quando se trata de imigração ilegal).

Tal como a aspiração, também a capacidade para migrar se relaciona com as características individuais do futuro migrante. Destacamos a idade (que vai depender do modo de migração seguido: os jovens adultos têm mais dificuldade em obter vistos de turismo do que os mais velhos, mas mais facilidade na obtenção de vistos de trabalho); o sexo (as mulheres têm maior capacidade do que os homens em práticas como o reagrupamento familiar ou o trabalho ilegal); situação sócio-económica (quanto maior o nível de vida, maior a capacidade); escolaridade (a relação entre este parâmetro e a capacidade para emigrar não é clara), experiências migratórias na família ou amigos (aumentam a capacidade no que se refere à obtenção de visto de turismo ou no encontro de um emprego).

2.3. As tendências actuais

Depois da análise do percurso de evolução da emigração cabo-verdiana ao longo das diferentes vagas e da contextualização teórica das migrações do país, terminamos este capítulo com a elaboração de uma síntese das principais tendências actuais dos fluxos migratórios cabo-verdianos, desde a vontade em partir ao perfil dos novos migrantes, passado pelas estratégias adoptadas para a entrada e para a inserção nos países de acolhimento. As características destes novos fluxos irão ser comprovadas através de exemplos práticos, nos capítulos 3 e 4, com o estudo das diferentes comunidades cabo-verdianas na diáspora.

Apesar do cada vez maior número de obstáculos impostos pelos países de destino à entrada de novos migrantes, que vão desde a determinação de quotas de imigração ao controlo rigoroso das fronteiras, passando pela imposição de certos requisitos, já é um dado adquirido que os cabo-verdianos, continuam a pretender emigrar. Os factores explicativos dessa vontade nem sempre são de fácil definição: prendem-se, na maioria das vezes, com a procura de melhores condições de vida, a nível monetário, com a reunificação familiar, quando parte da família já se encontra no exterior e, também, com uma vontade subjectiva, ligada à tradição migratória do país e à busca de um ideal imaginário (entrevistas nº 1, 2, 3 e 4).

Contudo nem todos conseguem concretizar o desejo de partir, verificando-se, assim, uma imobilidade involuntária, já referida anteriormente. Só os que reúnem as características e as capacidades necessárias conseguem iniciar o percurso migratório. Para tal delineiam uma determinada estratégia, optando por um dos diversos modos de emigração (anteriormente observados na figura 4), recorrendo muitas vezes a contactos com familiares ou conterrâneos que já se encontram em terceiros países, que fazem parte do capital social que possuem.

De um modo geral os novos fluxos migratórios cabo-verdianos são constituídos essencialmente por uma emigração laboral, e pelos os seus consequentes efeitos, como o reagrupamento familiar. O fluxo de estudantes, que vai realizar o ensino técnico-profissional ou superior no exterior, também é significativo. Os doentes evacuados constituem igualmente de um fluxo migratório, assumindo neste caso características muito particulares (entrevistas nº 2 e 4).

Para traçar-mos o perfil geral dos migrantes cabo-verdianos dos dias de hoje, vamos reunir as tendências que mais se destacam nos fluxos actuais:

- tratam-se essencialmente de jovens (beneficiários do reagrupamento familiar e estudantes) e jovens adultos (trabalhadores);
- o número de migrantes do sexo feminino, de acordo com os países de destino, ultrapassa muitas vezes o número de migrantes do sexo masculino e o estado civil predominante é o estado de solteiro;
- o grau de instrução dos novos migrantes situa-se, em regra, ao nível do ciclo preparatório e 3º ciclo, encontrando-se assim melhor preparados em relação aos fluxos anteriores (entrevista nº 1);
- ao nível da inserção no mercado de trabalho, destacam-se os serviços domésticos e o sector da construção civil;
- a origem dos migrantes relativamente às ilhas relaciona-se com os países de acolhimento.

Apesar deste perfil geral é necessário salientar que as diferentes comunidades cabo-verdianas na diáspora não são de todo homogéneas. É possível detectar a existência de elites cabo-verdianas espalhadas pelo quatro cantos do planeta, das quais fazem parte políticos, académicos, investigadores, escritores, desportistas, músicos, pintores, entre tantos outros, que contribuem para o desenvolvimento do país, para a divulgação da sua cultura a afirmação do país no mundo e, de um modo geral, para a afirmação de Cabo Verde no mundo.

Os países de destino tradicionais continuam a fazer parte da rede migratória cabo-verdiana, destacando-se as cidades que funcionam como plataformas redistribuidoras, como Lisboa ou Roterdão, que encaminham os migrantes para o destino final. Aos poucos começam a surgir novos destinos, sendo o mais recente a Inglaterra (entrevista nº1), mas que ainda não reúne uma comunidade significativa.

Verifica-se, também, uma significativa mobilidade ao longo da rede migratória, motivada por contactos estabelecidos, que permitem encontrar um emprego que seja melhor remunerado, um país que ofereça maiores benefícios sociais ou passar umas simples férias em outro país, em casa de familiares ou amigos, o que não quer dizer que Cabo Verde não seja sempre um dos destinos mais desejados, por significar o reencontro com a terra-mãe, a família e os bens.

Esta mobilidade ao longo da rede é bem visível ao nível do continente europeu, sobretudo após a entrada em vigor dos Acordos de Schengen, que aboliram as fronteiras no interior do espaço com o mesmo nome, permitido aos cidadãos dos países aderentes circular livremente. Como muitos cabo-verdianos com dupla nacionalidade, possuem a nacionalidade de um desses países fica-lhes facilitada a transição pelos diferentes países.

Hoje em dia algumas comunidades cabo-verdianas no exterior tendem a afirmar-se já não só pela chegada de novos fluxos de emigrantes cabo-verdianos aos países de acolhimento, mas também pela consolidação de comunidades já existentes, sobretudo através das segunda e terceira gerações.

Relativamente à inserção dos cabo-verdianos nas sociedades de acolhimento, esta é facilitada pelos contactos estabelecidos com as comunidades cabo-verdianas já instaladas, que facilitam a integração. Factores como a língua (o crioulo) a música, ou os próprio hábitos alimentares não deixam às diferentes gerações quebrar os laços com o país de origem, e “a ligação à terra-mãe é feita de modo diverso, quer através de vínculos mais concretos (envio de bens, dinheiro, cartas à família que ainda lá ficou), quer de uma forma simbólica (a memória de uma realidade já distante)” (Saint-Maurice, 1997:157).

Quanto à ideia do regresso definitivo ao país de origem, nunca é abandonada totalmente pelos migrantes; porém, a sua intensidade vai-se diluindo à medida que a estada no(s) país(es) de destino se prolonga, registando-se hoje um número de regressos definitivos pouco relevante.

Uma última chamada de atenção para as transformações que os imigrantes podem provocar nos países de destino. Malheiros (2001:572) apelida-as de “inovações”, considerando a existência de três tipos distintos: 1) a introdução de novos conceitos nas cidades de acolhimento, como restaurantes cabo-verdianos ou discotecas africanas; 2) a necessidade de definição de novas políticas, como as de realojamento e reabilitação de bairros degradados, maioritariamente habitados por imigrantes; 3) a diversificação da rede de relações internacionais, tendo como exemplo as políticas intermunicipais de cooperação descentralizada, entre as autarquias dos países de origem e as dos países de destino.

Terminado o segundo capítulo da presente dissertação, que se debruçou sobre o percurso das migrações cabo-verdianas ao longo dos tempos, o enquadramento teórico que explica estes fluxos e as novas tendências que podemos observar hoje em dia, partimos agora para a caracterização de comunidades cabo-verdianas específicas espalhadas pelo mundo e dos seus intervenientes.

3. Cabo-verdianos no mundo

Quantificar a diáspora cabo-verdiana, localizar as suas principais comunidades, que se encontram espalhadas pelos vários continentes, e analisar as suas especificidades, constituem os principais objectivos do presente capítulo, que pretende dar assim a conhecer os países que compõem a rede migratória que se constituiu à escala mundial e por onde se movimentam os migrantes cabo-verdianos.

3.1. A diáspora em números

Todas as estimativas sobre a quantificação da população cabo-verdiana a residir no estrangeiro, tanto as elaboradas por organismos oficiais de Cabo Verde como as de autores/investigadores dos países de acolhimento, enfrentam dificuldades relacionadas com a fiabilidade e a diversidade das estatísticas disponíveis fornecidas pelos diferentes países de destino, com a própria definição de emigrante cabo-verdiano e com a sua constante mobilidade.

Porém, a grande maioria dessas mesmas estimativas é unânime em apontar para o facto do total da população cabo-verdiana a residir no estrangeiro ultrapassar o número de cidadãos cabo-verdianos residentes no arquipélago²⁶, uma situação pouco comum e só verificada num reduzido número de países.

²⁶ Estimado, segundo os dados fornecidos pelos Censos 2000, em 434.625 habitantes.

No estudo realizado por Carling (1997), em que o autor recorre a diversas fontes estatísticas, a estimativa média de cabo-verdianos no estrangeiro ronda os 458.000 indivíduos, situando-se o valor mínimo nos 366.000 indivíduos e atingindo o valor máximo os 620.000 indivíduos. A disparidade destes resultados não é mais do que o espelho das dificuldades, já enunciadas, sentidas na quantificação do número de cabo-verdianos espalhados pelo mundo.

Já em 1998, as projecções do Instituto das Comunidades (IC) apontavam para um total de 517.780 cabo-verdianos nos países de acolhimento.

Quadro 2 – Países de acolhimento de cabo-verdianos

América.....	270 000	Europa.....	150 000	África.....	90 000
USA.....	260 000	Portugal.....	80 000	Angola.....	45 000
Argentina.....	5 000	França.....	25 000	Senegal.....	25 000
Brazil.....	3 000	Holanda.....	18 000	São Tomé e Príncipe.....	20 000
Canada.....	300	Espanha.....	12 000	Guiné-Bissau.....	2 000
		Italia.....	10 000	Moçambique.....	1 000
		Luxemburgo.....	3 000	Gabão.....	200
		Suiça.....	2 400		
		Alemanha.....	800		
		Bélgica.....	800		
		Suécia.....	700		
		Noruega.....	300		

Fonte: IC, 1998 (adaptado)

Como podemos observar no quadro 2, mais de metade dos cabo-verdianos emigrados (52,8%) encontram-se fixados no continente americano, com especial destaque para os EUA, que reúne a maior comunidade cabo-verdiana no mundo. Segue-se a Europa,

onde residem cerca de 30% dos cabo-verdianos na diáspora, com Portugal a registar os números mais significativos. Também no continente africano se encontram países de acolhimento para 18% dos emigrantes cabo-verdianos, sendo Angola o país daquele continente que acolhe o maior número.

3.2. Origem geográfica versus destinos migratórios

Malheiros (2001) e Carling (2001) analisam a relação existente entre a origem geográfica, segundo as ilhas, dos cabo-verdianos na diáspora e os principais destinos migratórios, o que constitui outra característica particular dos fluxos emigratórios do país. Este facto encontra explicação na proximidade que, por diversas circunstâncias, se estabeleceu entre cada ilha e o país de destino, como no caso dos emigrantes da Brava que partiam nos baleiros americanos que se abasteciam no porto desta ilha.

Quadro 3 – Origem geográfica dos emigrantes cabo-verdianos nos principais destinos migratórios

Países de Destino	Ilhas de Origens
Continente Africano - Angola - São Tomé e Príncipe - Senegal	Santiago e Santo Antão Santiago e Santo Antão Santiago e Santo Antão
Continente Americano - Argentina - Brasil - EUA	Santo Antão e São Vicente Santo Antão e São Vicente Fogo e Brava
Continente Europeu - Alemanha - Bélgica - Espanha - França - Holanda - Itália - Luxemburgo - Portugal - Suécia - Suíça	São Nicolau São Nicolau Santiago e São Nicolau Santiago e Santo Antão São Vicente, Santo Antão e Santiago São Nicolau, Santo Antão, São Vicente e Sal Santiago e Santo Antão Santiago, São Vicente e Santo Antão São Nicolau e São Vicente Santiago e Boavista

Fonte: Malheiros (2001)

De acordo com o quadro 3 podemos observar que a *emigração para o sul*, ou seja, para o continente africano e sobretudo para as ex-colónias portuguesas, teve como principais origens as ilhas de Santiago e Santo Antão. Os emigrantes cabo-verdianos fixados na América Latina são provenientes das ilhas de São Vicente e Santo Antão e os que residem nos EUA partiram da Brava e do Fogo. No que se refere à Europa, verificam-se emigrantes cabo-verdianos com origem nas diferentes ilhas, variando de acordo com os países de destino: em Portugal destacam-se os naturais de Santiago, na Holanda os de S. Vicente, devido à relação entre o porto desta ilha e os de cidades como Roterdão ou Hamburgo, e em Itália os das ilhas do Sal e da Boavista.

Para Carling (2001:9) chegam mesmo a estabelecer-se conexões transnacionais entre as diferentes ilhas do arquipélago e os países de acolhimento. Porém, Góis (2002:33) realça o facto da relação entre a origem geográfica e os destinos migratórios ter tendência a diluir-se, apontando como explicação o desenvolvimento dos transportes e comunicações, o que não significa que “as ligações entretanto estabelecidas (as linhas que formam a rede) tenham deixado de desempenhar um papel fundamental na estruturação das características das conexões transnacionais que as ligam a diferentes locais de destino”.

Para este último autor é possível apontar uma outra característica que diferencia a emigração do país, que reside no facto de se tratar, desde o seu início, de um fenómeno centrado num aspecto principal:

“As migrações cabo-verdianas desenvolvem-se historicamente em torno de um mesmo eixo: o atlântico e todas elas, por definição são, literalmente, (trans)atlânticas. Mesmo as migrações internas, inter-ilhas, são (trans)atlânticas e representam um afastamento em relação às origens, uma etapa que, contudo, é semelhante a uma migração rural-urbana num percurso migratório por etapas” (Góis, 2002:34).

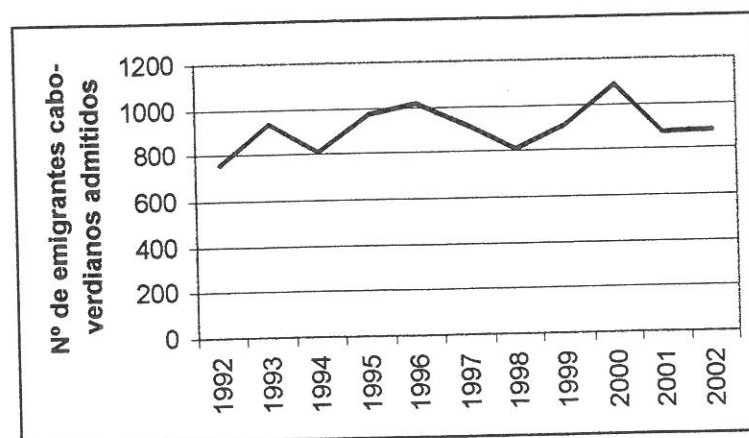
Hoje as migrações cabo-verdianas assentam sobretudo na constante mobilidade pelos diferentes destinos migratórios, travada muitas vezes pelas condicionantes impostas pelos países receptores, mas impulsionada pelas facilidades ao nível dos transportes e comunicações, pela procura de melhores condições a nível profissional e de benefícios sociais e económicos e facilitada pela rede migratória já constituída.

3.3. Os destinos migratórios

3.3.1. O continente americano

Do total dos cabo-verdianos a residir no continente americano, 97% encontra-se nos EUA, país onde está radicada a maior (há quem afirme que atinge as 500 mil pessoas!) e uma das mais antigas comunidades cabo-verdianas emigradas, sobretudo ao longo da costa leste, onde se fixaram os primeiros cabo-verdianos chegados nos navios baleeiros. Os emigrantes cabo-verdianos encontram-se repartidos pelos estados de Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Nova Iorque, Califórnia e Florida, destacando-se como principais cidades Boston, Brockton, Pawtucket e Providence.

Gráfico 9 – Emigrantes cabo-verdianos admitidos nos EUA (1992-2002)



Fonte: US Citizenship and Immigration Services

Da análise do gráfico 9 podemos concluir que continuam a chegar aos EUA emigrantes cabo-verdianos, não correspondendo os números apresentados à total realidade da emigração cabo-verdiana para este país ao longo dos últimos anos, pois não se encontram incluídos os emigrantes não legalizados, o que pressupõe que se tratem de fluxos ainda mais significativos.

Esta comunidade cabo-verdiana nos EUA destaca-se pelo facto de levar a cabo inúmeras iniciativas que visam promover a cultura cabo-verdiana e manter os laços com o país de origem. Esta ligação traduz-se no mais forte movimento associativo da diáspora e na criação de revistas e jornais, programas de rádio e de televisão, ensino do crioulo em universidades norte-americanas, e uma grande divulgação *on-line* de todas estas iniciativas, bem como de informações sobre o próprio país (Borges, 1997:93).

Apesar de todos os esforços para conservar e potenciar a caboverdianidade, a comunidade cabo-verdiana radicada nos EUA desenvolve também esforços para a sua integração no país onde reside: já é significativo o número de cabo-verdianos a desempenhar funções ao nível do poder municipal e estatal, ao nível empresarial e em estabelecimentos de ensino superior e outros²⁷.

É também importante salientar que o “sonho americano” se mantém e que os EUA continuam ainda hoje a ser o destino mais procurado e desejado pelos emigrantes cabo-verdianos.

²⁷Ver os seguintes os seguintes endereços Web:
<http://www.caboverdeonline.com/contents/Port/2002/G/07/imigra.asp>.
<http://www.ojornal.com/port/Pages/7-10-02/art2.htm>

Dos restantes países do continente americano, onde os cabo-verdianos chegavam em barcos baleeiros, destacam-se as comunidades cabo-verdianas na Argentina, onde se evidenciam as zonas de Dock Sud, Ensenada e Avellaneda, contando com cerca de 5.000 cabo-verdianos, e no Brasil, com cerca de 3.000, que surgiram, inicialmente, pelas dificuldades de entrada nos EUA.

A primeira geração de emigrantes cabo-verdianos chega ao Brasil no período compreendido entre os anos vinte e os anos quarenta do século XX²⁸, fixando-se em cidades portuárias como Rio de Janeiro e Santos, provenientes na sua maioria de São Nicolau. Nas duas décadas seguintes, chegam também vindos da ilha São Vicente, em navios da Marinha Mercante Portuguesa. A partir dos anos setenta juntam-se também os naturais de Santo Antão e cabo-verdianos que residiam em Angola (sobretudo após a independência).

Os cabo-verdianos encontram-se hoje espalhados por vários estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia, estando a entrada no país facilitada pela cadeia migratória que se estabeleceu entre este país e o de origem. Se as primeiras gerações exerciam a sua actividade profissional em zonas portuárias e indústria naval, as gerações seguintes já marcam presença em diversos sectores.

A adaptação à sociedade brasileira sempre decorreu com bastante facilidade, devido aos factores de identificação que existem entre os dois países e ao facto do Brasil registar uma longa tradição no acolhimento de emigrantes.

²⁸ Apesar de a História referir que as relações entre Cabo Verde e o Brasil se iniciam quando aquele país constituía uma plataforma intermédia no tráfico de escravos da costa africana para o Brasil.

Ver o seguinte endereço Web:

http://www.umassd.edu/specialPrograms/caboverde/acdb_emig.html

3.3.2. A Europa

De todos os países do continente europeu, Portugal destaca-se por acolher a maior comunidade cabo-verdiana, sendo por isso, e também por reunir outras particularidades, objecto de um estudo mais aprofundado no capítulo quatro deste trabalho. Em relação a outros destinos na Europa, destacamos a França, a Holanda e a Itália que também são destino de um número significativo de cabo-verdianos, constituindo comunidades por um lado com diferentes características, mas também com pontos em comum.

França

A França acolhe hoje em dia a segunda maior comunidade cabo-verdiana a nível do continente europeu. Se em 1998 o IC avançava com um total de 25.000 cabo-verdianos no país, já em Fevereiro de 2003 a Embaixada de Cabo Verde em França, que conta com mais de 17.000 cidadãos cabo-verdianos inscritos, apontava para mais de 30.000 cabo-verdianos residentes em território francês, fazendo uma chamada de atenção para o “grande número de indocumentados” (emigrantes ilegais) existentes (Rocha, 2003). Porém, de acordo com o Institut National d’Études Démographiques, e segundo os resultados do recenseamento de 1999, residem em França 11.938 cabo-verdianos, num total de 4.308.527 imigrantes.

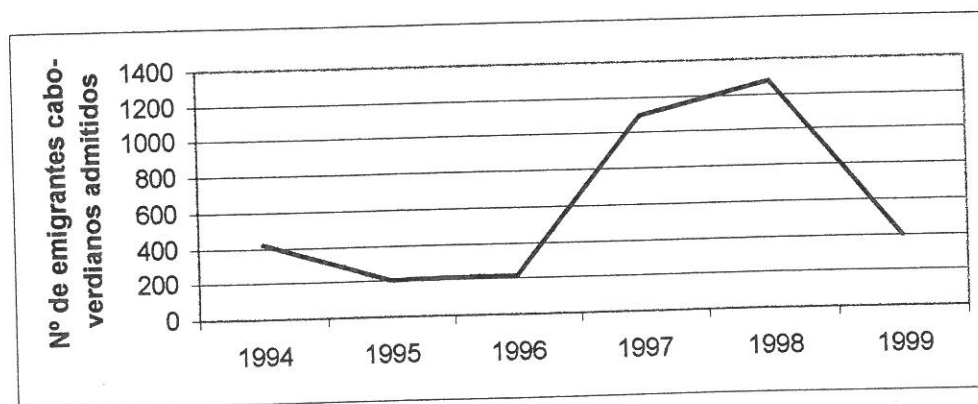
A maioria dos imigrantes cabo-verdianos em França é originária da ilha de Santiago (65%), seguindo-se São Vicente (17%) e Santo Antão (12%), e concentra-se principalmente em Paris e região parisiense, seguindo-se Marselha, Lyon, Nice e algumas cidades periféricas como Creil, Amiens, Metz, Lille, etc.

A presença de cabo-verdianos em França já data do final do século XIX, mas é sobretudo já em pleno século XX, mais precisamente a partir de finais dos anos cinquenta, que um fluxo de trabalho legal começa a chegar ao país, vindo directamente de Cabo Verde ou a partir de outros países europeus (como Portugal, Espanha, Itália, Grécia ou Holanda) e africanos (como Senegal).

Nos anos 60 e 70 os fluxos de i/emigrantes cabo-verdianos, provenientes de Dakar, Lisboa e Roterdão, aumentaram significativamente, com destino à extracção de minérios e à indústria siderúrgica e também à construção civil, no caso da mão-de-obra masculina. Quanto ao trabalho feminino, este consistia essencialmente em serviços domésticos e de apoio domiciliário.

Aos poucos foram-se estabelecendo as “bases de uma cadeia migratória” entre Cabo Verde e França, que vem ganhando volume através de processos de reagrupamento familiar e até mesmo através da influência positiva de imigrantes em França sobre outros potenciais imigrantes.

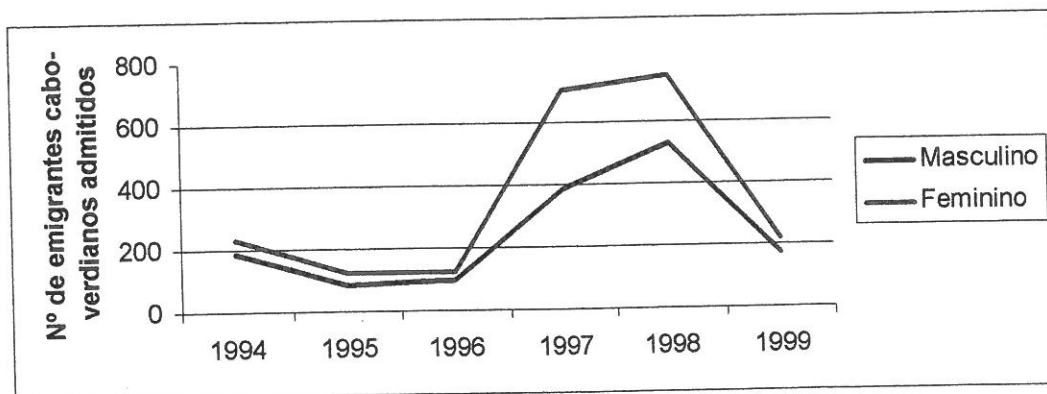
Gráfico 10 – Cabo-verdianos admitidos em França (1994-1999)



Fonte: Institut National d'Études Démographiques

De acordo com os dados fornecidos pelo Institut National d'Études Démographiques, continuam, ao longo dos últimos anos, a ser admitidos emigrantes cabo-verdianos em França. Os anos de 1997 e 1998 registaram os valores mais elevados, com o número de admissões a ultrapassar o milhar.

Gráfico 11 - Cabo-verdianos admitidos em França, por sexo (1994-1999)



Fonte: Institut National d'Études Démographiques

Quando observamos o gráfico da admissão de emigrantes cabo-verdianos em França, segundo o sexo, verificamos que, ao longo dos últimos anos, o fluxo feminino tem sido sempre superior ao masculino, podendo retirar, através deste facto, uma das características dos novos fluxos de emigração cabo-verdiana em França. Dos emigrantes cabo-verdianos admitidos no ano de 1999, e de acordo com a mesma fonte estatística, 30,3% pertencem à faixa etária situada entre os 0 e os 17 anos, seguindo-se com 21% a faixa etária dos 30 aos 34 anos e com 18,5% dos 35 aos 39 anos. Relativamente ao motivo de admissão, 30,3% corresponde à categoria dos menores que entram por via do reagrupamento familiar, 41,6% aos que possuem familiares no território e 12,1% aos trabalhadores.

Holanda

A comunidade cabo-verdiana na Holanda, apesar de “silenciosa”²⁹, é hoje numericamente significativa, desempenhando mesmo um papel relevante no sistema migratório cabo-verdiano na Europa.

Os primeiros trabalhadores cabo-verdianos (ainda com nacionalidade portuguesa) chegam à Holanda após a segunda guerra mundial, integrados em contingentes de imigrantes provenientes do Norte de África e Sul da Europa, como “trabalhadores-convidados”, visando colmatar a escassez de mão-de-obra numa economia em crescimento.

A partir de 1975, assiste-se a processos de reagrupamento familiar bem como a outro tipo de fluxos, e já não só os marítimos. Constitui-se aos poucos “uma corrente migratória contínua”, estimulada pelas boas condições que o país oferece em termos de salários, segurança social, estatuto social e possibilidades profissionais, aliadas a estratégias de reagrupamento familiar (incluindo casamentos por conveniência) e imigração ilegal, tornando cidades como Roterdão já não pontos intermédios, como Lisboa, mas sim destinos finais.

Uma última referência para o facto de cerca de 85% dos cabo-verdianos a residir neste país já possuírem a nacionalidade holandesa, e da segunda geração se encontrar integrada em diversos sectores profissionais, não se restringindo aos tradicionais.

²⁹ Apesar de se tratar de uma das mais significativas comunidades cabo-verdianas no exterior, o número de cabo-verdianos a residir na Holanda não é tão significativo como o de turcos, marroquinos ou surinameses. Os cabo-verdianos integram-se com mais facilidade na sociedade holandesa do que as restantes comunidades imigrantes, passando quase despercebidos.

Itália

Em 1957 chegaram os primeiros cabo-verdianos a Itália, “sem que, todavia, tal movimento tivesse assumido, na altura, carácter de fluxo, pela sua fraca expressão numérica e descontinuidade” (Monteiro, 1997: 339). Já a partir de 1963 têm início sucessivos fluxos de emigrantes cabo-verdianos em direcção a Itália, na sua maioria mulheres, provenientes das ilhas do Sal e de S. Nicolau, recrutadas pela Igreja Católica, com destino a Roma, desempenhando serviços domésticos.

Aos poucos, “graças a um sistema de entre-ajuda, as emigrantes já residentes em Itália chamavam outras parentes e amigas, conseguindo-lhes emprego junto de outras famílias” (idem), formando-se, a partir da segunda metade da década de sessenta, uma cadeia migratória, que se estende também a outras ilhas do arquipélago e que se vai distribuir por várias cidades do território italiano.

Em 1989, mais de 90% da comunidade cabo-verdiana em Itália era do sexo feminino. Porém, o número de homens começava a aumentar a partir da década de noventa, devido, por exemplo, a políticas de reagrupamento familiar levadas a cabo pelo governo italiano (entrevista nº8).

A emigração cabo-verdiana para Itália reúne uma série de especificidades que vão ao encontro das características fundamentais das migrações internacionais dos dias de hoje:

- tratam-se de fluxos laborais autónomos, maioritariamente femininos;
- levam à etnicização do sector onde se inserem, tratando-se neste caso de serviços pessoais e domésticos;

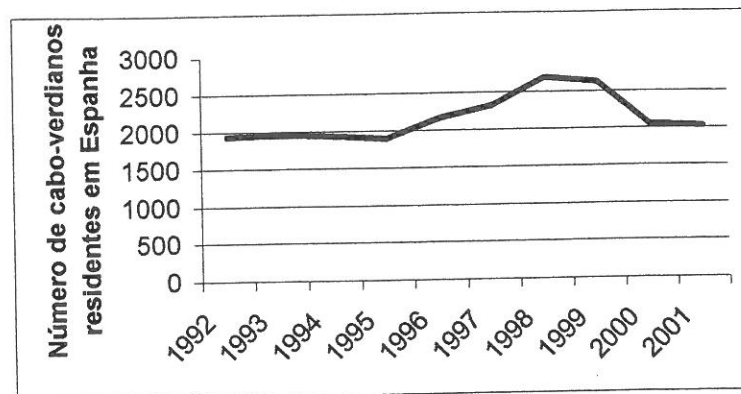
- concentram-se essencialmente nos grandes centros urbanos, em cidades como Milão, Roma ou Nápoles;
- o acesso ao mercado, formal ou informal, e a própria integração na sociedade de acolhimento são facilitados através de redes sociais já constituídas;
- verificam-se situações de um potencial transnacionalismo, quando partem cabo-verdianos de Itália para um terceiro país ou quando chegam ao país vindos de outros destinos;
- começa a registar-se a existência de uma elite com formação superior, constituída sobretudo por jovens universitárias que, em troca de um quarto, realizam pequenos serviços domésticos, conciliando com os estudos, conhecidas como “*ragazze a pari*” (entrevista nº 7).

Ao contrário do que se verifica, por exemplo, com os emigrantes cabo-verdianos nos EUA ou no Brasil, a comunidade fixada em Itália regista um significativo afastamento em relação à sociedade de acolhimento, devido ao facto de manter fortes laços em relação ao país de origem e de se ver sempre como um estrangeiro no país de destino.

Espanha

Este país já possui uma comunidade cabo-verdiana significativa, com os principais núcleos nas cidades de Madrid e Leon, destacando-se, nesta última cidade, os trabalhadores cabo-verdianos empregados nas minas da região (entrevista nº 5).

Gráfico 12 – Cabo-verdianos residentes em Espanha (1992-2001)



Fonte: INE de Espanha...

O gráfico construído a partir dos dados fornecidos pelo INE de Espanha permitem-nos observar a evolução o número de cabo-verdianos residentes em Espanha ao longo da última década e concluir que tem evoluído favoravelmente, verificando-se um pequeno decréscimo a partir de 1999.

A procura de emprego por cabo-verdianos no mercado espanhol encontra-se por vezes relacionada com a oferta no mercado português: em épocas de recessão económica em Portugal aumenta a procura de emprego no mercado espanhol. Verificam-se, igualmente, casos de emigrantes cabo-verdianos que se dirigem directamente a Espanha, situação que não é mais frequente devido à inexistência de uma representação diplomática ou consular espanhola em Cabo Verde, o que dificulta a entrada legal no país (entrevista nº 5).

De acordo com os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais de Espanha, no ano 2000 foram concedidas 697 autorizações de trabalho a cidadãos cabo-verdianos (das quais 233 a homens e 464 a mulheres) e negadas 109.

Uma chamada de atenção para as ilhas Canárias, que devido à proximidade geográfica com Cabo Verde e a algumas características comuns aos dois arquipélagos (localização geoestratégica, condições climáticas, peso do sector do turismo na economia, entre outras), tem-se intensificado não só as relações comerciais e de cooperação como também o aparecimento de um fluxo migratório cabo-verdiano em direcção a estas ilhas.

Outros países europeus

Em relação ao restantes países do continente europeu, chamamos a atenção para a Grécia e, mais recentemente, para a Inglaterra, que começam a constituir novos elos da cadeia migratória cabo-verdiana neste continente.

Na Grécia, principalmente na cidade de Atenas, começa a formar-se uma comunidade cabo-verdiana, estruturada em contactos estabelecidos entre os novos fluxos, provenientes de países como Portugal ou Holanda, e os emigrantes cabo-verdianos que já residem no país. As condições proporcionadas pelo país atraem principalmente jovens que se integram na construção civil e nos serviços domésticos (entrevista nº 6).

3.3.3. Em África

Também outros países do continente africano constituem ainda hoje destinos de cabo-verdianos na diáspora. Para além de Angola, onde segundo dos dados do IC residem cerca de 45 mil emigrantes cabo-verdianos, também o Senegal e São Tomé e Príncipe e, como comunidades menores, a Guiné Bissau, Moçambique e o Gabão, acolhem cabo-verdianos.

O presente capítulo pretendeu dar a conhecer os países e as cidades que constituem os principais elos da cadeia migratória cabo-verdiana, espalhados por três continentes, demonstrando a constante mobilidade dos migrantes por toda a rede já delineada, uma das especificidades da emigração cabo-verdiana. O último capítulo desta dissertação irá analisar mais detalhadamente a comunidade cabo-verdiana em Portugal, um dos principais núcleos desta rede migratória.

4. A comunidade cabo-verdiana em Portugal



O presente capítulo tem como objectivo caracterizar a comunidade cabo-verdiana em Portugal, principalmente os fluxos mais recentes, uma das mais representativas da diáspora de Cabo Verde e uma das maiores e mais antigas comunidades estrangeiras naquele país, sem esquecer o enquadramento da história e das políticas de imigração portuguesas.

4.1. Portugal: país de imigração

4.1.1. Emigração ou imigração?

Conhecido anteriormente como um país de emigração, tal como outros países da Europa do Sul, “fornecedor de mão de obra aos países economicamente mais favorecidos” (Baganha e Góis, 1998-1999: 254), Portugal acolhe actualmente fluxos imigratórios provenientes de vários continentes, afirmando-se hoje como país de imigração. Mas será esta designação correcta?

A análise das estatísticas permite-nos observar que o número de emigrantes ultrapassa em larga escala o de imigrantes. De facto, Portugal conta com mais de 4 milhões de emigrantes e regista apenas cerca de 350 a 500 mil imigrantes, entre legais e ilegais. Mas o impacto das comunidades estrangeiras no país, “não tanto pelo seu volume, mas sobretudo pela sua incidência territorial e consequências sócio-económicas, tornou-se um dos fenómenos mais visíveis da sociedade portuguesa” (idem, 1998:230) a partir dos anos oitenta.

Para tal contribuiu, segundo os mesmos autores, uma quebra nos fluxos de saída (que só foram retomados a partir de 1985), aliada a um significativo número de regressos, à falta de realismo das estatísticas relativas à emigração e ao impacto provocado por comunidades estrangeiras, sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Hoje, Portugal pode ser considerado, simultaneamente, um país emissor³⁰ e receptor de migrantes. Esta caracterização é desproporcionada, se analisarmos apenas do ponto de vista quantitativo, mas convincente se observarmos os impactos políticos, económicos e sociais de ambos os fluxos no país e se tivermos em conta a história migratória do Sul da Europa, o passado histórico de Portugal, todas as desigualdades que imperam neste mundo globalizado e a própria União Europeia, um gigante económico e político em construção (Góis, 2002 e Baganha e Góis, 1999).

4.1.2. A imigração em Portugal ao longo dos tempos

De acordo com citações como “Portugal não tem sido apenas palco de partidas” (Rocha-Trindade, 1995:197) e “a presença no território português de gentes de outras terras é tão antiga e confunde-se com a própria fundação da nação” (SOS Racismo, 2002:24), é assim que se pode iniciar a história da imigração em Portugal, país por onde passaram ao longo dos séculos mouros, escravos africanos, judeus, ciganos, outros povos europeus, entre outros (Rocha-Trindade, 1995:197-198).

Se recuarmos ao início dos anos sessenta, em pleno século XX, e de acordo com o recenseamento geral da população de 1960, Portugal contava com uma população estrangeira de cerca de 30 mil indivíduos (Pires, 1999:198), maioritariamente divididos

³⁰ Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, durante o ano de 2002 emigraram cerca de 27 mil portugueses, o que revela um valor superior em 32,9% em relação ao ano anterior.

entre europeus (67,3%), intervenientes em sectores chave da economia nacional (como o sector vinícola e a extracção mineira) ou refugiados (caso dos espanhóis durante a Guerra Civil), e brasileiros (21,6%), que constituíam “a habitual contracorrente dos fluxos emigratórios” (Idem).

É, porém, a partir desta data que o fenómeno imigratório em Portugal assume maior expressão. O arranque da industrialização, a modernização e internacionalização da economia do país atraem novos imigrantes europeus e exigem um reforço de mão-de-obra, sobretudo para o sector da construção civil (o mais afectado com a emigração e a mobilização para a guerra colonial), recrutada nas colónias, sobretudo em Cabo Verde.

Com o fim da soberania portuguesa nos territórios ultramarinos e com as alterações provocadas pela Revolução do 25 de Abril, assistiu-se à chegada de milhares de refugiados, provenientes das ex-colónias africanas, e ao repatriamento de mais de meio milhão de portugueses. A este fenómeno junta-se uma quebra nos fluxos emigratórios e o regresso de emigrantes, o que proporcionou “uma notável inflexão no sentido dos movimentos internacionais da população” (Idem, 1999:197) em Portugal a partir de meados da década de 70.

Em 1981³¹, e também segundo os dados do recenseamento geral, a população estrangeira residente atingia os 108518 indivíduos, o que representava um aumento de 369% relativamente a 1960, dos quais 44% eram africanos (provenientes essencialmente dos PALOP) e 33% europeus. Dez anos depois, o recenseamento de

³¹ O ano de 1981 é considerado o “ano de charneira na imigração em Portugal” (Baganha e Góis, 1998-1999:266), devido a alterações jurídicas criadas pelo D.L.264-B/81, de 03/09, que estipula a entrada, saída e permanência de estrangeiros em território português, aproximando-se da legislação europeia, e à

1991 demonstrava que o valor da população estrangeira residente em Portugal baixava para os 106584 indivíduos³².

Nas décadas de 80 e 90 os movimentos de entrada e saída assumiram novas características. Assistimos ao surgimento de novas vagas de emigração, sobretudo a partir de 1985, tendo como destino de eleição a Europa, destacando-se como países receptores a Alemanha e a Suíça (Baganha e Góis, 1998-1999:233), com o número de saídas do país a ultrapassar o de entradas.

Em meados dos anos oitenta os emigrantes portugueses eram, na sua maioria, trabalhadores pouco qualificados, ao passo que nos anos noventa passaram a procurar também novos destinos os trabalhadores mais qualificados. Ao contrário de outros países europeus, poucos são ainda os registos de portugueses que partem, por exemplo, integrados em projectos ao nível de políticas de cooperação, designadamente para os PALOP.

Relativamente à entrada de cidadãos estrangeiros no país, é também ao longo destas duas décadas que a consolidação da imigração africana se torna efectiva, oriunda essencialmente dos PALOP e composta sobretudo por trabalhadores desqualificados.

nova lei da nacionalidade, Lei nº37/81, 03/10, que adopta o princípio do *jus sanguinis* em detrimento do *jus soli*.

³² Para Góis (2002:188), a explicação encontra-se nas afirmações de Malheiros, para quem este fenómeno “estará certamente associado a diferenças no tipo de respostas que foram dadas nos dois censos (...) uma vez que todas as outras fontes (e.g. SEF) apontam para um claro crescimento da população estrangeira instalada no país”.

Os novos fluxos de imigração brasileira, já não como contracorrente devido ao ritmo de crescimento registado, mas sim como uma nova corrente, marcam também uma das tendências imigratórias de Portugal, principalmente a partir da década de 90, e podem ser explicados não só através da situação crítica que o país atravessava do ponto de vista económico e social, mas também pelas referências culturais e identificação com o país receptor e pelas igualdades proporcionadas no plano jurídico (Pires, 1999:208-209).

Os imigrantes provenientes do continente asiático começam aos poucos a afirmar-se, primeiro com os indianos, muitos deles chegados de Moçambique, e mais recentemente com os chineses. Este grupo imigratório destaca-se pela actividade profissional que desenvolve no sector do comércio (Idem, 1999:209).

Verifica-se também a chegada a Portugal de trabalhadores qualificados de países desenvolvidos da Europa e dos EUA e de cidadãos naturais do Canadá, Venezuela ou África do Sul, países estes que constituíam os destinos preferenciais dos emigrantes portugueses, dando origem às já citadas contracorrentes³³ (Idem: 1999:208).

As imigrações do Leste Europeu marcam uma nova característica dos fluxos de entrada em Portugal, podendo o aumento do número de imigrantes destes países ser explicado levando em consideração as dificuldades que estes novos Estados enfrentam do ponto de vista político, económico e social.

³³ O fenómeno das contracorrentes é visível, por exemplo, no facto de em 1997 cerca de 30% dos canadianos residentes em Portugal se encontrarem fixados nos Açores.

Para Pires, as alterações profundas verificadas na estrutura imigratória de Portugal, pautadas pelo crescimento e diversificação dos fluxos, através da intensificação dos imigrantes tradicionais, como é o caso dos provenientes dos PALOP e do Brasil, e do aparecimento de novas correntes, vindas nomeadamente dos países de Leste, encontram fundamento tanto em factores externos como internos:

“No plano externo, deve ser destacada a pressão emigratória nos países de origem dos migrantes (PALOP, Brasil, Europa de Leste), bem como as dinâmicas induzidas pela integração europeia. (...) No plano interno, devem sobretudo destacar-se as consequências do progressivo esgotamento das reservas internas de mão-de-obra num contexto de crescimento económico” (Pires, 2002: 162-163).

Outro aspecto a levar em consideração é o papel de Portugal, como país receptor, no percurso dos migrantes, que tanto pode constituir um destino final (tendo como exemplo os imigrantes de Leste) como uma fase intermédia facilitadora da entrada em outros países (caso de muitos imigrantes cabo-verdianos).

Tendo em conta os movimentos de entrada e saída do país, para Baganha (2001:147) “Portugal deverá ser percebido como uma placa giratória que distribui (importa e exporta) mão-de-obra consoante a estrutura institucional em que opera, e a Área Metropolitana de Lisboa como o centro dessa placa”.

4.1.3. Principais características da imigração actual

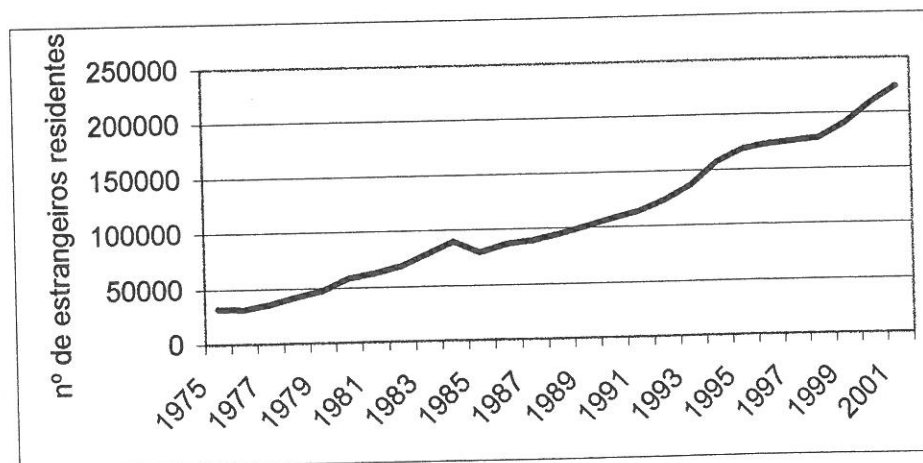
Ao reunirmos as principais características da imigração legal dos dias de hoje em Portugal, teremos que enumerar, de acordo com Baganha e Góis (1998-1999:258), factores como: “a elevada concentração residencial da AML; o ratio homem/mulher superior a 1 (1,4 no período 1990-1995); o peso desproporcionado do grupo etário 25-45; e a inserção no mercado de trabalho no grupo de ocupações socialmente pouco

valorizadas”, podendo assim concluir que se trata de uma imigração laboral, onde predominam os fluxos de mão-de-obra pouco qualificada.

Outras características a ser destacadas são a ainda fraca incidência demográfica (a população estrangeira não ultrapassa os 5% da população nacional), o número comparativamente baixo de refugiados, e a concentração espacial em bairros degradados, principalmente na AML (SOS Racismo, 2002:276)

Em relação aos números, e de acordo com as estatísticas oficiais fornecidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), como podemos observar no gráfico 13, Portugal tem vindo a registar um aumento progressivo e significativo do número de imigrantes legais a residir no país.

Gráfico 13 – Estrangeiros residentes em Portugal (1975-2001)



Fonte: SEF

Os anos que registaram crescimentos mais significativos, ou seja 1993 e 1994, apresentam uma consequência do Processo de Regularização Extraordinária que decorreu entre Outubro de 1992 e Março de 1993. Os resultados do Processo de Regularização Extraordinária seguinte, decorrido entre Junho e Dezembro de 1996, começaram a ser evidentes nos aumentos verificados a partir de 1999.

Desde 1981, os anos que registaram taxas de crescimento percentuais mais baixas foram os de 1996 (2,7%), 1997 (1,3%) e 1998 (1,4%).

Quadro 4 – Estrangeiros residentes em Portugal (1999-2001)

	1999	2000	2001
Europa	56.689	61.709	67.121
- Países da União Europeia	52.375	56.859	61.732
- Outros países da Europa	4.314	4.850	5.389
África	89.797	98.754	107.273
- PALOP	85.200	93.491	101.379
- Outros países africanos	4.597	5.263	5.894
América	35.936	37.620	39.043
- América do Norte	10.169	10.201	10.187
- América Central e do Sul	25.767	27.419	28.856
Ásia	7.935	8.721	9.721
Oceânia	514	526	537
Apátridas	273	273	273
Nacionalidade desconhecida	-1	4	8
Total	191.143	207.607	223.976

Fonte: SEF

Tendo em conta a distribuição percentual das nacionalidades no ano 2001, verificamos, através do quadro 4, que 45,3% do total dos estrangeiros a residir em Portugal é oriundo dos PALOP, 27,6% da União Europeia, seguindo-se a América Latina com uma percentagem de 12,9%, a América do Norte com 4,5% e a Ásia com 4,3%.

Quanto à distribuição geográfica da população estrangeira residente em território português em 2001, através da análise da quadro 5, podemos concluir que 54,2% reside no distrito de Lisboa, 13,1% no distrito de Faro e 10,4% no de Setúbal. Bragança é o distrito do país onde reside o menor número de estrangeiros. Uma chamada de atenção para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde já reside um número significativo de imigrantes.

Quadro 5 – Número de residentes estrangeiros por distrito (2001)

Distritos	População Estrangeira Residente
Aveiro	8.187
Beja	1.157
Braga	3.612
Bragança	418
Castelo Branco	719
Coimbra	6.005
Évora	1.056
Faro	29.254
Guarda	855
Leiria	2.991
Lisboa	121.412
Portalegre	767
Porto	13.153
Santarém	1.800
Setúbal	23.220
Viana do Castelo	1.600
Vila Real	713
Viseu	1.618
Açores	2.601
Madeira	2.838
Total	223.976

Fonte: SEF

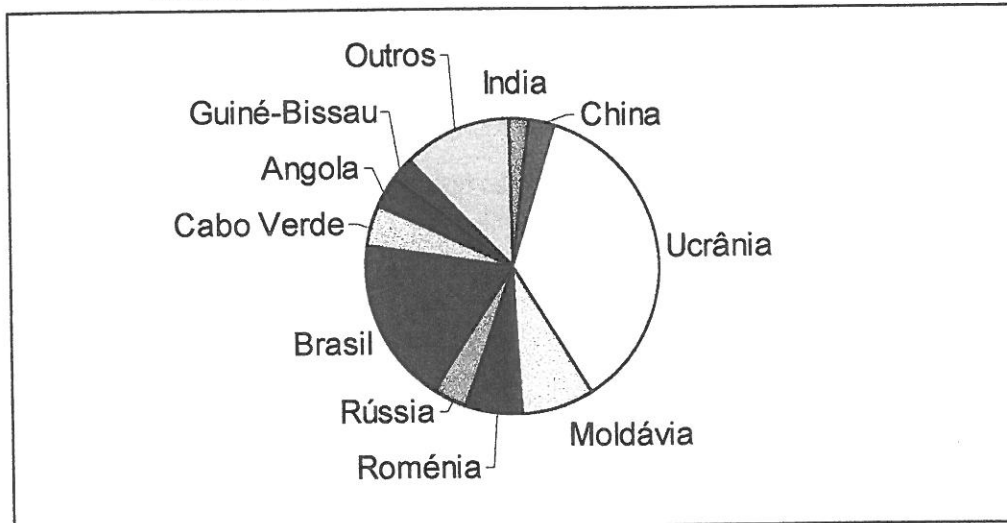
Os cidadãos dos PALOP distribuem-se, na sua maioria, pelos distritos de Lisboa e Setúbal, os europeus fixaram-se em Lisboa e Faro e os estrangeiros do continente americano, à excepção dos brasileiros, residem em regiões de emigração para aquele continente (Pires, 2002:155).

Os dados fornecidos pelo SEF revelam que a 31 de Maio de 2002 viveriam em situação regular em Portugal 404.662 estrangeiros, dos quais 223.602 possuíam autorização de residência, e os restantes 181.060 beneficiavam de autorização de permanência³⁴.

³⁴ Novo dispositivo legal, criado através do artº 55º do D.L. nº4/2001, de 10/01, que alterou o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros, consiste numa autorização concedida a cidadãos estrangeiros que, não sendo portadores de visto adequado, se encontrem em Portugal e sejam titulares de proposta de trabalho com informação da Inspeção-Geral do Trabalho.

Daqui podemos verificar que este novo regime legal de permanência de estrangeiros em território nacional “veio dar visibilidade estatística a um conjunto de mudanças da imigração” (Pires, 2002:151), das quais se destacam os novos fluxos provenientes de países do Leste da Europa e do Brasil, que começam a ultrapassar os números da imigração africana em Portugal.

Gráfico 14 - Autorizações de Permanência por nacionalidades



Fonte: SEF

Assim, segundo o SEF, até 31 de Maio de 2002 foram concedidas 181.060 Autorizações de Permanência, das quais 36% atribuídas a cidadãos ucranianos, 18,2% a brasileiros, 7,5% a moldavos, 6,1% a romenos e apenas 4,2% a cabo-verdianos (a maior comunidade estrangeira até então).

Dos 404.662 estrangeiros legalizados em Portugal, 16% são cidadãos ucranianos, 14,2% cabo-verdianos e 14% brasileiros. A comunidade cabo-verdiana deixa assim de ser a comunidade estrangeira mais representativa em Portugal, sendo ultrapassada pela ucraniana, estando a aproximar-se vertiginosamente a comunidade brasileira.

Estes novos fluxos de imigrantes diferenciam-se dos que já residiam no país, no que se refere à diversificação dos sectores do mercado de trabalho onde se inserem³⁵, sendo geralmente estabelecidos contratos de trabalho precários, limitando-se a um período pré-determinado.

Em síntese, a estrutura da população estrangeira em Portugal sofreu uma alteração significativa, principalmente a partir da segunda metade da década de noventa, com a entrada de novos fluxos, provenientes tanto de países tradicionais como de países emergentes, visível através da entrada em vigor do novo regime de Autorizações de Permanência. Estes novos fluxos, legais e ilegais, juntamente com os já existentes e com as conseqüentes segunda e terceira gerações, implicam um conjunto de medidas e políticas adequadas para que Portugal se possa adaptar a uma nova realidade presente no seu território.

Para Pires (2002:164), “a regulação do mercado de trabalho, e em particular dos modos de recrutamento de mão-de-obra estrangeira, constitui por isso uma condição fundamental para o controlo dos fluxos de imigração – sendo, simultaneamente, elemento essencial para o desenvolvimento de políticas efectivas de integração dos imigrantes”.

³⁵ Apesar da construção civil ainda constituir o sector mais procurado pela mão-de-obra estrangeira, é considerável a peso dos trabalhadores de Leste na agricultura e indústria transformadora e de brasileiros e asiáticos em actividades comerciais.

4.2. Cabo-verdianos em Portugal

4.2.1. Dos anos 60 à actualidade

A presença de cabo-verdianos em Portugal remonta ao século XV/XVI, mas a sua notoriedade surgiu na década de sessenta³⁶, altura em que no arquipélago se vivia um período de fome e seca, começando a ser recrutados pela metrópole trabalhadores das colónias, sobretudo de Cabo Verde. Estes “trabalhadores convidados” funcionavam como mão-de-obra de substituição, contratada para, como foi dito anteriormente, colmatar a falta de trabalhadores nacionais, emigrados ou mobilizados para a guerra colonial.

Esta primeira vaga de imigração (laboral) cabo-verdiana era, na sua maioria, masculina, pouco qualificada escolar e profissionalmente e destinava-se essencialmente aos sectores das obras públicas, construção civil, extracção de minério e indústria transformadora. A construção da rede de metropolitano e da auto-estrada em Lisboa, o desenvolvimento do turismo no Algarve e o trabalho em fábricas na margem Sul do Tejo, determinam as áreas geográficas de concentração dos cabo-verdianos em Portugal.

Com a independência das colónias, em meados da década de 70, uma nova vaga de cabo-verdianos de ambos os sexos chega a Portugal, vindos tanto do arquipélago como de outras ex-colónias, provenientes de diversas faixas etárias e de vários grupos profissionais. Os mais qualificados foram integrados na administração pública portuguesa e os restantes, tal como os seus *patrícios* já instalados no país, inseriam-se nos sectores da construção civil e obras públicas ou em trabalhos domésticos, na região

³⁶ Até à II Guerra Mundial os cabo-verdianos que partiam para a metrópole pertenciam a “camadas socialmente mais privilegiadas (comerciantes, proprietários, funcionários públicos e estudantes)” (Saint-Maurice, 1997:49).

de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. Outros, tirando partido da nacionalidade portuguesa, rumaram a destinos como os EUA, Holanda e França, entre outros.

No início dos anos oitenta, surge uma nova fase das migrações cabo-verdianas para Portugal, que se irá prolongar pela década de noventa, o que coincide com uma mudança na própria imigração em Portugal. Neste novo ciclo predominam as migrações laborais (por vezes ilegais) e os processos de reagrupamento familiar (informal).

A inserção no mercado de trabalho português dos migrantes cabo-verdianos, segundo Baganha, Ferrão e Malheiros (1999:154), é facilitada, uma vez que “estabelecidas as primeiras vagas de imigrantes africanos em subsectores como o da construção civil, o efeito de rede de comunidades começa a operar, dando origem a uma progressiva etnicização de determinados segmentos do mercado de trabalho.”

4.2.2. Os números de hoje

Determinar o número de cabo-verdianos a residir hoje em Portugal e enumerar as suas características não é tarefa fácil, devido essencialmente à complexidade e diversidade de situações em que os mesmos se podem encontrar. Para dar a conhecer uma imagem da comunidade cabo-verdiana residente neste país que se aproxime da realidade foram consultados, analisados e comparados os dados estatísticos fornecidos pelo SEF, pelo INE de Portugal, pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT), pela base de dados da Secção Consular da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa e pelo estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA (1999).

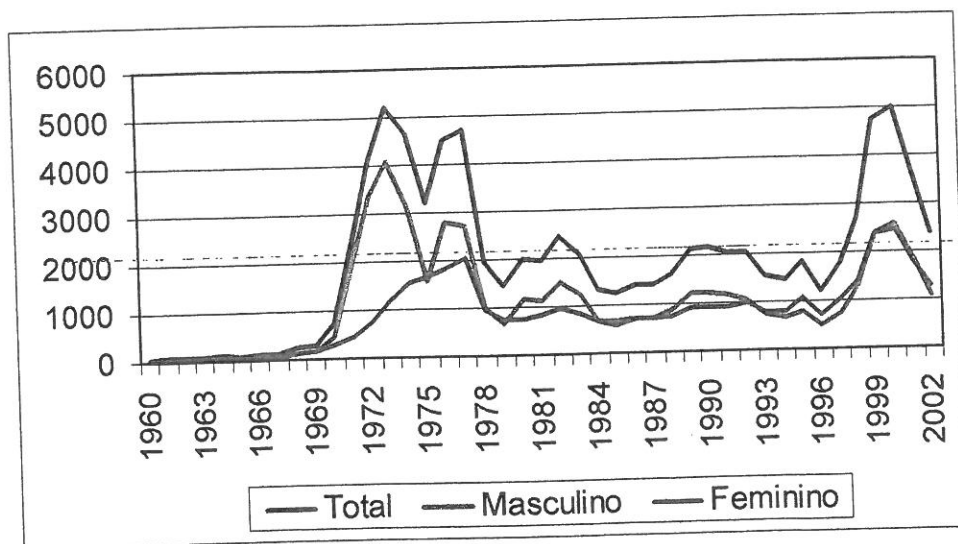
Este último estudo, recorrendo a projecções demográficas provenientes de diversas fontes³⁷, estima um intervalo que varia entre os 79.000 e os 85.000 indivíduos, adoptando um valor médio de referência de 83.000 indivíduos, para o ano de 1997.

Os dados fornecidos pelo SEF registam, a 31 de Dezembro de 2002, um total de 55.418 cidadãos cabo-verdianos em Portugal (o que representa cerca de 16% da população estrangeira total do país), divididos em 49.930 residentes e 5.488 possuidores de autorização de permanência. Estes números excluem todos os imigrantes cabo-verdianos que se encontram ilegais, bem como os que adquiriram a nacionalidade portuguesa.

A base de dados da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, em Maio de 2003, contabilizava um total de cerca de 105 mil utentes. Neste número estão incluídos todos os nacionais cabo-verdianos inscritos na Secção Consular da Embaixada. Estes podem ser naturais de Cabo Verde, Portugal ou de países terceiros, podem ter ou não mais do que uma nacionalidade e podem encontrar-se legalizados ou não. Este número também engloba cidadãos cabo-verdianos que se inscreveram na Embaixada de Lisboa mas que residem em outro país de acolhimento ou que já regressaram a Cabo Verde.

³⁷ Para os cálculos foram recolhidas informações junto da base de dados do ENTRECULTURAS do Instituto de Inovação Educacional (Ministério da Educação), do Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991 do INE, do SEF e da base de dados do Recenseamento Eleitoral de 1997.

Gráfico 15 - Número de entradas de Cabo-verdianos em Portugal (1960-2002)



Fonte: Embaixada de Cabo Verde em Lisboa

Se observarmos o gráfico 15 verificamos que o número de cabo-verdianos a entrar em Portugal por ano continua a constituir um fluxo contínuo, no período compreendido entre os anos sessenta até aos dias de hoje. O primeiro grande fluxo situa-se entre 1971 e 1977, com o ano de 1973 a registar o maior número de entradas de todos os tempos: 5224. Seguem-se períodos com decréscimos nos níveis de entradas, com ligeiras recuperações no início das décadas de oitenta e noventa. O segundo grande fluxo inicia-se a partir de 1999, registando-se no ano 2000 um total de 5016 entradas, confirmando que os fluxos migratórios cabo-verdianos para Portugal continuam bem activos.

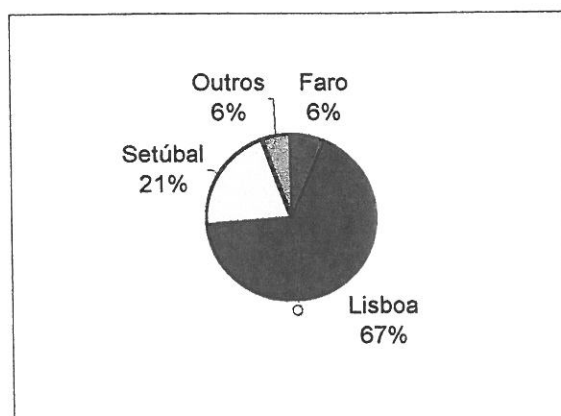
O número de cabo-verdianos que entraram em Portugal entre 1 de Janeiro de 1995 e 31 de Dezembro de 2002, e que se inscreveram na Secção Consular da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, ultrapassa os 23 mil, representando uma percentagem de 22,2% em relação ao total dos cidadãos cabo-verdianos inscritos nesta instituição, que constitui os novos fluxos da emigração cabo-verdiana em Portugal.

Os principais motivos de entrada apontados pelos cabo-verdianos que solicitaram o estatuto de residente no ano 2001, segundo o INE, são o reagrupamento familiar (43,7%) e o emprego (20,8%).

4.2.3. A distribuição geográfica

De acordo com os dados fornecidos pelo SEF, se observarmos a distribuição geográfica dos cidadãos cabo-verdianos residentes em Portugal ao longo dos últimos anos, verificamos que se destacam três distritos principais: Lisboa, Setúbal e Faro.

Gráfico 16 – Cabo-verdianos residentes em Portugal, por distritos (2002)



Fonte: SEF

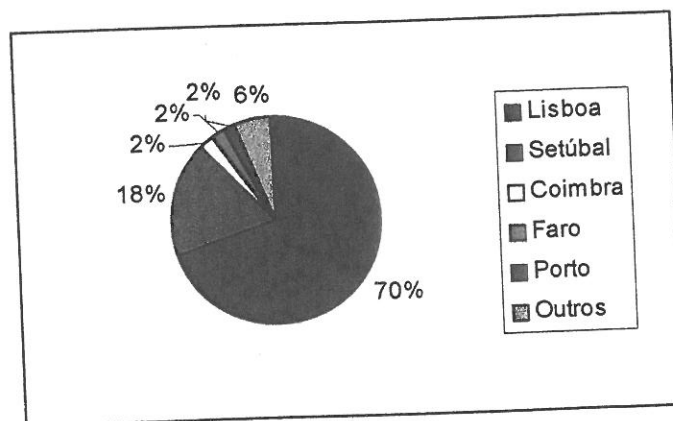
A AML, que abrange os distritos de Lisboa e Setúbal, reúne praticamente 90% dos cabo-verdianos a residir em Portugal, fenómeno que para Pires (2002:155) pode ser explicado por se tratar essencialmente de uma imigração laboral, características dos cidadãos dos PALOP que “se fixam nas zonas urbanas sem bacia regional de recrutamento de mão-de-obra barata para os sectores em expansão da construção e obras públicas”.

Segundo o inquérito do estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, dos concelhos da AML, destacam-se a Amadora (20,2%), Lisboa (16,7%), Oeiras (13,9%) e Loures (10,3%), seguindo-se Almada (7,5%), já na margem sul do Tejo.

O número significativo de cabo-verdianos a residir no Algarve, onde se destaca o concelho de Loulé, encontra explicação no facto do distrito, devido à promoção dos sectores do turismo e construção civil, apresentar uma oferta de emprego forte.

Das restantes regiões do país destaca-se o distrito do Porto, os concelhos mais industrializados do distrito de Leiria (Leiria e Alcobaça) (Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, 1999:60), Coimbra e a Região Autónoma dos Açores, com muitos dos cidadão cabo-verdianos empregados no sector das pescas.

Gráfico 17 – Cabo-verdianos com entrada em Portugal entre 1995 e 2002, por distritos



Fonte: Embaixada de Cabo Verde

O gráfico 17, que nos mostra a distribuição percentual, por distritos, dos cabo-verdianos que entraram em Portugal entre 1995 e 2002, permite-nos verificar que se mantêm as grandes concentrações nos distritos de Lisboa e Setúbal, seguindo-se, de modo equiparado os distritos do Porto, Faro e Coimbra. Este último distrito encontra-se relacionado com o fluxo de jovens que se fixa nesta cidade universitária.

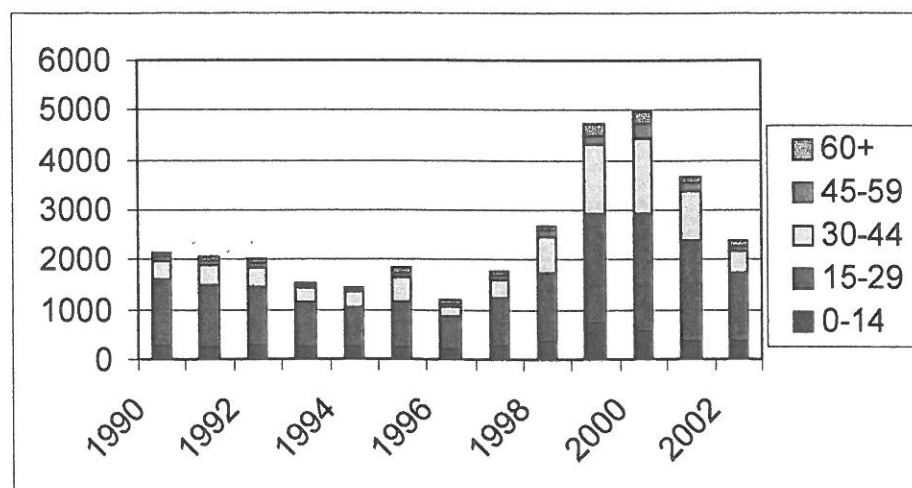
De acordo com os dados fornecidos pela IGT, em 31 de Dezembro de 2001, os cabo-verdianos com contratos registados para a obtenção de autorização de permanência, ou seja, os que constituem os fluxos migratórios mais recentes, encontravam-se distribuídos de modo idêntico pelos distritos do país: 68% em Lisboa, 15% em Setúbal, 7% em Faro e 10% nos restantes distritos.

4.2.4. Indicadores demográficos e estruturas familiares

Os indicadores demográficos que permitem caracterizar a estrutura da comunidade cabo-verdiana em Portugal não são, por vezes, fáceis de quantificar, devido por exemplo à própria definição de cabo-verdiano em Portugal.

Uma das primeiras características que se evidenciam é o facto de se tratar de uma população jovem, com cerca de $\frac{3}{4}$ dos indivíduos com idades inferiores a 40 anos, o que revela índices de idade activa bastante elevados, ao contrário do que se verifica com a população portuguesa.

Gráfico 18 – Números de entradas de cabo-verdianos em Portugal, de acordo com a faixa etária (1990-2002)



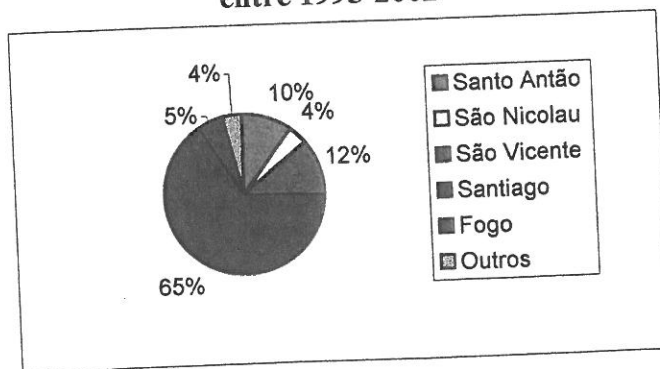
Fonte: Embaixada de Cabo Verde

De acordo com o gráfico 18, podemos verificar que a faixa etária dominante nos novos fluxos de emigração cabo-verdiana para Portugal é a que se situa entre os 15 e os 29 anos, reforçando a juventude da comunidade.

Quanto à distribuição por sexos, esta revela-se equilibrada, verificando-se através dos resultados do inquérito do estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA uma percentagem de 51,2% de homens e 48,8% de mulheres. Segundo a base de dados da Secção Consular da Embaixada de Cabo Verde, a percentagem de indivíduos do sexo feminino, que entraram em Portugal entre 1995 e 2002, atinge os 52%, ultrapassando, deste modo, a percentagem de indivíduos do sexo masculino.

Em relação à origem destes novos migrantes podemos constatar, analisando o gráfico 19, que, na sua maioria, são naturais da ilha de Santiago, seguindo-se os naturais de São Vicente e Santo Antão, reforçando as tendências dos fluxos anteriores.

Gráfico 19– Origem dos cabo-verdianos que entraram em Portugal entre 1995-2002



Fonte: Embaixada de Cabo Verde

Outras duas variáveis passíveis de serem combinadas são a nacionalidade e a naturalidade: cerca de 50% dos inquiridos no estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA têm nacionalidade cabo-verdiana (70,7% dos naturais de Cabo Verde e 21,7% dos naturais de Portugal) contra pouco mais de 40% que detêm a nacionalidade portuguesa (21,2% dos naturais de Cabo Verde e 74,6% dos naturais de

Portugal). Os inquiridos com dupla nacionalidade rondam os 6%. A população com nacionalidade cabo-verdeana é a mais envelhecida e a com nacionalidade portuguesa a mais jovem.

Os dados fornecidos pela base de dados da Embaixada de Cabo Verde dizem-nos que cerca de 92% dos cabo-verdeanos que entraram em Portugal entre 1995 e 2002 são naturais do arquipélago. Os restantes são naturais de outros PALOP, como Angola e São Tomé e Príncipe, e de países de destino tradicionais da emigração cabo-verdeana, como França, Itália ou Holanda.

No que se refere às estruturas familiares, começemos por analisar os dados sobre estado civil. De acordo com o estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, 57,3% dos cabo-verdeanos inquiridos são solteiros, seguindo-se os casados (28%) e os que vivem em união de facto (10,4%). Os separados/divorciados e os viúvos ocupam os últimos lugares, com 2,7% e 1,7%, respectivamente.

Dos cabo-verdeanos do sexo masculino que entraram em Portugal entre 1995 e 2002, segundo a base de dados da Embaixada de Cabo Verde, 86,5% são solteiros, 12,7% casados, não chegando a atingir 1% a percentagem de divorciados e viúvos. Em relação ao sexo feminino, verificam-se 80,3% de cidadãs solteiras, 16,4% casadas, 0,5 % divorciadas e 2,8% viúvas.

Quanto à dimensão média dos agregados familiares, o estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA diz-nos esta ronda um valor médio de 3,7 (com 20,8% dos agregados a reunir 3 indivíduos e 19,6% dos agregados constituídos por 4 membros).

Por se tratar de um país em que as dinâmicas migratórias se apoiam muitas vezes em contactos previamente estabelecidos com elementos já inseridos na rede migratória, colocou-se a questão sobre se os inquiridos residiram ou não nos agregados familiares de outros parentes ou amigos.

Porém, não se registou uma elevada percentagem de respostas afirmativas: apenas 18,9%, contra uma grande maioria de 81,1% que afirmou não possuir parentes ou amigos a residir no seu agregado familiar.

Mesmo não constituindo uma maioria, o número de famílias que possui no seu agregado outros parentes ou amigos, principalmente por períodos limitados, não deixa de ser significativo, tendo em conta o trajecto migratório, podendo constituir “processos de entreaajuda na migração, que podem passar pela co-residência em momentos temporários do percurso de modo a facilitar e integração no destino” (Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, 1999:83), ou como uma fase intermédia na chegada a outros países de destino. Mais significativa é a percentagem de indivíduos que afirma ter residido em outro agregado familiar em Portugal, que atinge os 52,5%³⁸.

Outro aspecto, já analisado no capítulo 2, são as relações mantidas com Cabo Verde, onde se destacam os contactos familiares e deslocações ao país. Também 36,6% dos inquiridos responderam ter familiares dependentes no país de origem, o que justifica o envio de remessas e o desejo do reagrupamento familiar³⁹.

³⁸ Esta percentagem pode encontrar-se sobreavaliada pois pode englobar a “saída dos filhos de um agregado para a constituição de um núcleo familiar independente” (Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, 1999:85).

³⁹ Verificam-se algumas dificuldades nos processos de reagrupamento familiar. As mais frequentes são a dificuldade na obtenção de documentos, as condições económicas e a habitação.

Quando falamos em familiares a residir num terceiro país, 76,2% do total das respostas foi exactamente nesse sentido, sendo os países mais citados a França (31,4%), Holanda (21,4%) e EUA (12,4%).

Estes últimos indicadores contribuem para o reforço da “dispersão geográfica da emigração e das famílias cabo-verdianas”, encontrando-se os elos de ligação da comunidade cabo-verdiana emigrada tanto no “património nacional e cultural comum como (...) nos laços de parentesco (ou redes familiares alargadas) entre os migrantes” (Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, 1999:86).

Outras características relevantes que se podem destacar em relação à comunidade cabo-verdiana residente em Portugal relacionam-se com o grau de instrução, registando-se as percentagens mais elevadas nas respostas ensino primário (22,5%), frequência de ensino secundário (11,9%) e sabe ler e escrever (10,6%). Uma nota para as elevadas taxas de insucesso e de abandono escolar, características frequentes das comunidades imigradas, em que “a escola é, simultaneamente, uma passagem quase obrigatória (para jovens e mesmo para muitos adultos) para a inserção social e profissional e uma barreira que oferece dificuldades particulares a estas populações” (idem, 1999:116).

Ainda relativamente ao grau de instrução, 68,9% dos cabo-verdianos que solicitaram o estatuto de residente no ano 2001, de acordo com os dados fornecidos pelo INE, possuem o ensino básico ou secundário. Significativa é também a percentagem dos que afirmam não saber ler (28,9%). A percentagem dos que possuem o ensino técnico profissional ou superior ronda os 1%.

4.2.5. O mercado de trabalho

Com uma população activa a registar uma percentagem que ronda os 50%, a comunidade cabo-verdiana em Portugal conta também, devido ao predomínio das faixas etárias mais jovens, com uma população estudiantil que ultrapassa os 30% do total dos inquiridos do estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA (1999:93)⁴⁰.

Cerca de 10% das mulheres inquiridas revelou ser doméstica e, relativamente à taxa de desemprego, esta demonstrou valores baixos, em comparação com os verificados em Portugal, atingindo 3,7% dos inquiridos do estudo acima referido. O grupo etário onde se registam taxas de desemprego mais elevadas é o que se situa entre os 15-24 anos e, quanto ao grau de escolaridade, o desemprego atinge sobretudo aqueles com uma formação básica, entre o preparatório e o secundário.

Quando questionados acerca da profissão, as respostas são as mais previsíveis e espelham a imagem da comunidade cabo-verdiana em Portugal: 61,6% dos inquiridos do sexo masculino revelaram trabalhar no sector da construção civil e 51,2% das inquiridas afirmaram desempenhar as suas funções ao nível dos serviços domésticos ou de limpeza.

O estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA (1999:95) destaca, também, outros sectores de inserção profissional onde já se verificam “manchas relevantes”: quadros profissionais e liberais (2,2%), empregados administrativos (2,3%), empreiteiros da construção civil (2,5%), entre outros, o que comprova a existência de

⁴⁰ Segundo a Secção de Estudantes da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa, entra em Portugal, por ano, uma média de mil estudantes cabo-verdianos para o ensino técnico-profissional e superior. Ao contrário do que se verificava anteriormente, hoje em dia já se regista uma elevada percentagem de jovens que regressam ao país de origem após a conclusão dos estudos.

uma elite cabo-verdiana, que segundo Batalha (2002:327), é bem visível na sociedade portuguesa, sobretudo na AML.

Quando se analisa a questão da mobilidade profissional em relação à primeira profissão desempenhada em Portugal e a actual, constata-se que no sentido ascendente aquela se revela fraca, sendo que “a mobilidade transversal é dominante” (Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, 1999:97). Porém, se analisarmos a mobilidade profissional em relação à profissão exercida em Cabo Verde e a actual em Portugal, em muitos casos é possível verificar um percurso profissional descendente (entrevistas nº 4 e 8).

Quanto ao vínculo contratual, concluiu-se que 58,8% dos inquiridos possui um contrato permanente e 21,7% a prazo ou termo certo. Relevante é também a percentagem dos trabalhadores cabo-verdianos que se encontram sem contrato, que atinge um valor de 14,2%.

Em relação aos fluxos mais recentes, e através da análise dos dados fornecidos pelo INE, podemos observar que, segundo a condição perante o trabalho, dos cabo-verdianos que solicitaram o estatuto de residente no ano 2001, 21,7% constituem população activa e 78,3% população inactiva, na qual se destacam os estudantes (46,7%) e os domésticos (12,9%). O dados do INE dizem-nos também que, segundo a situação na profissão, 91,7% são trabalhadores por conta de outrem e apenas 7,4% trabalham por conta própria.

De acordo com a IGT, nos novos fluxos de trabalhadores cabo-verdianos em Portugal, o tipo de contratação predominante é a de termo certo, representando cerca de 86,2% dos

contratos registados para a obtenção de autorização de permanência, no final do ano de 2001. A mesma fonte revela que em relação ao sector de actividade destacam-se a construção civil (43,4%) e os serviços (35,5%), seguindo-se a hotelaria e restauração (9,2%), a indústria transformadora (4,3%) e, por fim, agricultura, pescas e indústria extractivas (1,6%).

Para terminar a caracterização da comunidade cabo-verdiana em Portugal, o estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA, no que respeita à inserção no mercado de trabalho, diz-nos que aproximadamente 45% dos indivíduos inquiridos responderam que foi através de amigos ou família cabo-verdiana que obtiveram o seu actual emprego, o que traduz mais uma vez a importância das redes de contactos com familiares ou amigos já integrados no país de acolhimento para a inserção dos novos migrantes.

4.2.6. (Re)construção de identidades

Os processos migratórios implicam a adaptação dos indivíduos ao(s) país(es) de acolhimento, cujo grau de dificuldade varia consoante a existência ou não de uma proximidade social, cultural, histórica ou política entre as sociedades de origem e de destino e a posse de capitais sociais, económicos ou culturais que facilitem a integração dos migrantes.

Na relação entre Cabo Verde e Portugal verificam-se fortes laços de identificação, especialmente ao nível do passado histórico comum, mas também são notáveis diferenças significativas quer no plano cultural, quer no funcionamento das sociedades, ou mesmo nos níveis de desenvolvimento económico de cada um dos países.

Quando questionados acerca da nacionalidade, independentemente de o serem ou não, e de acordo com um estudo de Saint-Maurice (1997:121), 92% dos inquiridos sente-se cabo-verdiano; contudo, segundo o mesmo estudo, apenas 72% o é na realidade. Esta situação revela que o facto de “manter ou adquirir a nacionalidade portuguesa em nada perturba a identificação com o país de origem” (Idem). Pelo contrário, ter nacionalidade portuguesa não significa “ser português”, mas sim ter a inserção e integração no país facilitada, assim como a entrada garantida em países terceiros, sobretudo quando se trata de países da UE⁴¹.

A língua constitui o principal “factor de coesão” (Saint-Maurice, 1997:124) da comunidade cabo-verdiana em Portugal, com cerca de 95,5% dos inquiridos no estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA (1999:146) a afirmar que domina o crioulo. Dos factores identitários apontados destacam-se a música cabo-verdiana e as raízes africanas. Outras tradições praticadas encontram-se na gastronomia, na dança ou em rituais profanos ou religiosos (Idem, 1999:165).

Os factores que se relacionam com a identidade nacional, como o conhecimento da bandeira, do hino nacional, da data da independência ou do Presidente da República, já não são tão facilmente identificáveis pelos inquiridos do mesmo estudo.

Outro aspecto relevante é o da ligação dos emigrantes à sociedade de origem. Esta pode assumir duas formas distintas: o contacto directo com Cabo Verde, através, por exemplo, de viagens e investimentos, ou a participação em instituições sediadas em Portugal representativas do país de origem.

⁴¹ Cerca de 39% dos inquiridos no estudo da Embaixada de Cabo Verde/IESE/GEOIDEIA demonstram vontade em partir para outro país, sobretudo da UE, destacando-se como destinos preferenciais a França e

Destas últimas, destaca-se a Embaixada de Cabo Verde, na qual 72,4% dos inquiridos responderam estar inscritos e as Associações Cabo-verdianas, que registam a percentagem mais elevada relativamente ao tipo de associações em que os cidadãos cabo-verdianos participam. Celebrações como casamentos, baptizados e festas constituem as formas de participação em actividades da comunidade mais comuns entre os cabo-verdianos em Portugal.

Uma referência para a fraca participação dos inquiridos nas eleições, tanto de Portugal como de Cabo Verde, cujas respostas negativas ultrapassaram os 50% em ambos os casos.

O regresso definitivo, num horizonte de longo prazo, constitui um desejo para a grande maioria dos emigrantes cabo-verdianos: 84,9% dos inquiridos com nacionalidade cabo-verdiana pensa em voltar, seguindo-se os com dupla nacionalidade com 75,3%, registando, por último, os que possuem a nacionalidade portuguesa uma percentagem de 60,0%. Porém, na grande maioria das vezes, esse mesmo desejo vai-se diluindo ao longo do tempo.

Terminado este último capítulo que procurou caracterizar a comunidade cabo-verdiana em Portugal na actualidade, levando em consideração o contexto imigratório do país, verificamos que se trata do resultado de um conjunto de diversas fases de fluxos migratórios, sobretudo laborais, apoiados em redes étnicas que facilitam a inserção na sociedade de acolhimento e, principalmente, no mercado de trabalho.

As ligações ao país de origem jamais serão esquecidas, mantendo-se algumas das tradições, mas aos poucos os hábitos inerentes ao país receptor começam a ser adquiridos, principalmente pelas segundas e terceiras gerações.

Conclusão

Cabo Verde, apesar de se tratar ainda de um país em desenvolvimento, como podemos constatar através da análise do primeiro capítulo da presente dissertação, encontra-se hoje em dia numa das primeiras posições do *ranking* do desenvolvimento humano dos países da África Sub-sahariana, registando níveis de crescimento e desenvolvimento económico considerados satisfatórios, sobretudo quando comparados com os países da mesma região do globo, condições sociais que permitem à população melhorar a sua qualidade de vida de dia para dia, estabilidade política e valores democráticos. Num país com estas características, como se explica que mais de metade da população residente no arquipélago demonstre uma vontade constante em partir rumo aos mais diversos destinos, deixando muitas vezes para trás tudo aquilo que possui?

Desde a sua formação até à actualidade que Cabo Verde assiste a um vai e vem de chegadas e partidas. Estas foram inicialmente explicadas quer pela forma de descoberta e povoamento do país, quer pela sua localização geográfica, que permitiu que se tornasse num ponto de passagem estratégico e obrigatório na ligação triangular Europa-África-América, sobretudo através das suas estruturas portuárias, que apoiavam as navegações no Atlântico. Hoje os fluxos encontram explicação em palavras como globalização, que permite que a movimentação pelo planeta esteja cada vez mais facilitada.

Ao longo dos últimos séculos os cabo-verdianos espalharam-se pelo mundo, sobretudo pela América, pela Europa e por outros países do continente africano. Se as primeiras vagas partiam procurando fugir às crises económicas, derivadas de períodos de secas e

fomes que assolavam o território, rumo a um destino desconhecido, os emigrantes de hoje partem em busca de um mundo que conhecem através de histórias de familiares, amigos ou conhecidos que já se encontram na diáspora.

Estes movimentos migratórios cabo-verdianos que se desenvolveram com o passar dos tempos e que constituem, principalmente, fluxos laborais e suas consequências (como o reagrupamento familiar), deram origem à constituição de uma verdadeira rede migratória, que passa pelos diferentes países de acolhimento, com as principais localizações em cidades como Lisboa, Roterdão, Paris, Dakar, Luanda, Boston ou Providence, onde se concentram comunidades cabo-verdianas significativas.

Esta rede migratória possui uma dinâmica constante, não só através dos migrantes cabo-verdianos que já se encontram na diáspora e que procuram novos destinos, em busca de melhores condições de vida ou, simplesmente, para passar férias junto de familiares ou amigos, como também através dos novos migrantes que ingressam pela primeira vez na rede, muitas vezes influenciados e, até mesmo, ajudados por aqueles que já se encontram no exterior.

Duas características da emigração cabo-verdiana advêm deste processo: a “mobilidade” ao longo da cadeia migratória já constituída e a importância do “capital social”, proveniente dos contactos estabelecidos na rede, que facilita a integração nos países receptores, tanto ao nível do mercado de trabalho como da própria sociedade de acolhimento, e a própria mobilidade.

Esta permanente ligação que se mantém entre as comunidades cabo-verdianas que se encontram espalhadas pelos vários países de destino e entre estas e o país de origem contribui para que as tradições e os hábitos culturais cabo-verdianos não se percam entre a população emigrada e se difundam pelos quatros cantos do mundo.

Uma especial referência deve ser feita às novas tecnologias, como é o caso da Internet que, através de sites temáticos, fornece informação diária tanto de Cabo Verde como das comunidades na diáspora e, através de canais de conversação, permite a troca de experiências entre a população cabo-verdiana de todo o mundo. Esta comunicação possibilita, quer aos cabo-verdianos que residem no arquipélago conhecer os aspectos relativos à diáspora, quer aos emigrantes, sobretudo às chamadas segunda e terceira gerações, que constituem hoje os principais utilizadores destas tecnologias, não perderem o contacto com Cabo Verde e conhecerem as suas origens.

Com fortes ligações verificadas entre a sociedade de origem e a sociedade de destino, podemos afirmar que os migrantes cabo-verdianos estabelecem actualmente práticas transnacionais: são frequentes as viagens a Cabo Verde, a realização de pequenos investimentos e negócios neste país, o envio de remessas, entre outras.

Se analisarmos o transnacionalismo do ponto de vista do espaço, verificamos que Cabo Verde possui uma cultura migratória activa, assente numa permanente circulação ao longo da rede migratória, ou seja, constitui uma verdadeira comunidade transnacional. Porém, devido à carência de capital económico, as iniciativas transnacionais colectivas ficam aquém das individuais ou familiares e práticas como o transnacionalismo

empresarial escasseiam, o que leva a podermos afirmar que se trata apenas de uma potencial comunidade transnacional.

A vontade de partir permanece. Os países de destino mais desejados continuam a pertencer ao conjunto dos países tradicionais da emigração cabo-verdiana. Contudo, as barreiras impostas por estes países à entrada de novos imigrantes são cada vez mais rígidas, o que implica que só alguns preenchem os requisitos necessários para a entrada nos países de acolhimento, seguindo, para isso, determinados modos de migração, como o reagrupamento familiar ou até mesmo a imigração ilegal. Aos poucos começam a surgir novos destinos que constituem alternativas aos destinos tradicionais e que permitem prolongar a rede migratória até aqui constituída.

Muitos cabo-verdianos continuam a sonhar com a *hora di bai*, por mais dolorosa que ela seja e com tudo o que ela implica. As razões nem sempre são as mais válidas. À simples pergunta “porquê?”, por vezes respondem apenas: “está no sangue!”.

Bibliografia



- ALMEIDA, Raymond A. (s/d), *Nos ku Nos: a Comunidade Transnacional Caboverdeana*.
www.umassd.edu/specialprograms/caboverde/cvtransnat.html
- ANDRADE, Elisa Silva (1984), "Histoire Economique des Îles du Cap-Vert de la Découverte à l'Indépendance (1460-1975)", Thèse en vue de l'obtention du Doctorat de 3ème Cycle en Histoire et Civilisation, Université de Paris VII.
- BAGANHA, Maria (1990), *Portuguese Emigration to the United States 1820-1930*, New York, Garland Publishing Inc.
- BAGANHA, Maria (2001), "A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal", in B.S.Santos (Ed.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento, pp.135-159.
- BAGANHA, Maria; Ferrão, João; Malheiros, Jorge (1999), "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português", *Análise Social*, Vol. 34, Nº 150, pp.147-173.
- BAGANHA, Maria; GÓIS, Pedro (1999), "Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº53, pp.229-280.
- BANCO DE PORTUGAL, (1999/2000, 2000/2001, 2001/2002), *Evolução das Economias dos PALOP*, Departamento de Relações Internacionais do Banco de Portugal, Lisboa.
- BATALHA, Luís (2002), *The Cape verdean "Community" in Portugal: anthropological constructions from within and without*, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Oxford, Linacre College, Institute of Social and Cultural Anthropology.
- BORGES, João Carlos (1997), *A Diáspora Caboverdeana e a Sua Influência na Evolução Sócio-económica do Arquipélago*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, ISEG/UTL.
- BRETTELL, Caroline B., Hollifield, James F.(2000), *Migration Theory, Talking Across Disciplines*, NY & London: Routledge.
- BRITO, Pedro Moreno (2003), *Análise da Situação Demográfica de Cabo Verde 1990-2000 (prospectiva para o ano 2025)*, Dissertação de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Lisboa, ISEGI/UNL.
<http://www.isegi.unl.pt/labnt/presentations/2003/031020Pbrito.pdf>
- CARITA, Cristina, Rosendo, Vasco N. (1993), "Associativismo Cabo-verdiano em Portugal: estudo de caso da Associação Cabo-verdiana de Lisboa", *Sociologia – Problemas e Práticas*, Nº13, pp.135-152.

- CARLING, Jorgen (1997), "Figuring Out the Cape verdean Diaspora", *Cimboa, Revista Cabo-verdiana de Letras, Artes e Estudos*, 4 (2): 3-9.
<http://publications.dragoeiro.com>
- CARLING, Jorgen (2001), *Aspiration and ability in international migration: Cape Verdean experiences of mobility and immobility*, Dissertation and Theses, 2001/5, Centre dor Development and the Environment, University of Oslo.
<http://publications.dragoeiro.com>
- CARLING, Jorgen (2002a), "Return and reluctance in transnational ties under pressure", Paper presented at the workshop *The dream and reality of coming home: the imigrations policies, practices and experiences of return migration*, Institute of Anthropology, University of Copenhagen.
<http://publications.dragoeiro.com>
- CARLING, Jorgen (2002b), "Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, volume 28, n°1, pp.5-42.
<http://publications.dragoeiro.com>
- CARLING, Jorgen (2002c), "Towards the End of Emigration", Country Profile, Migration Information Source, Washington DC: Migration Police Institute.
<http://publications.dragoeiro.com>
- CARLING, Jorgen (2002d), "Quantifying the transnational: using numbers in research and transnational migration", Paper presented at the methodology workshop *Possibilities and limitations in transnational migration research*, Department of Anthropology, Gothenburg University.
<http://publications.dragoeiro.com>
- CARLING, Jorgen (2004), *Emigration, Return and Development in Cape Verde: the Impact of New Migration Regime*, Sussex Centre for Migration Research, University of Sussex.
<http://publications.dragoeiro.com>
- CARREIRA, António (1977), *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- CARREIRA, António (1982), *The People of the Cape Verde Islands. Exploitation and Emigration*, Connecticut, Ed.C.Hurst&Company, London and Archon Books.
- CASSEN, Robert *et al.* (1994), *Population and Development: Old Debates, New Conclusions*, New Brunswick: Transaction Publishers.
- CASTLES, Stephen (2000), "Internacional migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues", *Internacional Social Sciences Journal*, UNESCO, N°165, pp.269-281.

- CÓ, João Ribeiro B. (2002), *Migração Guineense e Retorno: um mito ou uma realidade encorajada?*, Tese de Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais de Actividade Económica, Especialidade em Sociologia Económica, Lisboa: ISEG/UTL.
- COHEN, Robin (1997), *Global Diasporas: an introduction*, London: UCL Press.
- CROOK, Nigel (Edited by Ian M. Timaeus) (1997), *Principles of Population and Development – with Illustrations from Asia and Africa*, Oxford: Oxford University Press.
- COSTA, Teresa Isabel C. (2003), *Determinantes e Estratégias Empresariais do Investimento Directo Português em Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa: ISEG/UTL.
- EMBAIXADA DE CABO VERDE/IESE/GEOIDEIA (1999), *Estudo de Caracterização da Comunidade Cavoverdeana em Portugal* (estudo encomendado pela Embaixada de Cabo Verde), Lisboa.
- ESTÊVÃO, João (1995), “Bases Metodológicas para uma Abordagem do Desenvolvimento Cabo-Verdiano”, in IEL/UFRJ, *II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial / Universidade Federal do Rio de Janeiro, Primeira Parte, pp. 355-61.
- ESTÊVÃO, João (1998), *Acordo de cooperação cambial entre Portugal e Cabo Verde*, Lisboa, CESA.
<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa>
- ESTÊVÃO, João (1999), “A Transição Económica, a Acção do Estado e o Contexto Insular. Algumas Considerações sobre o Caso Cabo-Verdiano”, *Anais*, volume 1, nº1, Abril, pp.57-75.
- ESTÊVÃO, João (2001), “As Pequenas Economias Insulares e as Condições do Desenvolvimento Económico”, *Cultura*, Número Especial, Setembro, pp.71-78.
- ESTRATÉGIA (2004), *Cabo Verde: um caso insular nas relações Norte-Sul*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, nº 20, 1º semestre.
- FAIST, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford: Clarendon Press.
- FERREIRA, Manuel (1997), *No Reino de Caliban I – antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa, Plátano Editora.
- GIBAU, Euclides B. (2002), *Cabo-Verdianos do Estado de Rhode Island. Homens que Choram, Mulheres que Riem*, Dissertação de Licenciatura em Antropologia Social e Cultural, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- GIDDENS, Anthony (2000), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença.

- GÓIS, Pedro M. (2002), *A Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- GOMES, Lourenço C. (2002), *Estratégias de População e Desenvolvimento em Cabo-Verde: o caso do programa de protecção materna-infantil e planeamento familiar (PMI-PF)*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa: ISEG/UTL.
- GOULD, William T.S., Findlay, Allan M. (1994), *Population Migration and the Changing World Order*, Chichester: John Willey & Son.
- GRASSI, Marzia (2001), *Género, Empresariado e Desenvolvimento em Contextos Não Ocidentais: Rabidantes do Mercado Sucupira em Cabo Verde*, Dissertação de Doutoramento em Economia, Especialidade de Economia do Desenvolvimento, Lisboa: ISCTE.
- INSTITUT NATIONAL D' ÉTUDES DÉMOGRAPHIQUES, Relatórios estatísticos, Vários anos, Paris.
<http://www.ined.fr>
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, *Observatório de migrações e emprego*, vários anos, Praia.
<http://www.iefp.cv/OME.htm>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, *Relatórios estatísticos*, Vários anos, Madrid.
<http://www.ine.es>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Censos 2000*, Praia.
<http://www.ine.cv/>
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Relatórios estatísticos, Vários anos, Lisboa.
<http://www.ine.pt>
- IPAD (2003), *Cooperação em números – Cabo Verde*, Lisboa.
<http://ipad.mne.gov.pt/cabo-verde/coop-num.htm>
- KRITZ, Mary M. et al. [ed.] (1992), *Internacional Migration Systems - A Global Approach*, Clarendon Press Oxford.
- LOPES, João (1993), *Ilha de S. Nicolau – Cabo Verde, Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MACHADO, Fernando Luís (1999), “Imigrantes e Estrutura Social”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, N°29, pp. 57-76.

- MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades, Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- MALHEIROS, Jorge M. (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da Mudança*, Lisboa, Ed. Colibri.
- MALHEIROS, Jorge M. (2001), *Arquipélagos Migratórios: transnacionalismo e inovação*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARQUES, M. Margarida *et al* (2001), "Ariadne's Thread: Capeverdean Women in Transnational Webs", *Conference on Migration and Development-May 4-6, 2000, The Center for Migration and Development, Working Paper Series 00-02-C, Princeton University*.
- MINISTERIO DE TRABAJO Y ASUNTOS SOCIALES, *Estadística de permisos de trabajo a extranjeros*, Vários anos, Madrid.
<http://www.mtas.es>
- MONTEIRO, César Augusto (1997), *Comunidade Imigrada, Visão Sociológica – O Caso de Itália*, Mindelo.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia*, Lisboa: Presença.
- ONU/FNUAP (1999), *Asituação da População Mundial 1999 – 6 Mil Milhões: Chegou a Hora de Escolher*, Nova Iorque, ONU/FNUAP.
- OCDE (1994), *Migration and Development. New Partnerships for Co-operation*, Paris: OCDE.
- OCDE (2000), *Globalisation, Migration, and Development*, Paris: OCDE.
- OCDE (2001), *Geographical Distribution of Financial Flows to Aid Recipients 1995-1999*, Paris: OCDE.
- PAICV (1974), *História da Guiné e Ihas de Cabo Verde*, Porto: Afrontamento.
- PEIXOTO, João (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal - Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa: ISEG/UTL.
- PETRAS, Elisabeth (1981), "The global labor market in the modern world economy", in M.M. Kritz (et al.), *Global Trends in Migration*, New York, Center for Migration Studies.
- PIRES, Rui Pena (1999), "A Imigração", in Bettencourt, Francisco and Chaudhuri (Dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume I, Lisboa: Círculo de Leitores, pp.197-211.

- PIRES, Rui Pena (2002), "Mudanças na Imigração – uma análise das estatísticas sobre população estrangeira em Portugal 1998-2001", *Sociologia – Problemas e Práticas*, Nº 39, pp.151-166.
- PNUD (2003), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*, Lisboa: Mensagem.
<http://hdr.undp.org/reports/global/2003>
- PORTES, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- RAINHA, Luís Filipe M. (2002), *Abertura Política e Crescimento Económico: uma análise comparada dos casos de Cabo-Verde e de São Tomé e Príncipe*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacioanal, Lisboa:ISEG/UTL.
- RAMOS, Rui Manuel Moura (1992), *Do Direito Português da Nacionalidade*, Biblioteca Jurídica, Coimbra Editora.
- ROCHA, Júlio Santos (2003), *Comunidade Caboverdeana em França*, Praia: Instituto das Comunidades.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.
- SAINT-MAURICE, Ana (1997), *Identidades Reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, *Relatório Estatístico*, vários anos, Lisboa.
<http://www.sef.pt>
- SILVA, Maria Beatriz Nizza et al (1993), *Emigração-Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX*, Fragmentos.
- SOS-RACISMO (2002), *A Imigração em Portugal, os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa.
- STALKER, Peter (2000), *Worker without Frontiers: the Impact of Globalization on International Migration*, Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc.
- STALKER, Peter (2001), *The Non Sense Guide to International Migration*, Oxford: New Internationalist.
- TORRES, Adelino (1996), *Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos*, Lisboa: Gradiva.
- U.S. CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES, *Reports and studies*, Vários anos, Washington, D.C.
<http://uscis.gov>

- VÁRIOS (2000), *Guia do Mundo 2000-2001*, 2ª ed., Lisboa: Trinova.
- WORLD BANK (2003), *World Development Indicators* (CD-ROM, versão 4.2), Washington, DC.: Development Data Group.

ANEXOS

Guião de entrevista

1. Cabo Verde: (ainda) um país de emigração?

- Ainda se verifica no país a mesma vontade de emigrar?
- Quais as principais causas dessa vontade?
- Como é a concretização na prática dessa vontade? (vontade vs capacidade)

2. Avaliação dos novos fluxos de emigração cabo-verdiana

- Estes novos fluxos aumentaram, diminuíram ou mantêm-se iguais relativamente aos anteriores?
- Quais os principais destinos? Porquê?
- Quais as principais características dos migrantes?
 - sexo
 - faixa etária
 - qualificações académicas
- Qual o motivo que leva a emigrar (trabalho, estudo, reagrupamento familiar....)?

3. Integração no país de acolhimento

- Que facilidades / dificuldades na integração? Quais os principais problemas que enfrentam?
- Como define as novas políticas de imigração em Portugal?
- Qual papel das associações?

4. Ligação com o país de origem

- Os hábitos e as tradições são mantidos?
- Que tipo de ligação mantêm os emigrantes com Cabo Verde?
- Existe vontade em regressar?

5. Perspectivas futuras da emigração cabo-verdiana?

Lista das entrevistas efectuadas

1ª Entrevista Quadro Dirigente da Associação Cabo-verdiana de Lisboa Abril de 2003 Lisboa
2ª Entrevista Secretariado da Associação Cultural Moinho da Juventude Abril de 2003 Amadora
3ª Entrevista Quadro Dirigente do Espaço da Comunidade Cabo-Verdiana no Concelho de Oeiras Maio de 2003 Oeiras
4ª Entrevista Diplomata da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa Junho de 2003 Lisboa
5ª Entrevista Ex-funcionário administrativo do Consulado de Cabo Verde em Madrid Setembro de 2003 Lisboa
6ª Entrevista Estudante cabo-verdiano, emigrante em Atenas (desde 1991) Setembro de 2003 Lisboa
7ª Entrevista Ex-funcionário administrativo da Embaixada de Cabo Verde em Roma Outubro de 2003 Lisboa
8ª Entrevista Administrativo cabo-verdiano, emigrante em Lisboa (desde 2003) Dezembro de 2003 Lisboa

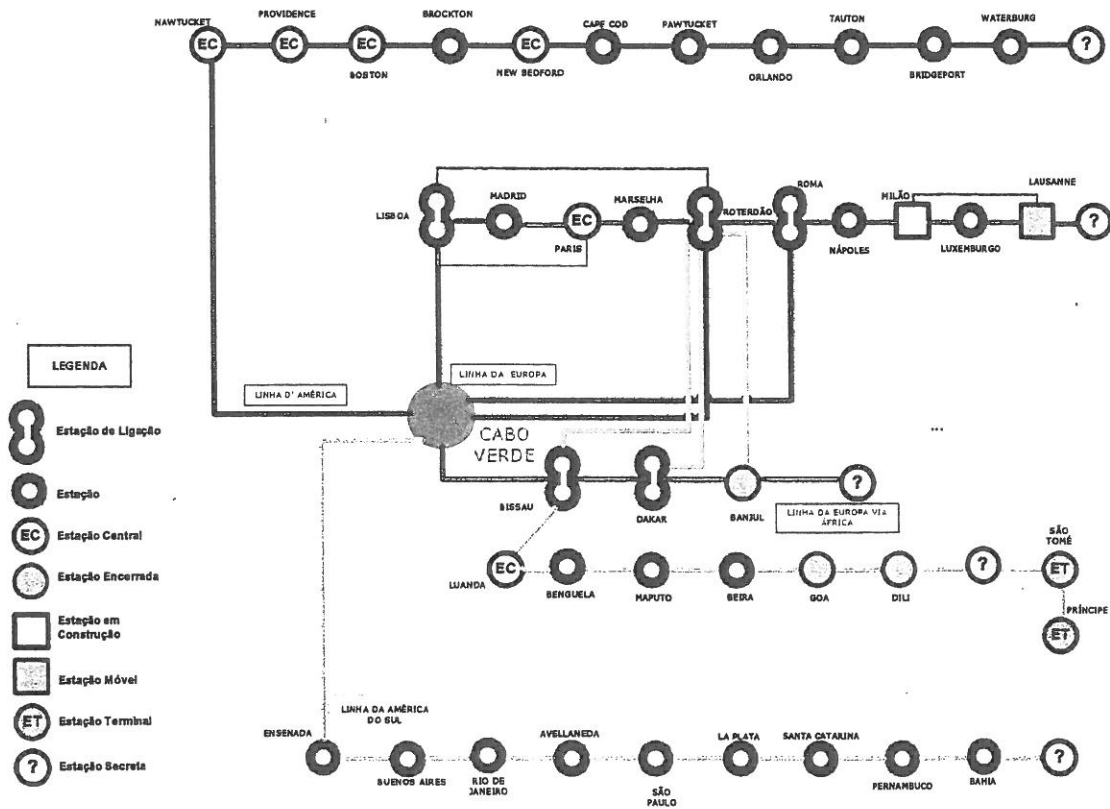
Índice de Desenvolvimento Humano⁴² (2001)

Ordem IDH	Ordem IDH	Ordem IDH
Desenvolvimento humano elevado	Desenvolvimento humano médio	Desenvolvimento humano baixo
1 Noruega	56 Antígua e Barbuda	101 Usbequistão
2 Islândia	57 Bulgária	102 Quirguistão
3 Suécia	58 Malásia	103 Cabo Verde
4 Austrália	59 Panamá	104 China
5 Holanda	60 Macedónia	105 El Salvador
6 Bélgica	61 Líbia	106 Iraão
7 Estados Unidos	62 Maurícias	107 Argélia
8 Canadá	63 Federação Russa	108 Moldávia
9 Japão	64 Colômbia	109 Vietname
10 Suíça	65 Brasil	110 Síria
11 Dinamarca	66 Bósnia e Herzegovina	111 África do Sul
12 Irlanda	67 Belize	112 Indonésia
13 Reino Unido	68 Dominica	113 Tajiquistão
14 Finlândia	69 Venezuela	114 Bolívia
15 Luxemburgo	70 Samoa Ocidental	115 Honduras
16 Áustria	71 Santa Lúcia	116 Guiné Equatorial
17 França	72 Roménia	117 Mongólia
18 Alemanha	73 Arábia Saudita	118 Gabão
19 Espanha	74 Tailândia	119 Guatemala
20 Nova Zelândia	75 Ucrânia	120 Egípto
21 Itália	76 Cazaquistão	121 Nicarágua
22 Israel	77 Suriname	122 São Tomé e Príncipe
23 Portugal	78 Jamaica	123 Ilhas Salomão
24 Grécia	79 Omã	124 Namíbia
25 Chipre	80 São Vicente e Grenadinas	125 Botswana
26 Hong Kong, China (RAE)	81 Fidji	126 Marrocos
27 Barbados	82 Peru	127 Índia
28 Singapura	83 Líbano	128 Vanuatu
29 Eslovénia	84 Paraguai	129 Gana
30 Coreia do Sul	85 Filipinas	130 Cambodja
31 Brunei	86 Maldivas	131 Myanmar
32 República Checa	87 Turquemenistão	132 Papua-Nova Guiné
33 Malta	88 Geórgia	133 Suazilândia
34 Argentina	89 Azerbaijão	134 Comoros
35 Polónia	90 Jordânia	135 Laos
36 Seychelles	91 Tunísia	136 Butão
37 Barém	92 Guiana	137 Lesoto
38 Hungria	93 Granada	138 Sudão
39 Eslováquia	94 República Dominicana	139 Bangladeche
40 Uruguai	95 Albânia	140 Congo
41 Estónia	96 Turquia	141 Togo
42 Costa Rica	97 Equador	
43 Chile	98 Territórios Ocupados da Palestina	
44 Catar	99 Sri Lanka	
45 Lituânia	100 Arménia	
46 Kuwait		142 Camarões
47 Croácia		143 Nepal
48 Emiratos Árabes Unidos		144 Paquistão
49 Baamas		145 Zimbabué
50 Letónia		146 Quénia
51 São Cristóvão e Nevis		147 Uganda
52 Cuba		148 Iémen
53 Bielorrússia		149 Madagáscar
54 Trindade e Tobago		150 Haiti
55 México		151 Gâmbia
		152 Nigéria
		153 Djibouti
		154 Mauritània
		155 Eritreia
		156 Senegal
		157 Guiné
		158 Ruanda
		159 Benim
		160 Tanzânia
		161 Costa do Marfim
		162 Malawi
		163 Zâmbia
		164 Angola
		165 Chadee
		166 Guiné-Bissau
		167 Congo, Rep, Dem,
		168 República Centro-Africana
		169 Etiópia
		170 Moçambique
		171 Burundi
		172 Mali
		173 Burkina Faso
		174 Níger
		175 Serra Leoa

Fonte: PNUD (2003)

⁴² O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede as realizações de um país em termos de esperança de vida, nível educacional e rendimento real ajustado.

Configuração da rede migratória cabo-verdiana actual



Fonte: Góis (2002)

Estimativa da população cabo-verdiana no estrangeiro (1985-1997)

	Estimativa da População			N.º de Fontes consultadas	Quantidade de Valores apresentados
	Mínima	Máxima	Média		
América	255 000	410 000	287 000		
EUA	250 000	400 000	281 300	8	3
Argentina	2 000	3 000	2 400	7	2
Brasil	2 000	4 000	2 700	7	3
Canadá	-	4 000	-	4	2
Venezuela	-	-	-	3	1
Europa	63 000	133 000	100 000		
Portugal	35 000	70 000	52 100	7	4
França	7 000	30 000	12 500	8	6
Holanda	8 000	19 000	11 900	8	4
Itália	8 000	10 000	9 500	6	2
Espanha	1 500	15 000	6 300	8	6
Luxemburgo	3 000	3 000	3 000	6	1
Suíça	1 000	2 000	1 600	6	1
Alemanha	500	3 000	1 000	6	3
Suécia	700	2 000	900	6	2
Bélgica	800	800	800	5	1
Noruega	200	500	300	5	2
África	48 000	76 000	71 000		
Angola	10 000	40 000	34 400	7	3
Senegal	22 000	25 000	24 100	7	3
São Tomé e Príncipe	7 000	8 000	7 900	7	2
Guiné-Bissau	2 000	2 000	2 000	5	1
Gabão	200	3 000	900	4	2
Moçambique	500	1 000	800	6	4
Costa do Marfim	-	2 000	-	3	2
África do Sul	100	100	100	1	1
Zâmbia	-	-	-	2	1
TOTAL	366 000	620 000	458 000	5.5	2.5

Fonte: Carling (1997)

Emigrantes cabo-verdianos em Portugal – dados estatísticos

População Estrangeira Residente em Portugal

Ano	Cabo Verde			Pop. Estrang.		Total
	H	M	HM	H	M	HM
1982			(35,7%) 20.957			58.674
1990			28.796			107.767
1991			29.743			113.978
1992			(25,2%) 31.217			123.612
1993			32.763			136.932
1994			36.560			157.073
1995			38.746			168.316
1996			39.546			172.912
1997	23.960	15.829	39.789	102.141	73.122	175.263
1998	24.021	16.072	40.093	103.289	74.485	177.774
1999	25.876	18.075	43.951	110.004	81.139	191.143
2000	27.360	19.732	47.092	118.280	89.327	207.607
2001	28.746	21.477	(22,3%) 50.223	126.449	98.464	224.913

Fonte: SEF

População Estrangeira (Residentes + Autorização de Permanência) a 31-12-2002 em Portugal

	Aut. de Permanência	Residentes	A.P. + Resid.
Cabo Verde	5.488 (4,3%)	49.930 (22,3%)	55.418 (15,8%)
Total dos Países	126.901	223.602	350.503

Fonte: SEF

População Cabo-verdiana Residente em Portugal, distribuída por distritos

Distritos	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Aveiro	-----	-----	179	194	196	201
Beja	-----	-----	33	33	34	34
Braga	-----	-----	106	114	117	116
Bragança	-----	-----	27	28	32	32
C. Branco	-----	-----	73	73	74	75
Coimbra	-----	-----	368	372	381	393
Évora	-----	-----	102	104	105	106
Faro	2.720-6,8%	2.733-6,8%	2.977-6,7%	3.163-6,7%	3.244-6,4%	3.303-6,4%
Guarda	-----	-----	48	48	48	49
Leiria	-----	-----	306	314	325	332
Lisboa	26.596-66,8%	26.894-67,1%	29.660-67,5%	31.751-67,4%	33.784-67,3%	34.970-67,3%
Portalegre	-----	-----	37	41	42	43
Porto	811	812	827	861	886	906
Santarém	-----	-----	187	193	196	201
Setúbal	7.900-19,8%	7.896-19,7%	8.676-19,7%	9.462-20,1%	10.403-20,7%	10.784-20,7%
V. Castelo	-----	-----	27	27	27	27
Vila Real	-----	-----	31	34	33	33
Viseu	-----	-----	52	56	57	57
Açores	-----	-----	213	202	214	258
Madeira	-----	-----	22	22	25	30
Total	39.789	40.093	43.951	47.092	50.223	51.950

Fonte: SEF

População Estrangeira que solicitou o estatuto de residente, por nacionalidade e sexo, segundo o grupo etário— 2001

Grupo etário	Cabo Verde			Pop. Estrang.		Total
	H	M	HM	H	M	HM
00-04	296	303	599	1.000	970	1.970
05-09	218	220	438	767	770	1.537
10-14	285	277	562	911	878	1.789
15-19	221	239	460	728	762	1.490
20-24	43	79	122	738	1.234	1.972
25-29	66	114	180	974	1.246	2.220
30-34	96	131	227	993	935	1.928
35-39	74	122	196	706	729	1.435
40-44	51	63	114	479	467	946
45-49	27	36	63	303	271	574
50-54	12	12	24	201	214	415
55-59	9	22	31	211	176	387
60-64	2	18	20	165	145	310
65-69	7	13	20	106	76	182
70-74	2	21	23	39	63	102
75-79	4	15	19	18	37	55
80-84	-	10	10	6	16	22
85-89	-	2	2	-	6	6
90 ou +	-	4	4	-	6	6
Total	1.413	1.701	3.114	8.345	9.001	17.346

Fonte: INE

População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade e sexo, segundo a instrução - 2001



Instrução	Cabo Verde			Pop. Estrang.		Total
	H	M	HM	H	M	HM
Básico ou Secund.	981	1.164	2.145	4.465	4.955	9.420
Técnico Prof.	33	15	48	866	753	1.619
Superior	12	10	22	1.612	1.795	3.407
Não sabe ler	387	512	899	1.402	1.498	2.900
Total	1.413	1.701	3.114	8.345	9.001	17.346

Fonte: INE

População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade e sexo, segundo a condição perante o trabalho - 2001

	Cabo Verde			Pop. Estrang.		Total
	H	M	HM	H	M	HM
POP. ACTIVA	355	322	677	3.720	2.363	6.083
Empregado	332	311	643	3.363	2.113	5.476
Procura 1º emp.	12	8	20	87	122	209
Outra	11	3	14	270	128	398
POP. N ACTIVA	1.058	1.379	2.437	4.625	6.638	11.263
Doméstico	5	309	314	22	2.147	2.169
Reformado	8	15	23	328	187	515
Estudante	570	569	1.139	2.102	2.227	4.329
Outra	475	486	961	2.173	2.077	4.250
TOTAL	1.413	1.701	3.114	8.345	9.001	17.346

Fonte: INE

População estrangeira activa que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade e sexo, segundo a situação na profissão - 2001 (INE)

	Cabo Verde			Pop. Estrang.		Total
	H	M	HM	H	M	HM
Conta Própria	33	16	49	679	216	895
- Patrão	17	10	27	370	125	495
- Isolado	16	6	22	309	91	400
Conta de Outrem	308	295	603	2.899	1.961	4.860
Outra	2	3	5	55	64	119
Total	343	314	657	3.633	2.241	5.874

Fonte: INE

População estrangeira que solicitou estatuto de residente, por nacionalidade e sexo, segundo o motivo de entrada - 2001

Motivo de entrada	Cabo Verde			Pop.	Estrang.	Total
	H	M	HM	H	M	HM
Emprego	194	153	347	2.404	1.269	3.673
Reagrup. Famil.	280	449	729	1.266	2.173	3.439
Estudo	-	-	-	176	295	471
Reforma	1	-	1	252	126	378
Outro	231	358	589	2.699	3.560	6.259
Total	706	960	1.666	6.797	7.423	14.220

Fonte: INE

População Estrangeira que cessou o estatuto de residente, por nacionalidade e sexo, segundo o motivo de cessação - 2001

Motivo de cessação	Cabo Verde			Pop.	Estrang.	Total
	H	M	HM	H	M	HM
Saída voluntária	1	-	1	46	37	83
Aquisição Nacion.	115	113	228	586	496	1.082
- Naturalização	79	69	148	167	128	295
- Outra via	36	44	80	419	368	787
Falecimento	36	11	47	125	61	186
Total	152	124	276	757	594	1.351

Fonte: INE

População estrangeira com contratos registados para a obtenção de autorização de permanência, por país de origem e classe etária, 31/12/2001 (Continente)

Classe etária	Cabo Verde			Pop.	Estrang.	Total
	H	M	HM	H	M	HM
-15 a 24	595	748	1.342	20.527	7.999	28.526
25 a 34	1.778	1.713	3.491	50.543	15.500	66.043
35 a 54	836	905	1.741	36.548	9.335	45.883
55 a 64	22	25	47	860	272	1.132
+ 65	6	7	13	35	17	52
Total	3.237	3.398	6.635	108.513	33.123	141.636

Fonte: IGT

População estrangeira com contratos registados para a obtenção de autorização de permanência, por país de origem e tipo de contratação, 31/12/2001 (Continente)

Tipo de contratação	Cabo Verde			Pop.	Estrang.	Total
	H	M	HM	H	M	HM
A termo						
- certo	2.763	2.956	5.719	91.344	29.090	120.434
- incerto	324	206	530	8.658	1.717	10.375
Sem termo	89	199	288	2.411	1.207	3.618
Trabalho temporário	61	37	98	6.100	1.109	7.209
Total	3.237	3.398	6.635	108.513	33.123	141.636

Fonte: IGT

População estrangeira com contratos registados para a obtenção de autorização de permanência, por nacionalidade e sector de actividade, 31/12/2001 (Continente)

	Agric, pesca e extractivas	Indust. Transform.	Construção	Comércio	Hotelaria e restauração	Serviços	Total
Cabo Verde	109-1,6%	282-4,3%	2.880-43,4%	400-6,0%	611- 9,2%	2.353-35,5%	6.635-100%
Pop. Estrang.	6.369-4,5%	20.679-14,6%	56.063-39,6%	11.777-8,3%	15.763-11,1%	30.985-21,9%	141.636-100%

Fonte: IGT

População estrangeira com contratos registados para a obtenção de autorização de permanência, por nacionalidade e distrito, 31/12/2001 (Continente)

Distritos	Cabo Verde	Pop. Estrangeira
Aveiro	43	6.319
Beja	30	1.800
Braga	14	6.032
Bragança	---	360
Castelo Branco	16	1.537
Coimbra	34	4.851
Évora	110	4.509
Faro	456	18.853
Guarda	---	1.000
Leiria	153	8.667
Lisboa	4.523	48.421
Portalegre	42	1.747
Porto	119	12.980
Santarém	44	5.808
Setúbal	1.028	13.714
Viana do Castelo	4	984
Vila Real	2	717
Viseu	17	3.337
Total	6.635	141.636

Fonte: IGT